



Universidade de Aveiro  
2022

**RAQUEL ALEXANDRA MARQUES PINTO** **O PAPEL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE AVEIRO  
NA TERRITORIALIZAÇÃO DAS METAS DA AGENDA  
2030 DAS NAÇÕES UNIDAS**



Universidade de Aveiro  
2022

**RAQUEL ALEXANDRA  
MARQUES PINTO** **O PAPEL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE AVEIRO  
NA TERRITORIALIZAÇÃO DAS METAS DA AGENDA  
2030 DAS NAÇÕES UNIDAS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Sara Moreno Pires, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro



## **o júri**

presidente

**Prof. Doutor Gonçalo Alves de Sousa Santinha**  
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutora Maria Teresa Fidélis da Silva**  
professora auxiliar *c/* agregação da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutora Sara Moreno Pires**  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Em primeiro lugar, um agradecimento especial à professora Sara Moreno Pires pela disponibilidade e apoio dado na orientação desta investigação.

Agradeço a todos os municípios pela disponibilidade e participação importante para a concretização deste trabalho.

Por último, um agradecimento aos meus pais.

## palavras-chave

Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, Poder Local, Governação Multinível.

## resumo

O agravamento dos problemas de ordem social, económica e ambiental, nos últimos anos, ecoaram, junto das instâncias internacionais, uma crescente onda de preocupação e incerteza, no que toca à sustentabilidade dos territórios. Em 2015, a subscrição da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, procurou garantir um futuro mais sustentável e igualitário, através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mensuráveis em 169 metas. Partindo de uma abordagem *bottom-up*, a escala local tem tido um papel primordial na promoção e implementação desta Agenda, através de processos de “localização” dos ODS. Os governos locais têm adotado estratégias “territorializadas” com o intuito de responder aos problemas e necessidades locais.

Assim, o presente estudo procura aprofundar o papel dos municípios da Região de Aveiro na territorialização das metas da Agenda 2030, percebendo a forma como têm debatido e trazido os ODS para a agenda política local, que atores têm envolvido no processo, bem como têm monitorizado os ODS no seu território.

Nesse sentido, foi utilizada uma abordagem de investigação de estudo de caso múltiplo, cuja recolha de dados qualitativa passou pela pesquisa documental relativa ao campo da sustentabilidade. A metodologia quantitativa consistiu na aplicação de um inquérito por questionário, a fim de auscultar os municípios da CIRA sob a forma como debatem as metas da Agenda 2030 no seu território. Assim, o processo de “territorialização” dos ODS nos municípios passa pela implementação de fatores, entre eles Compromisso Político; Comunicação da Agenda pelos municípios; Elaboração de Agendas Locais; Acompanhamento e Monitorização; Envolvimento com atores locais e *ONG*'s; Participação em redes nacionais, europeias, e internacionais e que ajudam a pôr em prática a Agenda 2030. O que se concluiu é que não existe, integralmente, a criação de uma estratégia local assumida em prol do desenvolvimento sustentável por parte dos municípios da CIRA, não se verificando um compromisso assumido do cumprimento da Agenda 2030.

Posto isto, esta investigação é uma oportunidade para os municípios analisarem a posição face à implementação da Agenda 2030 nos seus territórios, mas ainda poderem olhar para exemplos de municípios que têm em prática uma agenda estratégica local, assim como boas práticas e iniciativas que sirvam de mote para a implementação nos seus territórios.

**keywords**

Sustainable Development, 2030 Agenda, Local Power, Multilevel Governance.

**abstract**

The aggravation of social, economic and environmental problems in recent years has given rise to a growing wave of concern and uncertainty in the international arena with regard to the sustainability of the territories. In 2015, the signing of the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development seeks to ensure a more sustainable and equitable future through 17 Sustainable Development Goals (SDGs), measurable in 169 targets. Starting from a bottom-up approach, the local scale has played a primary role in promoting and implementing this Agenda, through processes of "localisation" of the SDGs. Local governments have adopted "territorialized" strategies in order to respond to local problems and needs.

Thus, the present study seeks to explore the role of municipalities in the Aveiro Region in the territorialization of the 2030 Agenda goals, understanding how they have debated and brought the SDGs to the local political agenda, which actors have been involved in the process, as well as how they have monitored the SDGs in their territory.

In this sense, a multiple case study research approach was used, whose qualitative data collection went through documentary research related to the field of sustainability. The quantitative methodology consisted in the application of a questionnaire survey in order to listen to the CIRA municipalities on how they discuss the goals of the 2030 Agenda in their territory.

Thus, the process of "territorialisation" of the SDGs in municipalities involves the implementation of factors such as Political Commitment; Communication of the Agenda by municipalities; Development of Local Agendas; Follow-up and Monitoring; Involvement with local actors and NGOs; Participation in national, european, and international networks that help put the 2030 Agenda into practice. What was concluded is that the CIRA municipalities have not fully created a local strategy for sustainable development and that there is no commitment to comply with the 2030 Agenda.

Therefore, this research is an opportunity for municipalities to analyse their position in relation to the implementation of the 2030 Agenda in their territories, but also to look at examples of municipalities that have a local strategic agenda in place, as well as good practices and initiatives that can serve as a motto for implementation in their territories.

# Índice

<b>Índice de Figuras</b> .....	<b>ii</b>
<b>Índice de Tabelas</b> .....	<b>iii</b>
<b>Índice de Gráficos</b> .....	<b>iii</b>
<b>Siglas e Abreviaturas</b> .....	<b>iv</b>
<b>1. Introdução</b> .....	<b>1</b>
1.1. Enquadramento e justificação do tema .....	1
1.2. Objetivos .....	4
1.3. Metodologia .....	5
1.4. Estrutura da dissertação .....	7
<b>2. Revisão da Literatura</b> .....	<b>9</b>
2.1. Enquadramento do conceito de Desenvolvimento Sustentável .....	9
2.2. Agenda Política para o Desenvolvimento Sustentável .....	13
2.2.1. A agenda política Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.....	13
2.2.2. A agenda política Europeia para o Desenvolvimento Sustentável.....	17
2.3. A importância da Agenda 21 Local .....	19
2.4. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	22
2.4.1. “Localização” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	24
2.4.2. Papel dos municípios na implementação e monitorização dos ODS .....	27
<b>3. Metodologia e Caracterização do Estudo de Caso</b> .....	<b>33</b>
3.1. Metodologia .....	33
3.2. Caracterização dos municípios em estudo .....	34
i. Águeda .....	35
ii. Albergaria-a-Velha.....	36
iii. Anadia .....	36
iv. Aveiro.....	37
v. Estarreja.....	38
vi. Ílhavo.....	38
vii. Murtosa .....	38
viii. Oliveira do Bairro .....	39
ix. Ovar.....	39
x. Sever do Vouga .....	40
xi. Vagos.....	40
<b>4. Resultados</b> .....	<b>41</b>



4.1.	Resultados da consulta aos <i>websites</i> .....	41
i.	Águeda .....	42
ii.	Albergaria-a-Velha.....	44
iii.	Anadia .....	45
iv.	Aveiro.....	45
v.	Estarreja.....	46
vi.	Ílhavo.....	47
vii.	Murtosa .....	48
viii.	Oliveira do Bairro .....	48
ix.	Ovar.....	50
x.	Sever do Vouga .....	50
xi.	Vagos.....	51
4.2.	Resultados do inquérito .....	53
4.2.1.	Secção A: Governação Municipal para o Desenvolvimento Sustentável ....	53
4.2.2.	Secção B: Governação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	56
4.2.3.	Secção C: Governação Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável	61
<b>5.</b>	<b>Discussão .....</b>	<b>64</b>
5.1.	Territorialização da Agenda 2030 das Nações Unidas pelos municípios: debate e transposição das metas, atores envolvidos na discussão e monitorização da Agenda	65
5.2.	Papel da governação multinível na monitorização das metas da Agenda 2030 ..	68
<b>6.</b>	<b>Conclusão .....</b>	<b>72</b>
	<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>74</b>
	<b>Anexos.....</b>	<b>86</b>
	Anexo 1 – Tabelas de análise da caracterização dos municípios.....	86
	Anexo 2 – Inquérito por questionário .....	92

### **Índice de Figuras**

<b>Figura 1</b>	- Esquema metodológico aplicado na dissertação.....	7
<b>Figura 2</b>	- Era Holoceno .....	11
<b>Figura 3</b>	- Doughnut Economy - A safe and just space for humanity .....	12
<b>Figura 4</b>	- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	23
<b>Figura 5-</b>	Mapa da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro .....	35

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1</b> - Principais eventos promotores da sustentabilidade ao nível local na União Europeia.....	18
<b>Tabela 2</b> - Fatores que contribuem para a “territorialização” dos ODS por parte dos municípios .....	30
<b>Tabela 3</b> - Resultado da pesquisa nos sites do município.....	52
<b>Tabela 4</b> - Dimensões que carecem de maior atenção nos municípios .....	54
<b>Tabela 5</b> - Estratégias, políticas ou planos de ação de acordo com os 17 ODS .....	58
<b>Tabela 6</b> - Indicadores de monitorização e mecanismos de divulgação do progresso do DS .....	61
<b>Tabela 7</b> - Fatores, procedentes do trabalho em rede intermunicipal, que contribuem para a promoção do Desenvolvimento Sustentável no território.....	62
<b>Tabela 8</b> - Discussão da Agenda 2030.....	71

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Desafios na promoção do Desenvolvimento Sustentável no município .....	55
<b>Gráfico 2</b> - Desenvolvimento de estratégias, políticas e planos de ação no município. ....	57
<b>Gráfico 3</b> - Atores com os quais os municípios dialogam para a implementação dos ODS .....	59
<b>Gráfico 4</b> - Governação Intermunicipal na prossecução do Desenvolvimento Sustentável .....	63

## Siglas e Abreviaturas

A21L -Agenda 21 Local  
ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa  
CECVS – Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis  
CESOP-Local – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião - Local  
CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro  
CNUAD – Conferência das Nações Unidas Sobre o Ambiente e Desenvolvimento  
CO<sub>2</sub> – Dióxido de Carbono  
COP21 – Conferência das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas  
COP24 - Conferência das Nações Unidas Sobre as Alterações Climáticas  
COP26 - Conferência das Nações Unidas Sobre o Clima  
CQNUAC - Convenção – Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas  
DS - Desenvolvimento Sustentável  
EMAAC - Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas  
HLPF - *High-Level Political Forum*  
ICLEI – *International Council for Local Environmental Initiatives*  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social  
NDC – Contribuições Nacionalmente Determinadas  
NUT III - Unidade Territorial Estatística de Nível III  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONG's – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAES - Plano de Ação para a Energia Sustentável  
PAESC - Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima  
PMAAC - Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas  
PMAAC-I - Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ílhavo  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento  
UA – Universidade de Aveiro

UCLG – *United Cities and Local Governments*

UE – União Europeia

UN- HABITAT – Programa das Nações Unidas Para os Povoamentos Humanos

VLR – *Voluntary Local Reviews*

# 1. Introdução

## 1.1. Enquadramento e justificação do tema

Os últimos anos têm sido marcados pelo agravamento cada vez mais profundo de problemas de ordem social, económica e ambiental à escala mundial. Questões como as alterações climáticas, crises migratórias, guerras, o agravamento da pobreza e das desigualdades e o crescimento de discursos de ódio e da violência de género entre países (UNRIC, 2021) tem ecoado junto das instâncias internacionais uma crescente onda de preocupação, pondo em causa o assegurar do desenvolvimento sustentável (DS) dos territórios (ONU, 2017). Exemplo disso, são a grave crise sanitária sentida nos dias de hoje e a guerra na Ucrânia.

O contexto pandémico da COVID-19 fez emergir e reforçar problemas já existentes, especialmente nos países mais vulneráveis e de baixo rendimento (*Sachs et al.*, 2020). Um dos exemplos mais visíveis retrata a desigualdade na distribuição de vacinas entre países ricos e pobres (*Sachs et al.*, 2021), com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a reforçar a necessidade de equidade no acesso à vacinação de todos os países. Com o objetivo de ter inoculada cerca de 70% da população de cada país até 2022, é visível um distanciamento face a esta meta uma vez que 85% da população africana ainda não recebeu qualquer dose da vacina (ONU, 2022).

Desta feita, o ano de 2020 representou um “revés para o desenvolvimento sustentável” (*Sachs et al.*, 2021, p.20) tendo afetado diretamente as dimensões económica, social e ambiental do DS, com a pandemia a colocar uma maior pressão no cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e consequentemente dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo *Sachs et al.* (2020, 2021) foi notório um aumento da pobreza (ODS1) e da fome (ODS2) nestes últimos anos, onde se estima que cerca de 120 milhões de pessoas se encontram em situação de pobreza extrema, resultado de um aumento da taxa de desemprego e da recessão económica gerada pelo *lockdown* global dos mercados. Foi visível ainda uma diminuição da esperança média de vida e um impacto significativo na saúde mental da população (ODS 3) (*Sachs et al.*, 2021).

Quanto ao ensino e educação (ODS 4) registaram-se, fruto do encerramento das escolas, desigualdades no acesso aos meios digitais (*Sachs et al.*, 2021). Já no que toca à ação climática e proteção da biodiversidade (ODS 13, 14, 15) foi perceptível, no ano de

2020, uma evolução temporária positiva da degradação ambiental e da redução de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para a atmosfera, contudo, o ano de 2021 marca um revés ao ver diluída esta condição fruto do alívio das restrições em todo o mundo (Sachs *et al.*, 2020; Sachs *et al.*, 2021).

Neste sentido, o consumo desmedido de recursos naturais limitados trouxe consigo o problema da escassez e renovação dos mesmos, reforçando a ideia de “incompatibilidade entre os atuais padrões de produção e consumo” (Schmidt *et al.*, 2005, p.124) levando a uma necessária alteração dos paradigmas em torno do desenvolvimento. Desta feita, instituições internacionais, governos nacionais, setor privado, Organizações Não Governamentais (ONG's) e sociedade civil devem responder aos impactos negativos gerados em torno dos ecossistemas.

Em 1987, o Relatório de *Brundtland* fez emergir um novo cânone do desenvolvimento ao operacionalizar a noção de desenvolvimento sustentável como um fenómeno que devia ser capaz de atender às carências das gerações presentes e futuras com base na tríade dos pilares de desenvolvimento: económico, social e ambiental (WCED, 1987).

Com a Cimeira da Terra, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, o foco em torno de questões de ordem ambiental emergiu, ressaltando a necessidade da criação de uma política global para o desenvolvimento sustentável. Surgiu assim um programa de ação, a Agenda 21, adotado pelos países presentes na conferência, o qual apontou na altura, ao nível local e regional, um forte papel dinamizador na promoção do desenvolvimento sustentável local. E precisamente o capítulo 28 da Agenda 21, indicou a necessidade de implementar uma Agenda 21 Local (A21L), mobilizada pelos governos locais, enquanto ferramenta de mobilização e participação de todos os espectros da comunidade, desde cidadãos, organizações não governamentais, locais e cívicas (ONU, 1992).

Em 2015, a Resolução “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development”, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, traçou uma nova estratégia para o mundo em matéria de desenvolvimento sustentável reformulando uma nova Agenda de Desenvolvimento, com foco na erradicação da fome e da pobreza; no combate às desigualdades entre países; na proteção dos direitos humanos e na promoção da igualdade de género; e, na proteção do ambiente e dos recursos naturais (ONU, 2015d).

Apesar de se tratar de uma agenda com ambição global, esta apontou para os níveis local, regional e nacional como verdadeiros promotores dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos, podendo ter um papel preponderante na concretização e alcance das suas 169 metas, mensuráveis mediante 231 indicadores

presentes na Agenda integrando as dimensões económica, social e ambiental (Grochová & Litzman, 2021; ONU, 2015d; Saunders & Luukkanen, 2022). E pela primeira vez a nível mundial, estabeleceu-se um ODS especificamente voltado para o contexto local: para as cidades e comunidades (ODS 11).

E é precisamente a escala local a efetivar um papel primordial na promoção da sustentabilidade local e global, fruto da proximidade ao território e à população e na capacidade de reconhecer e dar resposta aos seus problemas. Os governos locais podem assim assumir um papel ativo na implementação eficiente de políticas públicas e na prestação de serviços públicos (Tavares *et al.*, 2018), fruto, por um lado, da proximidade aos cidadãos e da possibilidade de “responder aos seus anseios, preferências e necessidades” (Teles, 2021) e, por outro, a maior capacidade de mobilização de *stakeholders*, desde o setor privado à sociedade civil (Fidélis & Pires, 2009), levando à participação destes no processo de implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, no que toca ao exemplo português, o processo de descentralização e o “maior envolvimento dos governos locais nos processos de integração e desenvolvimento regional” (Tavares *et al.*, 2018, p.15) originaram mudanças no modelo da governação local, nomeadamente dotando as autoridades locais de maior responsabilidade e poderes em torno do desenvolvimento (Rede para o Desenvolvimento, 2020). Denote-se, contudo, que Portugal, embora já apresente “características que se coadunem com modelos de descentralização administrativa e política, com um nível de autonomia particularmente significativa” (Teles, 2021, p.n.d.), ainda se apresenta como um país centralizado (Teles, 2021).

Posto isto, esta investigação tem como principal objetivo perceber como têm os municípios Portugueses, nomeadamente os municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), territorializado os ODS decorrentes da Agenda 2030 e como monitorizam as suas metas. Esta ideia prende-se com o facto de ter sido atribuído aos municípios um papel importante no âmbito da implementação e concretização desta Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente ao serem capazes de “transformar uma agenda ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente, tornando-a realidade para os cidadãos” (Rede para o Desenvolvimento, 2020, p.18). Por sua vez, a “territorialização”, isto é, a implementação de estratégias e metas para um território, pode ainda ser vista como uma oportunidade de transformação das cidades no que toca ao desenvolvimento dos territórios e da sua sustentabilidade.

Perante isto, o objetivo passa por entender a forma como o poder local tem assumido o seu papel global no debate local sobre o cumprimento dos ODS. Pretende-se desta forma estudar os onze municípios da Região de Aveiro, também pertencentes à CIRA, tornando-se determinante perceber se estes municípios tiram partido da cooperação intermunicipal, na partilha de recursos, informação e fornecimento de bens e serviços (Teles, 2021). Além disso, pretende-se compreender a forma como a governação multinível em Portugal tem contribuído para a discussão e territorialização de metas globais de desenvolvimento sustentável pois, apesar de alguma autonomia, a governação local ainda carece de uma articulação entre os diferentes níveis da administração central no que toca à execução de políticas públicas locais (Teles, 2021) e quais os benefícios que estes municípios podem tirar disso.

## **1.2. Objetivos**

Mais de 7 anos após a criação da Agenda 2030 das Nações Unidas e com o poder local, mais concretamente os municípios, a ganharem um papel central na promoção da sustentabilidade, importa perceber como é que os onze municípios pertencentes à Região de Aveiro, estudo de caso desta investigação, debatem e transpõem as metas e prioridades da Agenda 2030 no seu território (“territorialização”) e que papel assume a governação multinível na monitorização destas metas.

Como ponto de partida, o presente trabalho visa responder a duas questões de investigação:

1. Como é que os municípios estão a “territorializar” a Agenda 2030 das Nações Unidas?
2. Qual o papel que a governação multinível assume na monitorização das metas impostas na Agenda 2030, em prol do desenvolvimento sustentável?

Para tal, foram estabelecidos objetivos específicos que irão auxiliar na resposta às questões, sendo eles:

- 1.1. Compreender como é que os municípios estão a debater e a discutir prioridades da Agenda 2030 para o seu território, isto é, a “territorializar” a Agenda 2030.
- 1.2. Perceber que atores estão os municípios a envolver nessa discussão (locais, regionais, etc.).
- 2.1. Perceber se os municípios estão a monitorizar as metas da Agenda 2030 e se existe comunicação desta monitorização para a sociedade civil local.



2.2. Avaliar de que forma a governação multinível (sobretudo a nível intermunicipal, regional e nacional) tem apoiado os municípios na implementação e monitorização das metas da Agenda 2030.

### **1.3. Metodologia**

Para dar resposta aos objetivos colocados, foi adotada uma metodologia mista, com base numa revisão da literatura e uma abordagem de investigação de estudo de caso múltiplo (figura 1).

A revisão da literatura incidiu na análise de artigos científicos, livros, documentos e publicações de organizações institucionais (por exemplo da ONU ou OCDE), compreendendo a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável; a crescente importância do nível local em termos internacionais, europeu e nacional; e a forma como estes podem ter impacto direto na monitorização e localização dos ODS no território.

O estudo de caso trata uma estratégia de investigação (Dooley, 2002; Yin, 2018) que “investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2018, p.45), com o “caso” a incluir indivíduos, organizações, nações, políticas, processos, acontecimentos (Coutinho & Chaves, 2002; Sjoberg *et al.*, 1991).

Desta feita, a investigação incidiu sobre os onze municípios da Região de Aveiro, também pertencentes à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro na tentativa de conseguir compreender como estes municípios estão, individualmente, a territorializar a Agenda 2030 e igualmente como se articulam entre si nessa implementação, bem como que atores estão envolvidos no processo e qual o papel assumido na monitorização das metas da Agenda 2030. Estas questões de investigação tornam-se pertinentes se se olhar para o processo de descentralização e a forma como nos últimos anos existiu um aumento na atribuição de competências e responsabilidades aos governos locais, mais concretamente aos municípios e o seu papel ativo no processo de implementação de políticas públicas (Tavares *et al.*, 2018).

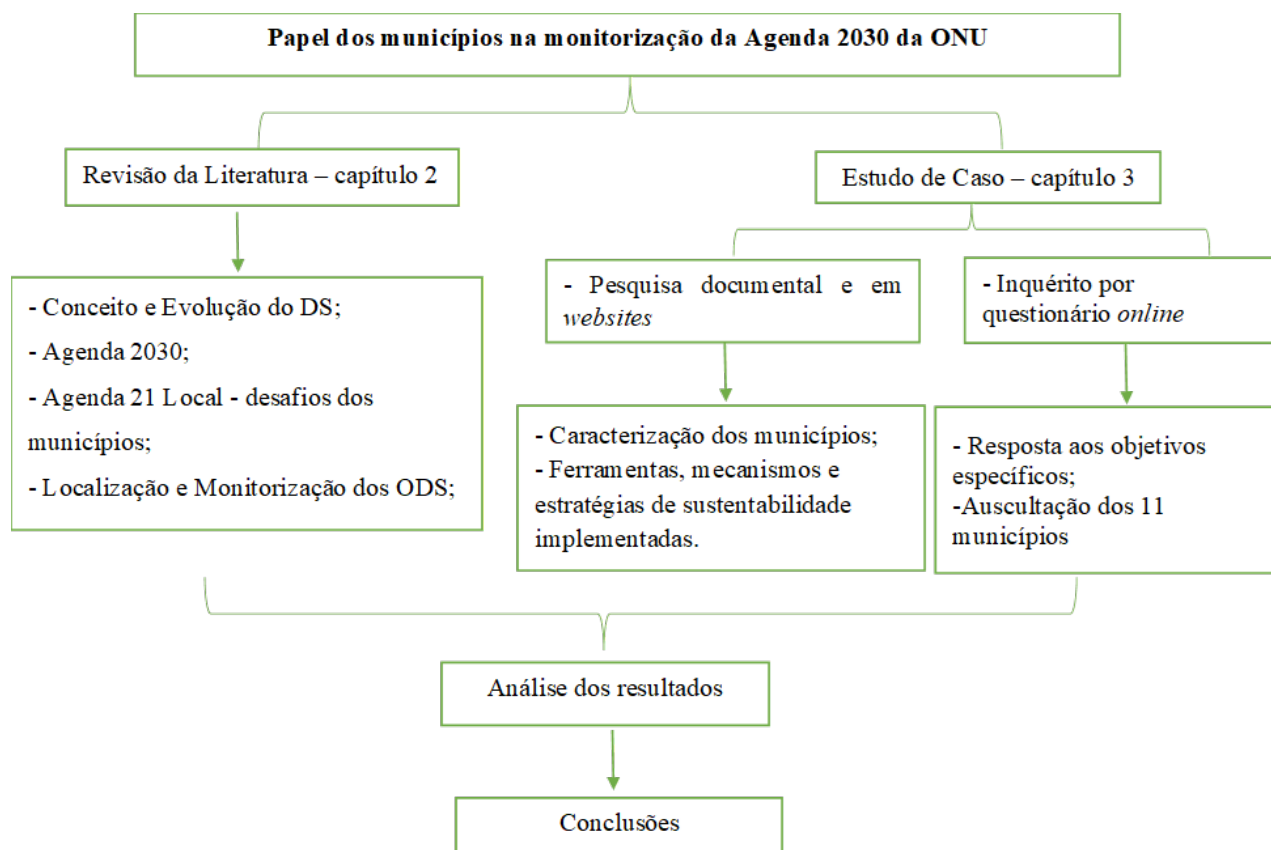
Quanto aos instrumentos de recolha de dados, esta abordagem permite a possibilidade de serem utilizadas várias técnicas de recolha de informação, permitindo deste modo o cruzamento e a triangulação de informação tornando-a mais fiável (Dooley, 2002; Yin, 2018). Neste estudo foi utilizada uma metodologia mista, com recurso a ferramentas qualitativas e quantitativas.

Na metodologia qualitativa recorreu-se à pesquisa documental com a consulta dos *websites* dos onze municípios, assim como a leitura de documentos oficiais com o objetivo de analisar o tipo de informação relativa ao campo da sustentabilidade que está disponibilizada à população. Foram ainda consultadas redes de monitorização como a plataforma ODSlocal, a CESOP-Local, o ECOXXI e a página “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”. O objetivo foi o de traçar uma primeira caracterização dos municípios tendo por base a existência de ferramentas, mecanismos e estratégias de sustentabilidade implementadas.

De seguida, com base na recolha de informação, foi realizado um inquérito por questionário *online* enviado a todos os municípios, através de endereço eletrónico dos responsáveis pelos Departamentos e Divisões de Ambiente e dos setores de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. A escolha deste método, de administração direta (Quivy & Campenhoudt, 1998), composto por perguntas fechadas e abertas, incorre no facto de se tratar de um método que permite comparações fruto do facto de todos os inquiridos responderem às mesmas questões (Haro *et al.*, 2016, p.72).

O recurso a este método teve como intuito dar resposta aos objetivos específicos, na tentativa de compreender como os municípios discutem e envolvem outros atores locais na promoção desta agenda global e a forma como monitorizam a Agenda 2030. Por sua vez, pretendeu-se olhar para a forma como os municípios encaram estes planos como uma oportunidade de desenvolvimento local, dado o carácter de importância que estes obtêm na proximidade às populações.

Por fim, importa referir que a escolha do estudo de caso múltiplo permite a sua aplicação a contextos e situações da vida mundana (Dooley, 2002), além de permitir “contestar e contrastar as respostas obtidas de forma parcial com cada caso que se analisa” (Rodríguez *et al.*, 1999 citado por Meirinhos & Osório, 2010, p.58).



**Figura 1** - Esquema metodológico aplicado na dissertação

Fonte: Elaboração própria

#### 1.4. Estrutura da dissertação

A presente dissertação divide-se em 6 capítulos. O primeiro capítulo comporta um momento introdutório no qual foi feito um enquadramento ao tema da dissertação, contendo as questões de investigação e os objetivos específicos que dão mote ao desenvolver do trabalho, uma breve justificação da metodologia e a estrutura da dissertação.

O segundo capítulo diz respeito à Revisão da Literatura. Este segmento está dividido em três secções. A primeira secção trata do enquadramento histórico acerca da noção de desenvolvimento sustentável, abordando o contexto internacional, europeu e português a fim de apresentar a evolução deste conceito. A segunda secção aborda a Agenda 21 e a evolução da implementação da Agenda 21 Local no contexto internacional e nacional com o propósito de perceber os desafios encontrados pelos municípios e outros *stakeholders* no que toca ao cumprimento de agendas globais de DS. Por fim, a terceira secção destina-se ao foco da dissertação, contemplando uma análise da monitorização da

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nalguns países e no papel que a governação multinível tem tido para a sua territorialização e implementação.

O terceiro capítulo diz respeito à Metodologia. Numa primeira parte faz-se a caracterização dos municípios em estudo para posteriormente se descrever o processo de revisão da literatura com base em artigos científicos, livros, documentos e publicações de organizações institucionais. De seguida, para dar resposta aos objetivos específicos, recorreu-se ao método de estudo de caso múltiplo, baseado na utilização de uma metodologia mista. Detalha-se a metodologia qualitativa para a pesquisa bibliográfica nos sítios oficiais dos municípios e de seguida, descreve-se a metodologia quantitativa de aplicação de um questionário *online* aos onze municípios.

O quarto capítulo diz respeito à análise dos Resultados, oriunda dos dados qualitativos e quantitativos recolhidos, expondo os resultados à luz dos objetivos estabelecidos.

O quinto capítulo refere-se à discussão dos resultados à luz de outras experiências mundiais e na identificação de soluções que permitam melhorar a territorialização da Agenda 2030 em Portugal.

Por fim, o último capítulo diz respeito às conclusões retiradas, principais recomendações e limitações do estudo.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1. Enquadramento do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Não é de hoje a preocupação mundial sentida em torno da sustentabilidade do planeta. Os problemas globais de ordem ambiental e socioeconómica como as alterações climáticas, consequência do aquecimento global e do degelo das calotes polares, a perda de biodiversidade, a degradação dos solos, o consumo desmedido dos recursos naturais finitos, as desigualdades sociais causadas pela pobreza e pelo desemprego levaram, quer a comunidade científica como as instâncias internacionais, a questionar se o futuro da humanidade no planeta estaria assegurado (Duran *et al.*, 2015; Roy, 2020). Todas estas questões levantaram a incerteza acerca da possibilidade de se assegurar que no futuro as necessidades dos cidadãos fossem asseguradas.

Neste sentido, ao longo dos anos, a literatura tem mostrado uma evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. Para Pearce *et al.* (1989, p.1-2) o desenvolvimento sustentável “implica a conceção de um sistema social e económico, (...) ou seja, que os rendimentos reais aumentem, que os padrões educacionais aumentem, que a saúde da nação melhore, e que a qualidade geral de vida seja avançada”.

Harwood (1990) referiu que o “desenvolvimento sustentável é um sistema que pode evoluir indefinidamente para uma maior utilidade humana, uma maior eficiência de utilização dos recursos e um equilíbrio com o ambiente favorável ao homem e à maioria das outras espécies” (citado por Duran *et al.*, 2015, p.807). Van der Merwe e Van der Marwe (1999) definiram como um “programa para mudar o processo de desenvolvimento económico para garantir uma qualidade de vida básica para todas as pessoas e, ao mesmo tempo, proteger os ecossistemas e sistemas comunitários que tornam a vida possível e meritória” (citado por Bhandari, 2019, p.101).

Roy (2020) apontou o desenvolvimento sustentável como um “paradigma de desenvolvimento” (p.1) que visou assegurar um equilíbrio entre as componentes sociais, económicas e ambientais em prol da salvaguarda da vida do planeta Terra.

Posto isto, ao conceito de desenvolvimento sustentável surgiram três dimensões primordiais: económica, social e ambiental (Bhandari, 2019; Duran *et al.*, 2015; Ksonzhyk *et al.*, 2021; Zhukovska *et al.*, 2021) as quais deviam atuar em harmonia para que seja possível assegurar crescimento económico; inclusão e igualdade social; salvaguarda do meio ambiente e luta contra as alterações climáticas (Schmidt *et al.*, 2005). Também Raworth (2012) reforçou a ideia de que a erradicação da pobreza, a

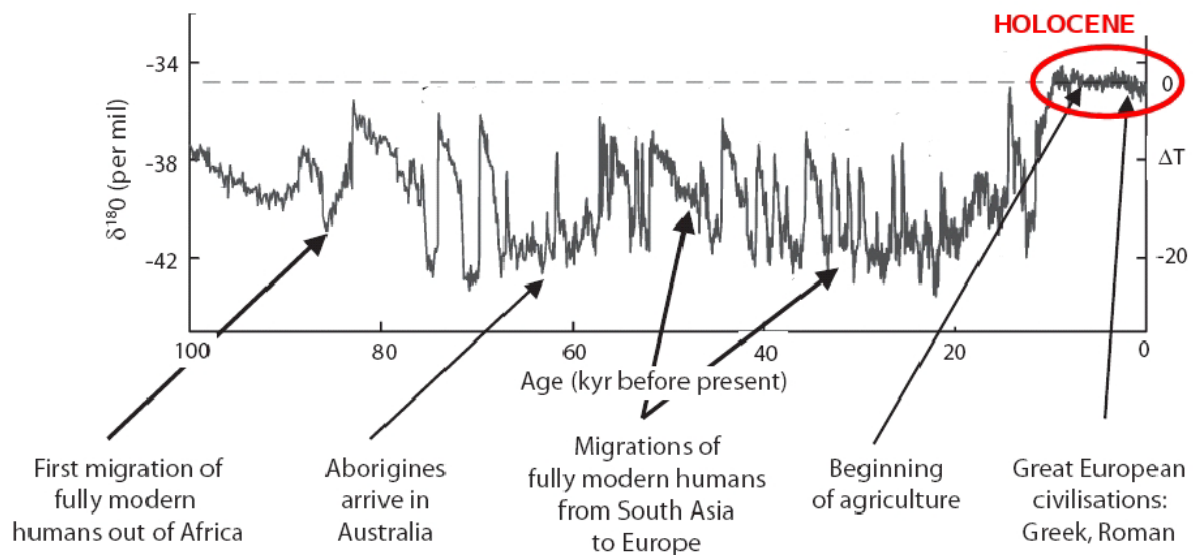
justiça social e a estabilidade ecológica são dimensões que deviam estar intrinsecamente associadas quando se fala em desenvolvimento.

Partindo da definição apresentada por *Brundtland* (1987), a qual referiu a necessidade de se verem asseguradas as necessidades do presente e do futuro tendo por base o uso racional dos recursos naturais finitos, o que o século XXI nos mostra é que um dos principais desafios que a humanidade terá de enfrentar se prende com o facto de, por um lado, uma porção da população viver acima daqueles que são os limites do planeta e, por outro, existir população a viver em privação (Raworth, 2012).

Perante este cenário, Raworth (2012) apontou três razões que suportaram esta ideia: o facto de durante muito tempo o combate à fome e pobreza e o consumo desmedido dos recursos naturais não serem prioridade dos governos; o sistema económico dos países não ser inclusivo e sustentável; e, por fim, o plano de ação em torno do alcance do desenvolvimento sustentável, quer com o Relatório de *Brundtland* (1987), com a Agenda 21 (1992) e com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) (2015), não terem suscitado efeitos relevantes (Raworth, 2012).

Mais recentemente outras perspetivas surgiram e que mostraram uma forma muito mais desafiante de ver estes problemas. Em 2009, o *Stockholm Resilience Centre*, através de um grupo de 29 cientistas, apresentaram uma nova abordagem acerca do alcance da sustentabilidade global, definindo o que intitularam como “fronteiras planetárias” ou “limites do Planeta” (tradução de *planetary boundaries*) para que a “humanidade possa operar em segurança” (Rockström *et al.*, 2009a, p.1).

Este novo olhar para o desenvolvimento sustentável e para as alterações que o planeta foi sofrendo, principalmente mudanças ambientais significativas, surgiu derivado do facto de a estabilidade do sistema terrestre que se verificava há 10 000 anos atrás, e que os geólogos apelidavam de Holoceno (figura 2), estar a sofrer alterações (Raworth, 2012; Rockström *et al.*, 2009b). Esta nova era, conhecida como Antropoceno, reafirmou a influência e risco que a atividade humana tem face às mudanças ambientais a nível mundial, nomeadamente no uso excessivo de combustíveis fósseis e da agricultura industrializada (Rockström *et al.*, 2009b).



**Figura 2 - Era Holoceno**

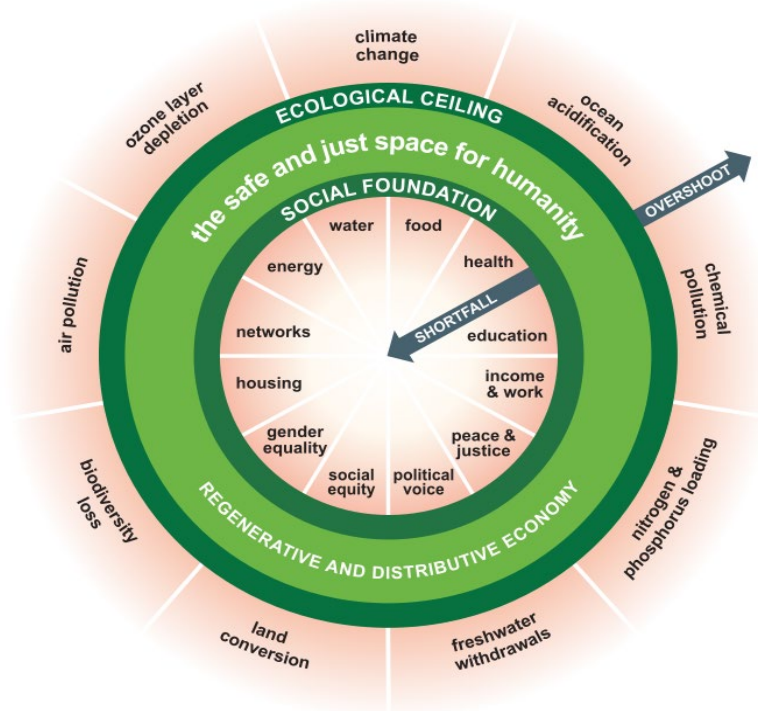
Fonte: Rockström *et al.*, 2009a, p.3

Quanto às nove “fronteiras planetárias” o objetivo tratou o de assegurar que não são ultrapassados os limites que colocassem em causa a estabilidade do sistema terrestre (Pisano & Berger, 2013). São elas: 1) Alterações Climáticas; 2) Acidificação do Oceano; 3) Degradação do ozono estratosférico; 4) Carga de aerossol atmosférico; 5) Fluxos biogeoquímicos: interferência com os ciclos do fósforo e do azoto; 6) Utilização Global de Água Doce; 7) Alteração do Uso do Solo; 8) Integridade da Biosfera ; 9) Poluição Química (Rockström *et al.*, 2009a, pp.8-9).

No seguimento, a economista inglesa Kate Raworth (2012) apresentou um novo olhar sobre o DS através do que designou por “Economia de Donut” (tradução de *Doughnut Economy*) visando mostrar que, através da aliança entre a justiça social e a sustentabilidade ambiental, era possível alcançar crescimento económico sustentável e equitativo, ou seja, encontrar um espaço “ecologicamente seguro e socialmente justo – um espaço em que a humanidade pode prosperar” (DEAL, 2020, p.1).

Tal como se pode verificar através da figura 3, no que toca ao anel da fundação social, este está diretamente relacionado com a dignidade humana procurando reforçar que todos deviam ter acesso a condições de vida básica e, neste sentido, comporta 12 dimensões das quais a água, comida, saúde, educação, rendimento e emprego, paz e justiça, voz política, equidade social, igualdade de género, habitação, *networking* e energia (Luukkanen *et al.*, 2021; Raworth, 2012).

Quanto ao anel respeitante ao teto ecológico são incluídas 9 dimensões derivadas das “fronteiras planetárias” de Rockström *et al.* (2009a) a fim de definir limites que não devem ser ultrapassados no que respeita à sustentabilidade ambiental, como vimos atrás.



**Figura 3 - Doughnut Economy - A safe and just space for humanity**

Fonte: Raworth, 2012, p.15

Em termos práticos, denote-se o exemplo de Amesterdão, cidade dos Países Baixos, que em 2020 se tornou a primeira cidade em termos mundiais, a introduzir a economia de *donut* como parte das suas políticas públicas, procurando reformas que conciliassem a justiça social e a transição ecológica (Grenoble in Transition, 2021).

Um outro exemplo de sucesso trata a cidade de Grenoble na França, que detém o título de Capital Verde Europeia de 2022, e que apresentou, através de um relatório intitulado *Grenoble in Transition 2021*, os progressos e projetos criados pelo município em torno do desenvolvimento sustentável com o intuito de divulgar e dar a conhecer a todos os cidadãos. Este relatório continha uma secção intitulada “Living in the city” cujo foco apresentou as respostas e iniciativas dadas pelo município no âmbito dos desafios provocados pelas alterações climáticas. O segundo capítulo “A City for Everyone” apontou para a participação da sociedade civil e outros *stakeholders* nestes processos e,



por fim, o terceiro capítulo “Reshaping Public Initiatives” o qual mostrou iniciativas vistas como um exemplo a seguir no caminho para a transição em termos social e ambientais (Grenoble in Transition, 2021).

## **2.2. Agenda Política para o Desenvolvimento Sustentável**

Nesta secção será apresentado um breve enquadramento teórico acerca dos marcos e feitos celebrados em volta do desenvolvimento sustentável, assinalando alguns dos contributos históricos fundamentais à inserção deste conceito nas agendas políticas, quer internacional quanto europeia.

A secção 2.3. e 2.4. contemplará uma análise aos dois instrumentos de ação (A21L e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) fundamentais à aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável, com destaque à importância do nível local na concretização e localização destas agendas, enquanto motor principal do objetivo deste estudo.

### **2.2.1. A agenda política Internacional para o Desenvolvimento Sustentável**

Em 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo na Suécia, registou-se um importante passo para a prossecução da sustentabilidade (Bhandari, 2019), ao evidenciar-se a necessidade de olhar para a problemática ambiental a uma escala global. Ficou ainda marcada pela breve introdução ao conceito de DS, ainda que de forma pouco explícita (Mensah, 2019).

No seguimento, este ano ficou ainda marcado pela publicação do relatório *The Limits to Growth* (1972), divulgado pelo Clube de Roma<sup>1</sup>. Neste, os autores efetuaram uma simulação, confrontando os indicadores do crescimento económico e demográfico relativamente à quantidade de recursos naturais escassos, com os resultados apresentados a apontarem um cenário pouco favorável (Grochová & Litzman, 2021). Meadows *et al.* (1972) referiram que “se as tendências atuais de crescimento da população mundial, da industrialização, da poluição, da produção alimentar e do esgotamento dos recursos

---

<sup>1</sup> Clube de Roma, liderado por Aurélio Peccei e Alexander King e mais 30 profissionais, que se reuniram para debater a escassez de recursos finitos do planeta e os problemas associados à degradação ambiental. O objetivo era o de alertar os líderes mundiais para os problemas a longo prazo do consumo desmedido dos recursos limitados. Do Clube de Roma saiu ainda o famoso relatório *The Limits to Growth*, com o intuito de chamar a atenção para o ambiente global (Bhandari, 2019; Meadows *et al.*, 1972).

continuarem inalteradas, os limites de crescimento neste planeta serão atingidos algures nos próximos cem anos” (p.23).

Em 1987, com o Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento: *Our Common Future* ou Relatório de *Brundtland*, surgiu a génese do conceito de desenvolvimento sustentável, no qual a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland definiu como um fenómeno que procurou dar “resposta às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de poderem satisfazer as suas” (WCED, 1987, p.37).

Contudo, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também conhecida como “Cimeira da Terra”, no Rio de Janeiro em 1992, assinalou um importante marco histórico na discussão mundial sobre sustentabilidade e defesa do ambiente, gerando uma nova agenda para o DS, do qual foram aprovados quatro importantes documentos: A Declaração do Rio; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Diversidade Biológica e a Agenda 21 (Owen & Videras, 2008).

Após esta Cimeira, seguiram-se vários acontecimentos, entre eles a Declaração do Milénio acordada em 2000 pela ONU, do qual saíram os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio estabelecidos para o período temporal de 2000 – 2015, e cujas metas ambiciosas tinham como principais destaques a erradicação da pobreza; proteção do meio ambiente; promoção de igualdade de género, entre outros (ONU, 2015c). Em 2002, na cidade sul-africana de Joanesburgo, realizou-se a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável numa tentativa de reafirmar a necessidade de aumentar os esforços para cumprir os objetivos traçados para o desenvolvimento (Comissão Europeia, 2002).

No seguimento da Cimeira de 2002, a ONU promoveu um conjunto de Conferências Internacionais sobre o Financiamento do Desenvolvimento com o propósito de mobilizar meios financeiros para fazer face ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento, em especial na convergência para o execução de metas ambiciosas como a erradicação da pobreza e da fome (dimensão social); a garantia de crescimento económico (dimensão económica) e a proteção do meio ambiente (dimensão ambiental) (ONU, 2015a).

Em 2002, na cidade de Monterrey no México, realizou-se a 1ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, do qual surgiu o “Consenso de Monterrey”, tendo como pano de fundo o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento acordados na Declaração do Milénio (2000), mas também na mobilização de recursos; promoção do comércio internacional e na elevação da

“cooperação financeira e técnica internacional para o desenvolvimento” (ONU, 2003). A 2ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento realizou-se em 2008, na cidade de Doha no Catar, da qual saiu a “Declaração de Doha”, confirmando a necessidade de financiamento para o desenvolvimento.

Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012, também denominada “Rio+20” no Rio de Janeiro, do qual saiu a declaração *The Future we want*, reconheceu que houve um progresso desigual no que toca ao desenvolvimento sustentável e à erradicação da pobreza, numa retrospectiva aos 20 anos passados após o acordado na “Cimeira da Terra” (1992). Mesmo resultando num redondo falhanço em termos de novos compromissos internacionais, esta cimeira reforçou a “necessidade de fazer progressos na implementação de compromissos anteriores” (ONU, 2012, p.6). Não só as duas décadas anteriores, desde o compromisso assumido com a criação da Agenda 21, não obtiveram resultados preponderantes (Raworth, 2012) como esta cimeira apenas resultou num adiar de compromissos. O documento final enfatizou a necessidade de erradicar a pobreza e a fome reforçando o fosso visível ainda entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no que toca ao DS (ONU, 2012).

As grandes decisões ficaram adiadas até 2015, ano em que se atingiram compromissos mais alargados num conjunto de matérias. Em 2015, realizou-se a 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento na cidade de Adis Abeba na Etiópia, do qual saiu a “Agenda de Ação de Adis Abeba”, com o intuito de reforçar o financiamento e os meios necessários para implementar e cumprir a nova agenda pós-2015 de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015a).

Face à não concretização de todos os 8 ODM, em setembro na Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada na sede da ONU em Nova Iorque, os 193 Estados-membros signatários chegaram, de forma unânime, a acordo quanto à Resolução *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development* para o espaço temporal de 2015-2030, e do qual resultaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015d), que iremos explorar em detalhe mais à frente (ver secção 2.3.).

Finalmente, em dezembro desse ano, na cidade de Paris em França, foi assinalado um dos mais importantes marcos sobre o clima, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP21) do qual resultou o “Acordo de Paris sobre o Clima” no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC). O objetivo resultou num plano de ação com vista à

descarbonização das economias mundiais como forma a parar o aquecimento global (Silva & Fernandes, 2020), nomeadamente através dos governos signatários a comprometerem-se a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa como forma a evitar um aumento da temperatura global do planeta acima dos 2°Celsius (Rezaei Sadr *et al.*, 2022). Destacou-se ainda o espírito de solidariedade assumido pelos países desenvolvidos ao concederem financiamento aos países em desenvolvimento para que estes possam combater as alterações climáticas (ONU, 2015b). Trata ainda de um Acordo cuja implementação pretendia apresentar resultados a curto e longo prazo (Bang *et al.*, 2016), no qual os principais pontos a destacar foram:

- o esforço conjunto em impedir um crescimento da temperatura média global acima dos 2°C (Rezaei Sadr *et al.*, 2022);
- por tratar-se de um acordo com uma abordagem *bottom-up* (Bang *et al.*, 2016), a nível nacional os países comprometeram-se a apresentar planos de ação climáticos, designados Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), com o objetivo de, a cada 5 anos, ser feito um balanço e serem apresentados os esforços e progressos dos governos na mitigação do problema (Silva & Fernandes, 2020);
- prossecução dos princípios de transparência, fiscalização e solidariedade com os países desenvolvidos a prover financiamento aos países em desenvolvimento para que reduzam os impactos das alterações climáticas (ONU, 2015b).

Destaca-se ainda que este Acordo reconheceu a importância que os níveis local, nacional, regional e internacional detêm, tal como referido no artigo 7, nº2 do Acordo de Paris, referindo a importância na resposta aos desafios globais impostos pelas alterações climáticas (ONU, 2015b).

Relativamente às Conferências oriundas da CQNUAC, em 2018 realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP24) em Katowice na Polónia. Desta conferência saiu o Pacote de Katowice o qual visou ressaltar a importância de tornar operacional os compromissos estabelecidos no Acordo de Paris (UNFCCC, 2018), “de forma transparente e equitativa, definindo os procedimentos e mecanismos essenciais que permitirão pôr em prática o Acordo de Paris” (Conselho Europeu - Conselho da União Europeia, 2022).

Em 2021, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP26) em Glasgow na Escócia, na qual foram registados os progressos tendo em conta o Acordo de Paris, com destaque para: o campo de financiamento da ação climática com o compromisso de os países desenvolvidos “doarem” 100 mil milhões de dólares, nos anos

seguintes, aos países em desenvolvimento; o compromisso assinado pelos governos para reduzir em 30% a emissão de metano e a finalização das Regras de Katowice do Acordo de Paris (ONU, 2015b).

Mais recentemente, no dia 5 de junho de 2022 e Dia Mundial do Meio Ambiente, celebraram-se em Estocolmo na Suécia os 50 anos da Cimeira de Estocolmo realizada em 1972 em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), intitulada Estocolmo 50+ e cujo mote “Uma Só Terra” debateu assuntos como a degradação climática; fortaleceu a necessidade de “viver de forma sustentável e em harmonia com a natureza” (UNRIC, 2022) e a necessidade de se continuar a fazer um esforço para o cumprir com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

### **2.2.2. A agenda política Europeia para o Desenvolvimento Sustentável**

A nível europeu, a UE detém um papel primordial na implementação e concretização das políticas e estratégias criadas em torno do DS, não só através das suas instituições como pelos Estados-membros, os quais obtém a capacidade para desenvolver “estratégias nacionais e envolver os governos locais e regionais nos processos de elaboração, definição, implementação, monitorização, reporte e avaliação” (Rede para o desenvolvimento, 2020, p. 40).

Neste sentido, destacaram-se alguns dos esforços da UE face à introdução do DS no quadro político europeu. Em 2001, o Conselho Europeu de Gotemburgo traçou a Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável. O objetivo passou pela preparação de uma estratégia a longo prazo visando incorporar políticas do foro económico, social e ambiental (Comissão Europeia, 2001). Mais tarde, em 2006 em Estrasburgo, foi feita uma revisão à Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável tendo sido reforçada a contínua necessidade em apostar em metas de longo prazo em prol do desenvolvimento sustentável à luz dos objetivos e ações afirmadas globalmente.

Também a Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CECVS) destacou-se enquanto instrumento fulcral na promoção das metas de sustentabilidade em solo europeu, com especial ênfase ao nível local, e cujas orientações vinham da Agenda 21 definidas pela “Cimeira da Terra” (1992). Assim, esta Campanha visava frisar ainda a importância que os níveis políticos, mais concretamente as autoridades locais, exerciam na implementação e inclusão do desenvolvimento sustentável nas suas agendas políticas.

Posto isto, será apresentado na tabela 1, um quadro-resumo de alguns dos eventos que abordaram a questão da sustentabilidade.

**Tabela 1** - Principais eventos promotores da sustentabilidade ao nível local na União Europeia

<b>Datas e eventos</b>	<b>Principais conclusões dos eventos</b>
<b>1994</b> - 1º. Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (Aalborg, Dinamarca)	-“Carta de Aalborg” - ponto de viragem no DS das áreas urbanas (Schmidt <i>et al.</i> , 2005); -Auxílio às cidades na identificação de problemas e soluções face ao desenvolvimento, mediante planos de ação local a longo prazo (AAVV, 1994).
<b>1996</b> - 2º. Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (Lisboa, Portugal)	- Aprovação do “Plano de Ação de Lisboa: da Carta à Ação”, que teve como intuito dar seguimento ao acordado em Aalborg, “criando redes de autoridades locais para lançar processos de Agenda 21 Local” (Schmidt <i>et al.</i> , 2005, p.19).
<b>2000</b> - 3ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (Hannover, Alemanha)	- Aprovação da “Declaração de Hannover” que reforçou a necessidade de continuar a fazer progressos em torno da sustentabilidade local, reforçando a aposta em políticas e estratégias de divulgação e promoção do DS (AAVV, 2000).
<b>2004</b> - 4º. Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (Aalborg, Dinamarca) - “Aalborg +10”	- Avaliação dos avanços da sustentabilidade local passados 10 anos de Aalborg; - “Compromissos de Aalborg”, acordadas 10 metas voltadas para a economia, sociedade e ambiente aplicadas a nível local (European Sustainable Cities Platform, n.d.). - Reforço do papel dos governos locais na prossecução pelo DS, e da consolidação da A21L (Prado-Lorenzo & Sánchez, 2014).
<b>2007</b> – Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis (Leipzig, Alemanha)	- Procurou colocar o desenvolvimento urbano e a coesão territorial no centro da política europeia, reforçando a necessidade de os estados estarem aptos a responder aos desafios económicos, sociais e ambientais enfrentados pelas cidades.
<b>2011</b> - Agenda Territorial da UE 2020	- Quadro político orientado para a coesão territorial (Fórum das Cidades, 2022) cujas prioridades foram: a) Promoção do desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado; b) Incentivo ao desenvolvimento integrado nas cidades, regiões rurais; c) Melhorar a conectividade territorial para indivíduos, comunidades e empresas (União Europeia, 2011).
<b>2020</b> - Agenda Territorial 2030 “Um futuro para todos os lugares” (Década da Ação para o Desenvolvimento Sustentável)	-Procura pela redução das desigualdades territoriais, fomentando o desenvolvimento local e regional; -Transição para uma economia circular derivado da globalização; -Prossecução por uma “Europa Verde” e promoção da inclusão da sustentabilidade nos territórios através do cumprimento dos ODS (União Europeia, 2020).

Fonte: Elaboração Própria

Mais recentemente, importa referir um conjunto de políticas transformadoras adotadas pela Comissão Europeia, das quais o Pacto Ecológico Europeu, que procurou promover uma sociedade inclusiva; uma economia competitiva e com base no conhecimento; e a eliminação de gases com efeito de estufa até 2050 (Comissão Europeia, 2022). Ainda a introdução de um novo Plano de Ação para a Economia Circular cujo mote referiu uma Europa mais limpa e competitiva e o estabelecimento da Lei Europeia do Clima com foco no alcance da neutralidade climática (Comissão Europeia, 2022).

### **2.3. A importância da Agenda 21 Local**

No âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento em 1992, como vimos anteriormente, a Agenda 21 surgiu como um importante programa de ação voltado para o desenvolvimento sustentável do século XXI, tendo introduzido o conceito no panorama internacional. Também a nível europeu, a CEECS mostrou-se como um forte impulsionador e o ponto de partida para a disseminação A21L.

Enquanto plano de ação, este visou ser um “instrumento de mudança” (Schmidt *et al.*, 2005) ao promover e fomentar a participação e inclusão de diversos grupos de atores desde governos nacionais, organizações internacionais, regionais e sub-regionais, sociedade civil e organizações não governamentais (ONU, 1992; Zacher *et al.*, 2021).

Tratou-se ainda de um programa abrangente pois a sua implementação foi feita a nível global, regional e local (Schmidt *et al.*, 2005). O nível local foi particularmente destacado pela CNUAD (1992), pois trata-se do nível de governação mais próximo da população, obtendo uma maior perceção dos reais problemas e necessidades da comunidade, capaz de dar resposta a questões ambientais, económicas e sociais visíveis no território (Fidélis & Pires, 2009). Assim, o capítulo 28 da Agenda 21 (1992) referiu que as “autoridades locais constroem, operam e mantêm infraestruturas económicas, sociais e ambientais, supervisionam os processos de planeamento, estabelecem políticas e regulamentos ambientais locais, e ajudam na implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais” (ONU, 1992, p.285).

Daqui surgiu, por parte das autoridades locais de cada país envolvido, um impulso internacional para a criação e implementação de uma “Agenda 21 Local”, a qual tinha como principal objetivo implementar princípios de sustentabilidade para o nível local (Kveton *et al.*, 2014).

A Agenda 21Local consistiu num programa de ação com vista à promoção de estratégias e dinâmicas de desenvolvimento sustentável a nível local, tendo por base os pilares da sustentabilidade, isto é, foco no desenvolvimento económico, na salvaguarda pelo bem estar da sociedade e na defesa do meio ambiente (Schmidt *et al.*, 2005). Além disso, tratou-se de uma agenda que visou a promoção de um processo participativo e colaborativo entre os vários agentes locais (Kveton *et al.*, 2014), alavancando o envolvimento de *stakeholders* na definição de iniciativas e objetivos e ainda no processo de decisão.

Reforçou-se, assim, o envolvimento do poder autárquico com os grupos de interesse, empresas do setor privado, *ONG's* e sociedade civil para a implementação desta agenda (Ksonzhyk *et al.*, 2021; Schmidt & Guerra, 2010). Tal como o acordado na Agenda 21: “Através da consulta e da construção de consensos, as autoridades locais aprenderiam com os cidadãos e com organizações locais, cívicas, comunitárias, empresariais e industriais e adquiririam as informações necessárias para formular as melhores estratégias” (ONU, 1992, p.284).

No seguimento, Owen & Videras (2008) definiram a A21L como uma “iniciativa descentralizada que se centra no papel dos governos locais na implementação de programas de sustentabilidade dentro de um país” (p.260). Já Fidélis & Pires (2009) reforçaram a relevância da agenda enquanto uma importante ferramenta para a promoção da sustentabilidade em termos locais.

Posto isto, a A21L surgiu como uma oportunidade para os governos locais potencializarem o desenvolvimento local assim como uma chance para suprirem possíveis vulnerabilidades existentes nos seus territórios. Perante isso, podiam “delinear estratégias, identificar questões prioritárias e programar ações, enquadrando o contributo dos vários setores sociais” (Schmidt *et al.*, 2005, p.123) em prol da comunidade local.

Desta feita, e fruto da participação e envolvimento de diversos atores na elaboração de políticas e iniciativas, esta agenda visou assentar numa abordagem *bottom-up*, pois na visão de Kitchen *et al.* (1997) as autoridades locais, enquanto atores principais, obtinham um papel importante no processo de elaboração de políticas. Também Selman (1998) referiu ser a metodologia mais eficaz para a concretização de políticas públicas locais e para o sucesso da A21L, referindo que “uma abordagem *top-down* pelos governos locais será em grande parte ineficaz” (p.541).

Como forma a passar das palavras aos atos, destacou-se o trabalho de várias instâncias internacionais na prossecução do desenvolvimento sustentável, no cumprimento do



acordado na Cimeira da Terra e como fortes promotoras da A21L, das quais a ONU, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (UN-HABITAT) e o *International Council for Local Environmental Initiatives* (ICLEI). Esta última, uma instituição fundamental no acompanhamento dos processos de execução da A21L tendo definido como principais objetivos deste plano de ação: (1) a inclusão de grupos multissetoriais de acompanhamento dos processos de A21L, com representação de todos os *stakeholders*; (2) a definição de objetivos de sustentabilidade de acordo com o diagnóstico de cada município; (3) a implementação de planos de ação e consequente monitorização (Owen & Videras, 2008; Schmidt *et al.*, 2005).

Em termos europeus, a A21L foi promovida através da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, com especial destaque para a 1.ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis em conjunto com a Carta de Aalborg ao reforçarem o compromisso estabelecido pelos países signatários do estabelecimento de uma A21L nos seus territórios.

No que toca ao contexto nacional, podia olhar-se para o nível de participação e implementação da A21L por parte dos municípios. Segundo um estudo promovido por Schmidt *et al.* (2005), Portugal demonstrou uma fraca adesão no que toca à divulgação e implementação desta agenda a nível local, estando a adesão, na sua maioria, dependente da vontade e esforço dos responsáveis políticos, nomeadamente dos Presidentes de Câmara.

Num outro estudo produzido por Fidélis e Pires (2009) foi executado um balanço acerca da A21L em Portugal. Relativamente aos aspetos positivos, destacou-se a adesão e envolvimento de vários municípios na introdução das agendas e o envolvimento e participação de grupos de interesse na fase inicial (adesão em fóruns, *workshops*, sessões públicas e grupos de trabalho) (Fidélis & Pires, 2009).

Quanto às dificuldades sentidas no processo de implementação, destacou-se a falta de conhecimento sobre a A21L e a necessidade de apoio técnico para a concretização da agenda por parte das autoridades municipais; a falta de recursos financeiros; e a necessidade de ser feito um investimento em campanhas de divulgação como forma a aproximar os cidadãos e outros atores à participação (Fidélis & Pires, 2009). Por sua vez, sendo esta iniciativa baseada num forte envolvimento dos *stakeholders*, nomeadamente da sociedade civil, outro dos problemas vislumbrados apontou para a falta de interesse e participação dos cidadãos no envolvimento destas iniciativas (Guerra *et al.*, 2019).

## 2.4. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

No seguimento do trabalho promovido pelos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, traçados para o período temporal de 15 anos (2000-2015), os 193 Estados-membros da ONU chegaram de forma unânime a acordo quanto à concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O enfoque desta agenda recaiu sobre o desenvolvimento sustentável, refletindo um plano de ação direcionado para as pessoas, o planeta e a prosperidade e cujo mote refere a importância de “não deixar ninguém para trás” (ONU, 2015d). Esta agenda traduz-se mediante 17 objetivos, alcançáveis através de 169 metas, mensuráveis mediante 231 indicadores até ao período de 2030 (Grochová & Litzman, 2021).

Tratou, assim, de uma agenda mais alargada e multifacetada ao incorporar novas dimensões de desenvolvimento sustentável (Firoiu *et al.*, 2019) face ao 8 ODM anteriormente em ação, entre elas a dimensão social, económica e ambiental, enfatizando ainda a promoção da paz, justiça e a existência de instituições eficazes, frisando e sem deixar esquecer um dos maiores desafios enfrentados em termos globais e que diz respeito à luta pela erradicação da pobreza sob todas as formas (ONU, 2015d).

Desta feita, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos foram:

- **ODS1** - Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares;
- **ODS2** - Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
- **ODS 3** - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- **ODS 4** - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **ODS 5** - Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas;
- **ODS 6** – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
- **ODS 7** – Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos;
- **ODS 8** – Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- **ODS 9** – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

- **ODS 10** – Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países;
- **ODS 11** – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- **ODS 12** – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- **ODS 13** – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
- **ODS 14** – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- **ODS 15** – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade;
- **ODS 16** – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
- **ODS 17** – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015d).



**Figura 4** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: BCSD Portugal, 2022

Sendo esta uma agenda destinada ao alcance do desenvolvimento sustentável, os 17 ODS apresentados anteriormente, foram definidos e organizados pelas dimensões

económica (ODS 8, 9, 10, 12), social (ODS 1, 2, 3, 4, 5,7,11,16), ambiental (ODS 6,13,14,15) e ainda a inclusão de um objetivo relativo às parcerias (ODS 17) (Rede para o desenvolvimento, 2020).

Aliado a isso, os objetivos e consequentemente as metas e indicadores que compuseram esta Agenda advém de um conjunto de princípios enquadradores também designados como os 5 *P's*: Pessoas – voltado para a erradicação da pobreza e da fome e das desigualdades; Planeta – com foco na sustentabilidade ambiental, na proteção dos recursos naturais e das alterações climáticas; Prosperidade – garantia de que todos possam ter uma vida próspera; Paz – promoção de sociedades pacíficas; e Parceria – implementação da Agenda através de uma Parceria Global revitalizada para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015d).

#### **2.4.1. “Localização” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Embora se trate de uma agenda com carácter global, a resolução das Nações Unidas deixou nota da importância da participação e envolvimento de *stakeholders* no processo de execução dos objetivos, frisando a possibilidade de formular e implementar estes ODS partindo do nível local, regional, nacional até ao global. Com base na abordagem *bottom-up*, os territórios foram vistos como capazes de “transformar a Agenda 2030 ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente” (Global Taskforce of Local and Regional Governments *et al.*, 2016, p.6).

Este reforço da dimensão local, reconhecido internacionalmente, tornou-se mais significativo, se se tiver em conta as constantes alterações sofridas no território. O crescimento do fenómeno da urbanização ou o facto de dois terços da população mundial estarem a residir em áreas urbanas, trouxeram novos desafios no capítulo do desenvolvimento, aumentando a necessidade de resposta governativa por parte das cidades e regiões (Rede para o desenvolvimento, 2020).

Neste âmbito, os territórios alcançaram assim um papel importante quanto à prossecução da sustentabilidade global e concretização da Agenda 2030 fruto da sua competência no desenho e execução de políticas, ações e iniciativas a serem implementadas pelas cidades e regiões (UCLG, 2020). Contudo, esta concretização só terá sucesso se o “planeamento urbano e territorial, o desenho estratégico, os ambientes institucionais (...) estiverem plenamente integrados nos territórios, ou seja, "territorializados", aproveitando ao máximo as potencialidades locais, envolvendo todas

as partes interessadas locais e baseando-se nas necessidades e exigências locais” (UCLG, 2020, p.21).

Com base neste ideal, os objetivos podem ser atingidos pelos municípios através do método de “localização” dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, segundo Krantz & Gustafsson (2021) diz respeito ao “processo de tradução dos ODS para o contexto local” (p.2643). Jönsson & Bexell (2021) definiram como um “processo através do qual as decisões políticas a nível global são adotadas por instituições políticas a níveis mais baixos e integradas nas ambições políticas dessas instituições” (p.184). Portanto,

“localização é o processo de colocar o nível local no centro da consecução da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, em todas as suas fases, a partir da definição de objetivos e metas, para a determinação dos meios de implementação e da utilização de indicadores para medir e monitorar o progresso” (Global Taskforce of Local and Regional Governments *et al.*, 2016, p.6; UCLG, 2019, p.16; UCLG, 2020, p.21).

Assim, a “localização” dos ODS visa, por um lado, mostrar como a governação dos níveis subnacionais, regionais e locais apresentam um papel fulcral na realização dos ODS e por outro, a demonstração de como os ODS podem ser um ponto de desenvolvimento do quadro político local dos territórios (Global Taskforce of Local and Regional Governments *et al.*, 2016).

Como forma a auxiliar as cidades a perceber o processo de “localização”, a *Global Taskforce of Local and Regional Governments*, a *United Nations Development Programme* e a *UN – HABITAT* apresentaram um guião de formação cuja metodologia era composta por 4 fases: sensibilização, advocacia, implementação e monitorização (Fox & Macleod, 2021; Richiedei & Pezzagno, 2022).

A sensibilização passava pelo conhecimento dos objetivos a nível subnacional e pela atração de apoio por parte de todos os intervenientes nas atividades envolventes dos ODS; a advocacia dos objetivos pretendia “alinhar a ação local e nacional (...) para facilitar a descentralização do poder e da coerência política em todos os níveis de governo” (Fox & Macleod, 2021, p.4); a implementação dos ODS era preconizada através de planos e estratégias por parte do poder regional e local; e por fim a monitorização consistia na avaliação e aferição do desenvolvimento e sucesso das estratégias implementadas localmente (Fox & Macleod, 2021; Richiedei & Pezzagno, 2022).

Um exemplo de sucesso no que toca à “localização” dos ODS remete para a cidade de Bristol no Reino Unido. Esta destacou-se enquanto uma das cidades mais sustentáveis do país, tendo em 2015 sido considerada a Capital Verde Europeia. Aliado a isso, com o intuito de dar continuidade ao trabalho produzido em torno da sustentabilidade, tornou-se uma das primeiras cidades inglesas a impulsionar a implementação da Agenda 2030 no território.

Neste sentido, relativamente às ações realizadas por esta cidade destacaram-se, em 2016, a criação da Aliança ODS Bristol (tradução de *Bristol SDG Alliance*) enquanto espaço promotor do diálogo entre vários atores, desde o executivo municipal a intervenientes do setor social, económico e cultural na discussão da implementação dos ODS (Fox & Macleod, 2021). Com o intuito de monitorizar os progressos no cumprimento e os próximos passos a dar na implementação dos ODS, em 2017, a Aliança ODS Bristol em conjunto com a *Bristol Green Capital Partnership* produziram o primeiro relatório de localização dos ODS a nível local, intitulado “Bristol and the SDGs”.

Destacou-se ainda a promoção de diversas iniciativas, com o envolvimento de todos os *stakeholders*, desde a sociedade civil, setor privado e instituições de ensino. Por fim, em 2019 lançaram um plano municipal intitulado “Bristol One City Plan” que procurou mostrar iniciativas e boas práticas em torno da concretização das metas da Agenda 2030, permitindo ainda a troca de experiências com outras cidades, divulgadas através de um relatório (BRISTOL ONE CITY, n.d.; Rede para o desenvolvimento, 2020). Este plano conta já com três edições (2019, 2020, 2021).

Por outro lado, numa parceria entre *stakeholders* locais e o *City Council*, o município de Bristol lançou pela primeira vez em 2019 o primeiro Relatório Voluntário Local com o intuito de ser “um importante mecanismo para construir relações intercidades e partilhar lições práticas” (Fox & Macleod, 2021, p.8). Este relatório vai já na 2ª edição, lançado em 2022.

Desta feita, salienta-se assim a importância dos governos locais em todo este processo de localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traçando um olhar global, a forte capacidade de identificação das necessidades e desafios no território; a proximidade aos cidadãos e aos seus problemas; a capacidade de mobilização de outros atores e a possibilidade de atuar em rede com outros municípios (ex. governação multinível) ajudam a compreender como a ação local pode ter um efeito positivo em termos globais (Rede para o desenvolvimento, 2020). Contudo, Slack (2015) apontou

para que, se tal aconteça, os governos locais devem estar dotados de recursos financeiros e humanos com capacidade para, eficazmente, implementar os ODS a nível local.

#### **2.4.2. Papel dos municípios na implementação e monitorização dos ODS**

De acordo com a Global Taskforce of Local and Regional Governments (2018) “os governos locais e regionais (...) têm um papel fundamental a desempenhar no desencadear dessa propriedade e uma importante responsabilidade na promoção da implementação, integrando as várias agendas no terreno e garantindo a coesão territorial” (p.1). Também a Comissão Europeia (2018) referiu que “as autoridades locais e regionais são parceiros essenciais para a concretização dos ODS” (p.1).

A introdução, pela primeira vez em termos globais, de um objetivo direcionado especificamente para o quadro local - ODS 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis – reconheceu as transformações verificadas nos territórios, nomeadamente o crescimento da urbanização e as disparidades territoriais nas dicotomias existentes entre as zonas rurais e urbanas, traduzindo um passo importante na identificação dos municípios como cruciais no caminho para o desenvolvimento.

Este objetivo procurou em termos sociais que todos tenham acesso a habitação; serviços básicos; meios de transporte acessíveis, seguros e condignos; no campo ambiental surgiu a preocupação com a redução do impacto ambiental e em termos económicos a implementação de políticas que promovessem a sustentabilidade e resiliência das construções (ONU, 2015d).

Assim, frisou-se a importância que as cidades empreendem na promoção do desenvolvimento sustentável (Valencia *et al.*, 2019). Neste sentido, as administrações locais apontam e salvaguardam o seu papel “como parceiro de execução dos ODS a ser plenamente reconhecido; assegurar que os objetivos globais e nacionais possam ser definidos, entregues e monitorizados localmente” (Slack, 2015, p.5).

Slack (2015) apontou ainda para o facto de serem os governos locais responsáveis pela viabilização e prestação de um conjunto de serviços públicos municipais às populações, como o setor da água e do saneamento básico; o investimento em infraestruturas; o assegurar da segurança alimentar e ainda do crescimento económico e desenvolvimento sustentável do município. Podem ainda promover a igualdade e eliminar a discriminação, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através da autoridade política

e poder decisório adjacentes às políticas locais promovidas pelos municípios (Rede para o desenvolvimento, 2020).

Assim, estando em consonância e aptos a implementar uma boa parte dos indicadores adjacentes aos objetivos da Agenda 2030, é importante referir que para alcançar o desenvolvimento sustentável, num primeiro ponto, é necessário que existam colaboração e uma boa governação a todos os níveis (Valencia *et al.*, 2019). Também a declaração das Nações Unidas referencia esta ideia, salientando a necessidade de cooperar e de formar uma “parceria colaborativa” (ONU, 2015d, p.1) e uma governação integrada fruto da complexidade em torno da sustentabilidade (Valencia *et al.*, 2019). Ou seja, incluir uma colaboração horizontal, entre entidades intervenientes ao mesmo nível; colaboração vertical, existente entre órgãos de diferentes níveis (nacional, regional, local); e ainda a colaboração de diferentes atores (setor público, privado, *ONG's*, sociedade civil, academia) (Krantz & Gustafsson, 2021; Valencia *et al.*, 2019).

Num segundo ponto, de acordo com Stafford-Smith *et al.* (2017) a implementação dos ODS está dependente da criação de planos de desenvolvimento integrados, os quais foram regidos com base em metas, estratégias e planos que visavam não só a sua implementação como a monitorização e operacionalização. Neste sentido, referiram que o nível local tem capacidade para fazer a ligação entre as políticas locais e os setores intervenientes. Também a Rede para o desenvolvimento (2020) apontou que os municípios devem implementar “estratégias de desenvolvimento “territorializadas”, ou seja, que se baseiam num desenvolvimento integrado dos territórios” (p.18), estratégias essas que devem visar as vicissitudes e potencialidades locais.

Krantz & Gustafsson (2021) apontaram como fatores relevantes à implementação dos ODS a participação e o trabalho conjunto entre os diversos níveis, atores intervenientes e setores; a alocação de recursos financeiros e humanos e departamentos destinados especificamente para a sustentabilidade.

Posto isto, tendo como ponto de partida a introdução de um objetivo especificamente voltado para as cidades, o facto de o poder local ser o grau de governação mais próximo dos cidadãos, ter uma maior capacidade de atuação *in loco* e de mobilização de *stakeholders*, e com poder democrático para a concretização de políticas locais, tornam os governos locais importantes atores na implementação dos ODS.

Quanto à monitorização e territorialização dos ODS, um dos mecanismos utilizados a nível internacional trata a realização de um Relatório Voluntário Local (VLR – *Voluntary Local Reviews*) resultado da realização de documentos nacionais que



monitorizam e reportam a implementação da Agenda 2030 ajudando na avaliação dos progressos existentes nos municípios e regiões (Richiedei & Pezzagno, 2022). Em termos globais, as cidades de Nova Iorque (Estados Unidos da América) e Kitakyushu (Japão) foram as primeiras cidades, em 2018, a elaborá-lo (Rede para o desenvolvimento, 2020).

Ao nível nacional, Portugal apresentou um Relatório Nacional Voluntário no ano de 2017. Além disso, destacou-se ainda o trabalho do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) na monitorização dos ODS, disponibilizando dados estatísticos sob a forma de relatórios anuais dando conta do progresso registado nos indicadores da Agenda 2030 (Rede para o desenvolvimento, 2020).

Posto isto, são vários os elementos que compõem o processo de monitorização e que ajudam a contribuir para que os municípios possam “territorializar” os ODS. Com base no relatório “Rumo a 2030: Os municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” elaborado pela organização Rede para o Desenvolvimento, apresenta-se o quadro concetual abaixo com um conjunto de fatores relevantes para que os municípios possam “territorializar” os ODS.

**Tabela 2** - Fatores que contribuem para a “territorialização” dos ODS por parte dos municípios

Fatores que contribuem para a “territorialização” dos ODS por parte dos municípios					
1. Compromisso Político	2. Comunicação da Agenda pelos municípios	3. Elaboração de Agendas Locais	4. Acompanhamento e Monitorização	5. Envolvimento com atores locais e ONG's	6. Participação em redes nacionais, europeias e internacionais
<p>- Compromisso com a Agenda 2030 assumido a nível político por órgãos municipais;</p> <p>- Criação de equipas de vários setores ou atribuição de responsabilidades a departamentos (social, ambiental)</p>	<p>- Meios de comunicação utilizados na divulgação da Agenda 2030 aos munícipes (ações de divulgação; <i>emails</i> para comunicação com a população; eventos e ações de sensibilização; dinamização de sessões de informação e debate)</p>	<p>- Definição de uma estratégia ou plano municipal sobre a Agenda 2030;</p> <p>- Integração dos ODS em instrumentos e planos municipais (planos estratégicos ou de atividades; Orçamento municipal; Grandes Opções do Plano)</p>	<p>- Relatório próprio de adaptação, contendo metas e indicadores-base para cada ODS e o índice do município;</p> <p>- Participação em plataformas e iniciativas de monitorização comuns (rede CESOP-Local; projeto ODS-Local)</p>	<p>- Trabalho conjunto na sensibilização, divulgação, formação e capacitação entre o município e associações, escolas, bibliotecas; ONG's ou outros (exemplo: Instituto Marquês de Valle Flor, Aidglobal, Oikos)</p>	<p>- Troca de experiências e conhecimento, a nível nacional (“Aliança ODS”; Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento; Agenda Urbana da UE, o Pacto dos Autarcas para a Energia e Clima, <i>Smart Cities</i>, <i>Living Lab</i>-Laboratório para a Descarbonização na Cimeira das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável)</p>

Fonte: Elaboração própria com base no relatório da Rede para o desenvolvimento (2020)

Assim, com base nos fatores mencionados na tabela 2, destaca-se o exemplo português do Município de Mafra, enquanto modelo no comprometimento com as Nações Unidas para a implementação da Agenda 2030 no território.

No que toca ao ponto 1. Compromisso Político realça-se a subscrição a 26 de maio de 2022 da carta de compromisso com o Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos, cujo objetivo passa por “acelerar o cumprimento dos ODS, por meio dos vários processos de coleta e análise de dados, planeando a sua trajetória de desenvolvimento sustentável até 2030, bem como a fortalecer as capacidades institucionais locais para cumprir os ODS” (Jornal de Mafra, 2022). Além disso, no que toca à presença de pelouros sobre o DS, destaca-se a Divisão do Ambiente, a qual possui a Unidade de Sustentabilidade Ambiental, Alterações Climáticas, Agricultura e Mar.

Quanto ao ponto 2. Comunicação da Agenda pelos municípios, ênfase para o *website* do município, o qual disponibiliza o espaço “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, assim como o espaço “Notícias” dando conta de eventos, ações de sensibilização e iniciativas realizadas, acessível a toda a população.

Relativamente ao ponto 3. Elaboração de Agendas Locais, o município elaborou um conjunto de instrumentos e planos estratégicos em torno da sustentabilidade como a execução da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), o desenvolvimento do projeto CLIMA.AML: Rede de Monitorização e Alerta Meteorológico Metropolitano, com base no programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono. Além disso, Mafra foi ainda um dos municípios que fundaram a Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, em 2016 (CM-Mafra, 2022-c). O município está ainda a realizar uma estratégia local, intitulada “MMS – Mafra Mais Sustentável”, que procura cumprir os 17 ODS e as 169 metas da Agenda 2030 adequadas às necessidades da região.

Em termos de 4. Acompanhamento e Monitorização, o município está a desenvolver o relatório “Mafra a Respirar ODS”, que pretende dar conta dos 313 projetos desenvolvidos/em desenvolvimento com base nos ODS. Estão ainda a elaborar o Relatório Voluntário Local, que será reportado ao *High-Level Political Forum* (HLPF) das Nações Unidas. O Município de Mafra trabalha ainda em conjunto com projetos voltados para a sustentabilidade como a Rede CESOP-Local, recebendo, desta feita, o relatório relativo ao Índice de Sustentabilidade Municipal. Está ainda inserido na plataforma ODSlocal, tendo atualmente divulgados na plataforma 5 boas práticas, além da identificação de 115 indicadores, distribuídos pelos 17 ODS (ODSlocal, 2022-d).

Detêm ainda a certificação *Biosphere Destination*/Destino Turístico Sustentável (CM-Mafra, 2022-a), e estão inseridos no projeto “Pegada Ecológica”, o indicador de sustentabilidade disponibilizado aos cidadãos.

No âmbito do 5. Envolvimento com atores locais e *ONG's* é evidente a aposta de *stakeholders* como a sociedade civil, empresas, dirigentes, técnicos e o mundo exterior através da realização de *workshops* em torno da temática. Existe ainda uma forte aposta em campanhas de sensibilização, nomeadamente no incentivo à comunidade letiva (pais e docentes) para a abordagem dos ODS em casa e na escola, com a distribuição gratuita de jogos pedagógicos. Além disso, são celebradas datas comemorativas como o Dia Mundial do Habitat, oriunda da iniciativa *Mind the Gap, Leave no one behind* promovida pela UN-HABITAT e a Semana da Sustentabilidade.

Por fim, quanto à 6. Participação em redes nacionais, europeias e internacionais, destacam-se iniciativas desenvolvidas no âmbito da inteligência urbana (*Smart Cities*) (CM-Mafra, 2022-a); a troca de conhecimento com outros projetos internacionais como Argentina e Brasil e ainda a celebração de um Memorando de Entendimento entre os municípios de Mafra, Braga, Loulé, Quelimane (Moçambique), a Área Metropolitana de Lisboa, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, a Universidade Católica Portuguesa e o *UN-HABITAT* com o objetivo de conceber um plano de ação para a criação de Laboratórios Regionais e um *Hub* Global, cujo campo de ação seriam os ODS, com aposta na investigação e formação, a fim de poder partilhar conhecimento com o território português e lusófono (CM-Mafra, 2022-b).

### 3. Metodologia e Caracterização do Estudo de Caso

#### 3.1. Metodologia

Para a presente dissertação foi aplicada uma metodologia mista, tendo por base a revisão da literatura e uma abordagem de investigação de estudo de caso múltiplo. Assim, quanto à revisão da literatura esta incidiu na análise teórica, através da consulta a artigos científicos, livros e documentos de forma a compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, a sua importância em termos internacionais, europeu e nacional e o impacto da monitorização e localização dos ODS nos territórios.

Quanto ao estudo de caso, este incidiu sobre os onze municípios da Região de Aveiro pertencentes à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, na tentativa de compreender como estão a territorializar e monitorizar as metas da Agenda 2030. Para tal, foi utilizada uma metodologia mista, com recurso a ferramentas qualitativas e quantitativas.

Neste sentido, o método de recolha de dados qualitativo consistiu na consulta aos *websites* dos onze municípios e a documentos oficiais na procura por informação disponibilizada aos cidadãos referente à área da sustentabilidade. Na sequência, tal como apresentado na tabela 3 mais à frente, a procura efetuada nos mesmos parâmetros para todos os municípios, consistiu na pesquisa dos seguintes temas: “Referência à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no *website* do município”; “Desenvolvimento da Agenda 21Local”; “Planos ou Estratégias que visem os setores: social, economia, ambiente”; “Organograma: Pelouro sobre o Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade” e “Divulgação de boas práticas (ODSlocal; CESOP-Local; ECOXXI; Pegada Ecológica) inseridos no motor de procura do *website*. A informação foi recolhida entre os dias 29 de maio de 2022 até 28 de junho de 2022.

Foram ainda consultadas redes de monitorização dos ODS a fim de averiguar projetos e boas práticas, das quais a plataforma ODSlocal - Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que monitoriza os municípios quanto à sua evolução no que toca ao cumprimento dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável emanados da Agenda 2030; a Rede CESOP-Local, unidade de investigação que monitoriza o grau de sustentabilidade dos territórios; o programa ECOXXI, que trabalha com os municípios o fomento da sustentabilidade e educação ambiental no território; e ainda o projeto “Pegada Ecológica” que avaliou a Pegada Ecológica e Biocapacidade de territórios municipais, nomeadamente dos onze municípios da CIRA, e desenvolveu uma

calculadora que permite a medição da Pegada Ecológica dos residentes nestes municípios, apresentando no seu *website* um conjunto de boas práticas municipais para a promoção da sustentabilidade ambiental. A informação foi consultada entre os dias 28 de junho de 2022 até 24 de outubro de 2022.

Quanto à técnica de recolha de dados quantitativos, aplicou-se um inquérito por questionário. A elaboração do questionário foi feita através de uma plataforma *online*, a *FormsUA*, sendo formado por quatro secções: a Secção A: Governação Municipal para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 7 questões de escolha múltipla e de resposta aberta. A Secção B: Governação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, organizada por 11 questões, intercaladas entre perguntas de escolha múltipla, aberta e com recurso a escala de *Likert* de 1 a 5. A Secção C: Governação Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável contempla 7 perguntas, de escolha múltipla e aberta. Por fim, a Secção D: Caracterização do Respondente, engloba questões de carácter informativo como idade, género, atividade profissional exercida e tempo de trabalho no município.

Foi efetuado um pré-teste junto de duas docentes. De seguida, o questionário foi enviado via *e-mail* no dia 20 de setembro de 2022, a todos os onze municípios, dirigidos aos responsáveis pelos Departamentos de Ambiente, Chefes de Divisão das áreas da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, tendo sido obtidas 2 respostas. Foi, mais tarde, a 07 de outubro de 2022, feito um reforço por endereço eletrónico, aos nove municípios que ainda não tinham respondido. Posteriormente foram efetuados contactos telefónicos a relembrar o pedido de colaboração ao preenchimento do inquérito no dia 18 de outubro de 2022. Assim, no total foram obtidas 6 respostas, entre o dia 20 de setembro de 2022 até ao dia 20 de outubro de 2022.

Os dados recolhidos foram analisados e tratados com recurso ao programa *Excel*.

### **3.2. Caracterização dos municípios em estudo**

A Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro surge em 2008, pertencente à Região Centro e composta por 11 municípios da Região de Aveiro: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, correspondendo à Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Baixo Vouga abarcando no total cerca de 370 000 habitantes (Região de Aveiro, 2022-a). Quanto aos órgãos sociais que formam a CIRA, destacam-se a Assembleia

Intermunicipal e Conselho Intermunicipal que compõe o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal (Região de Aveiro, 2022-a).

De seguida, apresenta-se o perfil dos onze municípios com base na análise de indicadores demográficos, sociais, ambientais e económicos, consultados no *website* do Pordata.



**Figura 5-** Mapa da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

Fonte: Região de Aveiro, 2022-b

### **i. Águeda**

Águeda é uma cidade portuguesa com 335.3 km<sup>2</sup> de área e cerca de 46 131 habitantes, composta por 11 freguesias: Aguada de Cima; Águeda e Borralha; Barrô e Aguada de Baixo; Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão; Fermentelos; Macinhata do Vouga; Préstimo e Macieira de Alcoba; Recardães e Espinhel; Travassô e Óis da Ribeira; Trofa, Segadães e Lamas do Vouga e Valongo do Vouga.

Traçando o perfil do município com recurso a dados demográficos, sociais, ambientais e económicos, começando com uma análise à evolução demográfica e social, para o período temporal de 2001, 2011 e 2021, é possível verificar que quanto à distribuição por faixas etárias, denota-se uma diminuição da população no grupo etário dos 0-14 e da população em idade ativa (15-64 anos) e consequentemente um crescimento da população mais idosa (+ de 65 anos).

Em termos de indicadores económicos, no que toca à taxa de desemprego, em 2021, verificou-se um valor de 3,5% da população em situação de desemprego. Quanto aos setores de maior empregabilidade na região, dados de 2020 apontam que 52% da população trabalha na “Indústria Transformadora”, seguida do “Comércio por grosso e a retalho” (cerca de 20%).

No que toca aos indicadores ambientais, pode analisar-se o indicador “Despesas dos municípios em ambiente” e em 2020, Águeda despendeu 2 648€, sendo a maior fatia destinada para o indicador “Gestão de Resíduos” (1 301€) e “Proteção da paisagem e biodiversidade” (380€) (Pordata, 2022).

## **ii. Albergaria-a-Velha**

Albergaria-a-Velha possui uma área de 158.8 km<sup>2</sup> composta por 6 freguesias: Albergaria-a-Velha e Valmaior; Alquerubim; Angeja; Branca; Ribeira de Fráguas; S. João de Loure e Frossos. Com cerca de 24 842 habitantes segundo os Censos para 2021, no que toca à distribuição populacional por grupo etário, destaque para uma tendência de decréscimo da população entre os 0-14 anos e em idade ativa (15-64) e um crescimento ligeiro da população mais envelhecida.

No que toca aos indicadores de cariz económico, quanto ao nível de desemprego na região, destaca-se uma evolução positiva de 2011 para 2021, sendo que neste último se verificou uma taxa de desemprego de 3,6%. Já no que diz respeito ao setor que emprega mais postos de trabalho na região destaca-se a “Indústria Transformadora” com 42%, seguida do “Comércio por grosso e a retalho” com 19,1%.

Por fim, em termos de indicadores ambientais, pode analisar-se o indicador “Despesas dos municípios em ambiente”, onde em 2020, Albergaria-a-Velha despendeu um total de 859€, os quais 728€ foram para “Gestão de Resíduos” e 131€ para “Proteção da Paisagem e Biodiversidade” (Pordata, 2022).

## **iii. Anadia**

O município de Anadia contém uma área de 216.6 km<sup>2</sup> formada por 10 freguesias: Avelãs de Caminho; Avelãs de Cima; Moita; Sangalhos; São Lourenço do Bairro; União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; União das Freguesias de Arcos e Mogofores; União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro; Vila Nova de Monsarros; Vilarinho do Bairro.



Relativamente aos indicadores demográficos, é visível perceber que se trata de um município cuja população com + de 65 anos apresenta um volume superior face à população mais jovem, destacando-se a perda de população residente com o passar dos anos. Além disso, evidencia-se um decréscimo percentual da população em idade ativa.

No que toca aos indicadores económicos, o município apresenta uma diminuição ao longo dos anos da taxa de desemprego, onde em 2021 se verificou que apenas 2,8% da população se encontrava em situação de desemprego. Ao nível dos setores de empregabilidade no município destacam-se: “Indústrias Transformadoras” empregando cerca de 40,1% da população residente, o “Comércio por grosso e a retalho” a empregar 13,9%, o setor da “Construção” com 8,9% da população a trabalhar nesta área e ainda a “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca” com um total de 8,8% da população.

Por fim, quanto aos indicadores ambientais, o total de despesa despendida pelo município em Ambiente fez um valor de 1 419€, dos quais 1024€ em “Gestão de Resíduos” e 395€ em “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (Pordata, 2022).

#### **iv. Aveiro**

Capital do distrito de Aveiro, possui uma área de 197,58 km<sup>2</sup> e uma população residente de cerca de 80 978 habitantes. É composta por 10 freguesias: Aradas; Cacia; Eixo e Eirol; Esgueira; Glória e Vera Cruz; Oliveirinha; Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz; Santa Joana; São Bernardo e São Jacinto.

Quanto ao perfil do município, começando no campo social e demográfico, o município revela uma tendência de diminuição da população do grupo etário dos 0-14 anos, bem como da população dos 15- 64 anos. Por sua vez, a população mais envelhecida tem registado um aumento significativo.

Já no campo económico, o município apresenta, em valores percentuais, uma taxa de desemprego para 2021 de 4,6. No que concerne ao setor que mais trabalho gera no município, destacam-se as “Indústrias Transformadoras” (23,6%), o “Comércio por grosso e a retalho” (16,2%) e ainda as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (14,9%).

Por fim, quanto às despesas em ambiente, o município despendeu no total 3 279€, dos quais 2 834€ foram em “Gestão de Resíduos” e 384€ em “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (Pordata, 2022).

#### **v. Estarreja**

Quanto ao município de Estarreja, com 108,17 km<sup>2</sup> de área e 26 224 habitantes, este está dividido em 5 freguesias: Avanca; Beduído e Veiros; Canelas e Fermelã; Pardilhó e Salreu. Em termos de demografia do município, existe uma tendência já visível nos restantes municípios, que apontam para o crescimento da população com idade superior aos 65 anos.

No lado económico, a taxa de desemprego apresenta um dos valores mais altos, cerca de 5,1%. Quanto ao setor que mais emprega no município destaca-se que cerca de 36,5 % da população trabalha no setor das “Indústrias Transformadoras”, seguida de 13,6% a trabalhar no “Comércio por grosso e a retalho”.

Ao nível ambiental, o município gastou, no total, cerca de 1 423 €, dos quais 952€ em “Gestão de Resíduos” e 242€ em “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (Pordata, 2022).

#### **vi. Ílhavo**

O município de Ílhavo possui uma área de 73,48km<sup>2</sup> com uma população de 39 239 habitantes, e dividida em 4 freguesias: Gafanha da Encarnação; Gafanha da Nazaré; Gafanha do Carmo e São Salvador.

Em termos demográficos, destaca-se a tendência de crescimento da população residente ao longo dos anos analisados, ainda que do ponto de vista da distribuição por grupos etários se verifique uma propensão do aumento da população mais velha em detrimento de um decréscimo da população mais jovem e em idade ativa.

No domínio económico, o município apresentou em 2011 o volume mais alto de desemprego e, neste âmbito, no que toca aos setores de maior empregabilidade, evidenciam-se as “Indústrias Transformadoras” (38,6%), o “Comércio por grosso e a retalho” (17,8%) e ainda a “Agricultura, Produção animal, Caça, Floresta e Pesca (7,6%).

Por fim, no que concerne a questões ambientais, o município distribuiu, do total de 2837€ cerca de 2602€ em “Gestão de Resíduos” e 228€ em “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (Pordata, 2022).

#### **vii. Murtosa**

Vila portuguesa com uma área de 14,56km<sup>2</sup> e uma população total de 10 478 habitantes, está dividida por 4 freguesias, das quais Bunheiro; Monte; Murtosa e Torreira. Em termos demográficos, no que toca à população residente, os resultados mostram

ligeiras oscilações. Em termos etários, destaca-se o menor crescimento da população com idades dos 0 aos 14 anos.

Relativamente ao mercado de trabalho, o município regista uma taxa de desemprego significativa, cerca de 3,5% em 2021. Em termos de setores de empregabilidade, 21,5% da população trabalha na área da “Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca”, seguida do setor do “Comércio por grosso e a retalho” (14,9 %) e da “Construção” (9,6%).

Quanto ao setor ambiental, em 2020, o município despendeu um total de 517€ repartidos em 396€ para “Gestão de Resíduos” e 120€ para “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (Pordata, 2022).

#### **viii. Oliveira do Bairro**

Município com uma área de 23,28 km<sup>2</sup> e dividida em 4 freguesias: Freguesia de Oliveira do Bairro; Oiã; Palhaça e Bustos, Troviscal e Mamarrosa. De acordo com a análise de indicadores sociais e demográficos, no que diz respeito à análise da população residente destaque para um crescente populacional, com o ano de 2021 a verificar cerca de 23 143 habitantes residentes, valor mais elevado de população no município.

Face a indicadores económicos, em termos de taxa de desemprego, verificou-se que 3,6% da população se encontra em situação de desemprego. Em termos de setor de empregabilidade, destaca-se a “Indústria transformadora” (43,0%), o “Comércio por grosso e a retalho” (22,9%) e ainda a “Construção” (8,4%).

Relativamente às despesas dos municípios em ambiente, destaque para do total de 846€, 647€ é destinado a “Gestão de Resíduos” e 199€ para “Proteção da Biodiversidade e Paisagem” (Pordata, 2022).

#### **ix. Ovar**

Cidade portuguesa com uma área de 48,98 km<sup>2</sup> e com um total de 54968 habitantes surge dividida em 5 freguesias: Cortegaça; Esmoriz; Maceda; Válega e Junta da União das Freguesias de Ovar, São João, Arada e São Vicente de Pereira Jusã.

Quanto aos indicadores demográficos, destaca-se a diminuição ao longo dos anos da população mais jovem, bem como em idade ativa. Em contrapartida, um aumento da população mais envelhecida.

Em termos económicos, uma taxa desemprego situado nos 5,3%, sendo que dos setores de maior empregabilidade no município, destaca-se que 45,2% da população

trabalha no setor das “Indústrias Transformadoras”, 18,9% no “Comércio por grosso e a retalho” e 8,1% em “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”.

Quanto ao ambiente, foram investidos cerca de 5 114€, dos quais 4 098€ na “Gestão de Resíduos” e 871€ na “Proteção da Paisagem e Biodiversidade” (Pordata, 2022).

#### **x. Sever do Vouga**

Vila portuguesa com uma área de 129,9 km<sup>2</sup> e cerca de 11 063 habitantes está dividida em 7 freguesias: União de Freguesias Cedrim/Paradela; Couto de Esteves; Pessegueiro do Vouga; Rocas do Vouga; Sever do Vouga; União de Freguesias Silva Escura/Dornelas e Talhadas.

Quanto aos indicadores demográficos, destaca para a perda de população residente ao longo dos anos, refletida na população cujos grupos etários se situam entre os 0 aos 14 anos e dos 15 aos 64 anos. Relativamente à taxa de desemprego, o ano de 2021 regista o valor mais baixo, cerca de 2,7%. Em relação aos setores de empregabilidade, destaca-se a “Indústria Transformadora” (43,4%), o “Comércio por grosso e a retalho (15,8%) e a “Construção” (11,3%).

Já no que toca aos indicadores ambientais, do total de 695€, 260€ foram empregues na “Gestão de Resíduos” e 436€ na “Proteção da Paisagem e Biodiversidade” (Pordata, 2022).

#### **xi. Vagos**

Vagos possui uma área de 164,9 km<sup>2</sup> e está dividida em 7 freguesias, das quais: Vagos e Santo António; Soza; Santo André de Vagos; Ouca; Calvão Ponte de Vagos e Santa Catarina; Fonte de Angeão e Covão do Lobo e Gafanha da Boa Hora.

Relativamente aos indicadores sociais e demográficos, é visível uma evolução positiva quanto à população a residir no concelho. Em termos etários, não se verificam diferenças significativas no grupo dos 0 aos 14 e dos 15 aos 64 anos. Em termos de indicadores económicos ressalva-se uma taxa de desemprego na ordem dos 3,7% para 2021. Ao nível dos setores de empregabilidade, destacam-se as “Indústrias Transformadoras” (43,3%), o “Comércio por grosso e a retalho” (18,4%) e a “Construção” (6,9%).

Por fim, respeitante às despesas dos municípios em ambiente, do total de 923€, em “Gestão de Resíduos” foram empregues 634€ e em “Proteção da Paisagem e Biodiversidade” foram 288€ (Pordata, 2022).

## 4. Resultados

### 4.1. Resultados da consulta aos *websites*

Tendo em conta o facto de os onze municípios em questão pertencerem à CIRA, destacaram-se um conjunto de projetos, no qual todos os municípios aderiram, permitindo salientar a cooperação entre municípios no seio da sustentabilidade e do ambiente.

Começando com o projeto “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”, este evidenciou-se enquanto ferramenta de avaliação de um dos pilares do desenvolvimento sustentável, procurando medir o impacto do consumo de recursos naturais e serviços dos ecossistemas por parte dos cidadãos (Pegada Municípios, 2019). Através do *website*, constatamos que apenas os municípios de Albergaria-a-Velha, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Sever do Vouga, Oliveira do Bairro e Vagos disponibilizaram os resultados desta avaliação, bem como da ferramenta *online* da Calculadora Individual da Pegada Ecológica, a qual permite aos cidadãos “estimarem” o impacto da Pegada Ecológica e Carbónica das suas atividades de consumo e os efeitos no seu território. Quanto à divulgação de boas práticas municipais, somente Estarreja e Oliveira do Bairro o efetuam.

Ainda na sequência, os municípios aderiram ao Pacto dos Autarcas, tendo o município de Águeda sido pioneiro ao adotar em 2008 no ano de criação do projeto, Ovar aderiu em 2010 e os restantes municípios em 2014. Esta iniciativa procurou que os municípios aderentes se responsabilizassem a reduzir em mais de 40% os gases com efeito de estufa até 2030 a fim de mitigar as alterações climáticas. Neste sentido, elaboraram o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) (Pacto de Autarcas em Matéria de Clima e Energia, n.d.).

Além disso, foram ainda consultadas redes de monitorização dos ODS, das quais a plataforma ODSlocal, que procura monitorizar o progresso dos municípios portugueses relativamente aos objetivos de desenvolvimento sustentável, dando conta de projetos e boas práticas partilhadas pelos municípios, assim como os indicadores que monitorizam o progresso do município face a cada ODS. Nesta plataforma é possível encontrar dados dos onze municípios, contudo, somente Águeda, Aveiro e Ovar fazem a divulgação de projetos e boas práticas neste *website*.

Por fim, foram consultados dados da Rede CESOP-Local e do projeto ECOXXI. Da rede CESOP-Local, que trata de um projeto que realiza estudos em torno da avaliação da implementação dos ODS nos territórios aderentes, verificou-se que somente o município

de Águeda, desde 2017 pertence a esta rede, e cuja monitorização dos ODS é feita através do relatório do Índice de Sustentabilidade Municipal, passível de consultar no *website* do município. Quanto ao projeto ECOXXI, um programa de educação para a sustentabilidade implementado pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) desde 2005, que identifica boas práticas de sustentabilidade (ECOXXI, 2022), percebemos que sete dos onze municípios já se candidataram ao galardão, dos quais Águeda, Anadia, Estarreja, Ílhavo, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, com o reconhecimento, através da atribuição de Bandeiras Verdes e prémios Eco-Escolas, por boas práticas de sustentabilidade no município.

Faremos agora uma análise mais detalhada dos resultados encontrados por município.

### **i. Águeda**

O concelho de Águeda, no que toca à Agenda 2030, disponibiliza no seu *website* o espaço “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030”, permitindo a consulta dos relatórios de sustentabilidade do município. Possui ainda o espaço “Atividades de Gestão Ambiental da Câmara Municipal de Águeda”, o qual promove atividades de cariz social, ambiental e económica que conduzem ao desenvolvimento sustentável do município, sendo mencionados projetos como a agenda “Águeda21” e a realização do Relatório de Sustentabilidade (CM-Águeda, 2022-a). Além disso, é o único município a disponibilizar o espaço intitulado “Educação para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, procurando fomentar o conhecimento, a reflexão e o pensamento crítico da comunidade em prol da prossecução do desenvolvimento sustentável (CM-Águeda, 2022-b).

A divulgação de iniciativas, campanhas e promoção da participação da população nas atividades é feita através de ações de sensibilização e mobilização junto de escolas, empresas, IPSS e juntas de freguesia através de projetos como: Escolas Sustentáveis e o Eco-escolas; Semanas do Ambiente e da Sustentabilidade; Semana Europeia da Prevenção dos Resíduos; Semana Europeia da Mobilidade; Palestras/*Workshop*.

Relativamente à Agenda 21Local é de referir que o município é o único que ainda disponibiliza informação no seu *website* relativamente a esta iniciativa já cessada. Assim, em 2008 o município aderiu aos Compromissos de Aalborg e, com base numa iniciativa da Câmara Municipal, implementou a A21L -Águeda 21. Relativamente às atividades desta agenda, estas incluíram ações de sensibilização nas escolas, reuniões de participação pública abertas a todos os cidadãos, publicações, debates temáticos e diversos estudos e ações de intervenção ambiental e social pretendendo reforçar a

importância de um trabalho participativo entre os agentes locais, a sociedade civil e o setor privado (Wordpress, n.d.).

No que concerne à existência de pelouros sobre o Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade, evidencia-se a “Divisão de Ambiente e Sustentabilidade” cujas competências organizacionais visam a gestão do desenvolvimento sustentável; a preservação do ambiente e a promoção do desenvolvimento económico. Aponta-se ainda a existência da “Divisão de Desenvolvimento Local” cujas competências incidem sobre a ação social, educação, o ordenamento do território e a promoção do desenvolvimento (CM-Águeda, 2022-c).

Além disso, o município elaborou em 2001 em conjunto com a Universidade de Aveiro, o Plano Estratégico do Concelho de Águeda promovendo o desenvolvimento do município até 2020, apresentando três projetos de intervenção com vista a suprirem os principais problemas destacados no município (desenvolvimento industrial, identidade e valorização do património aguedense e o desenvolvimento sustentável) (CEIDET - UA, 2001).

Quanto à consulta na Plataforma ODSlocal, ao nível de boas práticas, o município divulgou o projeto LIFE Águeda- Rio de Todos (ODS 6, 11, 12, 13,14) com incidência no tratamento das águas fluviais (ODSlocal, 2022-c); o projeto beÁgueda (ODS 3,5, 11,13,17), na promoção da bicicleta enquanto meio de transporte suave, a fim de reduzir emissões de CO<sub>2</sub> (ODSlocal, 2022-a); o Laboratório Vivo para a Descarbonização – Águeda *Sm@rt City Lab* (ODS 7,9,11,13,17) procurando responder aos desafios urbanos em torno da descarbonização (ODSlocal, 2022-b); e a Campanha "Compre em Águeda", iniciativa de apoio ao comércio local (ODS 1, 2,8,11,12).

Relativamente à Rede CESOP-Local, Águeda foi o único membro da CIRA a aderir ao projeto desde 2017. Daqui, surgem a concessão de relatórios respeitantes ao Índice de Sustentabilidade Municipal, sendo possível consultar através do *website* do município, estando disponíveis os relatórios desde 2018 a 2020.

Por fim, Águeda participa do projeto Pegada Ecológica, contudo, no *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” não divulga a Calculadora Individual da Pegada Ecológica, nem os resultados alcançados da pegada ecológica e informação relativa a boas práticas no município. Nota para a candidatura ao Projeto ECOXXI, de 2008 a 2021, tendo sido distinguido com a Bandeira Verde ECOXXI, em 2020, estando assim no topo dos municípios mais sustentáveis e com melhores práticas de sustentabilidade.

## ii. Albergaria-a-Velha

Com base na consulta ao *website* do município de Albergaria-a-Velha em relação ao tema da Agenda 2030, não foi possível averiguar informação ou referência quer à Agenda como aos ODS. Por seu turno, o município não implementou Agenda21Local.

No que respeita à composição do município, este não possui um pelouro ou divisão referente ao desenvolvimento sustentável. Contudo, nota para a “Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos” e ainda a “Divisão de Obras Municipais, Equipamentos e Vias”, com enfoque nos “Serviços de Gestão de Equipamentos Municipais e Sustentabilidade”.

Relativamente à existência de Planos ou Estratégias que visem os ODS, o município possui a Estratégia Municipal de Sustentabilidade - Albergaria-a-Verde (2021) – um documento estratégico voltado para as questões ambientais apresentando um conjunto de propostas divididas em seis eixos de atuação: 1. Investigação e caracterização; 2. Conservação da natureza; 3. Educação e literacia ambientais; 4. Envolvimento social; 5. Eficiência e sustentabilidade; 6. Valorização e promoção do território, as quais incluem e procuram responder aos 17 ODS (Matos & Couto, 2021). Além disso, o município refere que este documento cumpre e dá resposta aos problemas emergentes atuais, como as alterações climáticas estando em sintonia com os princípios do Pacto Ecológico Europeu e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Matos & Couto, 2021).

O município está ainda inserido no programa “Rede Social”, possui o Plano Municipal de Mobilidade Suave voltado para a promoção da utilização da bicicleta, criando uma rede de mobilidade suave; o Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação. Em 2022, assinou uma Declaração de Compromisso para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas. Divulga ainda no *website*, o espaço “Sensibilização Ambiental”, com iniciativas voltadas para o meio ambiente, como o “Desperdício Zero” ou “Menos lixo, mais Ambiente”.

Recorrendo à plataforma ODSlocal não foram encontrados projetos ou boas práticas divulgadas no *website*. Quanto à consulta no *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” é possível encontrar a Calculadora Individual da Pegada Ecológica. Contudo, não são divulgados os resultados da pegada ecológica e boas práticas municipais. Quanto à possibilidade de candidatura ao ECOXXI, de 2014 a 2021, não foi encontrada informação relativa à integração do município neste projeto.



### **iii. Anadia**

No que respeita à consulta do *website* do município de Anadia, embora não tenham sido encontradas referências à Agenda 2030, é de mencionar a existência do espaço “Ambiente e Sustentabilidade” que promove a divulgação de notícias de ações feitas pelo município em torno da sustentabilidade, assim como trata questões como Educação Ambiental, Energia e Alterações Climáticas, entre outros. Quanto à implementação da A21L, não existem referências à execução deste programa de ação.

Em relação à existência de pelouros de DS, o município possui o “Departamento de Ambiente, Equipamentos e Infraestruturas”, mais especificamente a “Divisão Qualidade, Ambiente e Gestão de Frotas”.

Quanto a Planos e Estratégias de Desenvolvimento, possuem o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES) referente a 2014, com respetivo relatório de monitorização. É ainda apresentado o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC) de 2021, e respetivos relatórios. No campo social, destaca-se a participação no projeto “Rede Social”, no qual é divulgado o Plano de Ação 2021 da Rede Social de Anadia.

Em consulta à plataforma ODSlocal não se encontrou nenhuma menção a projetos ou boas práticas divulgadas pelo município. Na consulta ao *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” é possível aceder à Calculadora Individual da Pegada Ecológica, assim como os resultados alcançados da pegada ecológica do município. Contudo, não são divulgadas boas práticas municipais.

Por outro lado, desde 2015, Anadia participa no projeto ECOXXI, sendo em 2021 distinguido pela ABAE com o galardão Bandeira Verde ECOXXI 2021 (CM-Anadia, 2022).

### **iv. Aveiro**

O município de Aveiro não dispõe, no seu *website*, de informação relativa à Agenda 2030. Embora tenha implementado uma Agenda21Local em 2010, já não se encontra disponível informação que evidencie a execução de uma Agenda 21.

Ao nível de pelouros ou divisões existentes, nota para o “Departamento de Urbanismo, Ambiente e Obras” e para a Divisão de “Ambiente, Energia e Obras”.

Em termos de planos e estratégias de ODS, destacam-se o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC); o documento de Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Município de Aveiro (2022 a 2024), um projeto pertencente à Rede Social do Município de Aveiro que a Câmara coordena, e cujo

objetivo passa por oferecer um olhar sobre a realidade do município caminhando para a coesão social, qualidade de vida e desenvolvimento integrado de todos (CM-Aveiro, 2022). Além disso, possui o Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro.

Já no que toca à plataforma ODSlocal é feita uma menção à existência de três projetos nomeadamente a “Woodland Kids Atelier para a Educação Sustentável” (ODS 4 e 13) projeto que visa educar as crianças sobre como cuidar do planeta (ODSlocal, 2022-f); o projeto Ser AEJE: Atuar, Expandir, ser Jovem, Empreender (ODS 3,4,5,12, 13) trabalho Educativo do Agrupamento de Escolas José Estêvão que desafia as turmas a desenvolver projetos em torno dos ODS (ODSlocal, 2022-e); o “Projeto Rios” com o foco na melhoria dos recursos hídricos (ODS 6,11,12,13,14).

Em relação ao *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” não se encontra informação disponível no que toca a boas práticas municipais; assim como da Calculadora Individual da Pegada Ecológica e dos resultados alcançados da pegada ecológica do município. Aveiro não integra o grupo de municípios participantes do ECOXXI.

#### **v. Estarreja**

No que concerne ao município de Estarreja, não foi encontrada informação relativa à Agenda 2030 no seu *website*, assim como não desenvolveu A21L.

No que toca à composição do executivo de Estarreja é de salientar a existência de uma divisão dedicada ao DS - Divisão de Ambiente e Sustentabilidade” que comporta o “Setor de sensibilização ambiental e desenvolvimento sustentável” (CM-Estarreja, 2022-d).

Quanto à existência de planos estratégicos, Estarreja é o único município inserido na Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), cujo foco de atuação trata o combate à pobreza mediante ações de cooperação com outros países de língua portuguesa (Rede para o desenvolvimento, 2022). Neste âmbito, através da campanha “Rumo a 2030”, o município associou-se à criação do hino “Todos Por Um”, com o objetivo de incentivar e mobilizar os munícipes a caminhar em prol de um mundo mais justo e sustentável, além de dar a conhecer aos cidadãos o papel que a ação local tem na concretização dos ODS e da Agenda 2030 (CM-Estarreja, 2022-c).

Destaca-se ainda o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2015-2025 cujas linhas orientadoras se debruçam sobre a promoção do desenvolvimento urbano; da competitividade e Inovação; da Natureza e Ambiente; da Coesão Social e Cultura e da Governação. Possui ainda o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Ecoparque

Empresarial; o Plano de Educação e Sensibilização Ambiental; o Plano de Ação para a Energia Sustentável com foco na mitigação de problemas ambientais provocados pelas alterações climáticas; o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e a participação no projeto “Rede Social” (CM-Estarreja, 2022-b).

Quanto à consulta da plataforma ODSlocal não é efetuada qualquer menção a projetos ou boas práticas no *website*. Quanto à página “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” o município tem divulgada a Calculadora Individual da Pegada Ecológica, os respetivos resultados, obtidos do cálculo da pegada ecológica, e a existência de boas práticas, nomeadamente na área da Alimentação: “Cuidar à distância – nutrição”; “Fica a dica” e “Refeições em casa para os mais novos e mais crescidos”; no setor da Habitação: o “Programa Casa Melhor”; “Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Estarreja”; “Habitação Social”, no setor da Mobilidade: “Comissão Municipal de Trânsito”; “Carros elétricos e híbridos”; “Serviço de transporte flexível e a pedido”, na temática Valorização e Preservação da Biodiversidade: “Bioria”; “Fábrica da História de Estarreja”; “Sentir Estarreja” e por fim no campo da Energia: “Substituição de luminárias”; “Postos de carregamento elétrico”.

Têm ainda feito parte do Programa ECO XXI desde 2011, tendo recebido pelo 11º ano consecutivo o prémio Bandeira Verde ECOXXI (CM-Estarreja, 2022-a).

## **vi. Ílhavo**

No âmbito da Agenda 2030, através da consulta ao *website* do município não foi encontrada nenhuma referência ao tema. Ao nível da implementação da Agenda21Local, o município também não tem informação sobre a adoção de tal iniciativa.

No que toca à composição do executivo, após consulta do organigrama, não existe nenhum pelouro ou divisão referente ao desenvolvimento sustentável, contudo, é possível mencionar a Divisão de Obras, Investimentos e Ambiente, com o Núcleo de Ambiente e das Alterações Climáticas (CM-Ílhavo, 2022-a).

Relativamente à existência de Planos ou Estratégias destaca-se a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de 2016 e o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Ílhavo de 2019. O município possui ainda um Plano Municipal de Apoio à Família, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) de 2016 e o Plano Estratégico do Município de Ílhavo de 2015 (CM-Ílhavo, 2022-b).

No que se refere à informação disponibilizada na plataforma ODSlocal não foi encontrada nenhuma referência relativa a projetos ou boas práticas do município de

Ílhavo registado no *website*. Por sua vez, o município de Ílhavo candidatou-se em 2005/06 no projeto ECOXXI, e em 2021/2022 destacou-se com um dos melhores no âmbito do Projeto Eco-Escolas, tendo renovado a candidatura este ano. Em relação ao *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” está disponibilizada a Calculadora Individual da Pegada Ecológica assim como a consulta dos resultados da pegada ecológica do município. Por outro lado, não foram mencionadas boas práticas municipais.

#### **vii. Murtosa**

Com base na consulta ao *website* do município, no que toca à informação relativa à Agenda 2030 e aos ODS, não é feita nenhuma referência relativa a este assunto, assim como não foi encontrada informação relativa à implementação da A21L.

Relativamente à composição do executivo, é de salientar a existência de uma divisão dedicada ao desenvolvimento sustentável, nomeadamente a “Divisão de Ordenamento e Desenvolvimento Sustentável”.

Ao nível da promoção de iniciativas e estratégias de desenvolvimento, destaque para o projeto “Murtosa Cicável” com a promoção de um meio de transporte suave (CM-Murtosa, 2022-a); Por outro lado, ao nível do Planeamento e Ordenamento do Território destaca-se a existência de planos municipais de ordenamento do território (CM-Murtosa, 2022-b).

No que concerne à consulta da plataforma ODSlocal não se verificaram projetos ou boas práticas do município alistados no *website*. O mesmo se verificou no *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”, no qual não é disponibilizada informação quanto à Calculadora Individual da Pegada Ecológica, aos resultados do município referente à pegada ecológica e a divulgação de boas práticas municipais, assim como no projeto ECOXXI.

#### **viii. Oliveira do Bairro**

Relativamente ao município de Oliveira do Bairro, após consulta ao *website*, não foi encontrada referência à Agenda 2030. A respeito da implementação da A21L, Oliveira do Bairro destacou-se como sendo um dos três municípios a implementar este programa de ação, tendo iniciado o mesmo em 2006, intitulando de Agenda 21 Local de Oliveira do Bairro, numa colaboração com o Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, agentes locais e a população do município.

Em termos de metodologia a sua implementação assentou em 5 fases: 1. Criação do Grupo de Apoio à A21L, com Apresentação Pública da A21L e Diagnóstico dos Problemas e Potencialidades do concelho; 2. Fórum de Participação Pública (Visão Futura) e traçados os Vetores Estratégicos; 3. Plano de Ação com Reunião com o Grupo de Apoio à Agenda; 4. Monitorização do Plano; 5. Apresentação Pública da A21L (Dias, 2014). Contudo, é de referir que a informação acerca da Agenda21Local já não se encontra disponível no *site* do município.

Quanto à composição do executivo, no organigrama consultado não existe nenhuma divisão específica referente à sustentabilidade. Assim, destaca-se a existência da Divisão “Serviço de Ambiente e Qualidade de Vida” (CM-Oliveira do Bairro, 2022-b).

Ao nível de Planos e Estratégias que visem os ODS, no campo ambiental destacam-se o Plano de Ação para a Energia Sustentável, em 2015; o Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima do Município de Oliveira do Bairro para 2050, o Plano Diretor Municipal de Oliveira do Bairro, o qual tem como principal mote a Avaliação Ambiental Estratégica, disponibilizando o Relatório de Avaliação e Controlo de 2021 (CM-Oliveira do Bairro, 2022-a); Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) de 2016.

Em relação à pesquisa na plataforma ODSlocal não foi encontrada nenhuma informação relativa a projetos e boas práticas referentes ao município. Já no *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” é possível encontrar a Calculadora Individual da Pegada Ecológica, os resultados alcançados do calcula da pegada ecológica e um conjunto de boas práticas, dos quais na área da Habitação: “Dar valor é dar vida”; “Separar para + reciclar”; “Separar para + poupar”; “Observatórios de Resíduos de Oliveira do Bairro”, no campo da Mobilidade: “Sistema de bicicletas de uso partilhado do concelho de Oliveira do Bairro – BOB”; Semana Europeia da Mobilidade – Mix & Move; “Posto de Carregamento de veículos elétricos”; “Veículos elétricos de limpeza urbana”, no setor “Valorização e Preservação da Biodiversidade” destacam-se: “Parque da Cidade de Oliveira do Bairro”; “Move in OLB”; “Sanitários Verdes”; “Mulching nos espaços verdes”; “Aproveitamento de águas pluviais para a rega de espaços verdes e desportivos”, por fim, no campo da Energia: “Instalação de painéis fotovoltaicos no espaço inovação”; “Iluminação pública LED”; “Substituição de caldeiras nas piscinas municipais”; “Painéis solares para aquecimento de águas sanitárias”.

Por último, em relação ao ECOXXI não foram encontradas evidências quanto à participação do município.

## **ix. Ovar**

Através da consulta ao *website* do município não foi encontrada nenhuma referência à Agenda 2030, assim como não se evidenciou informação relativa à integração do programa A21L.

Quanto à estrutura orgânica, não existe nenhuma referência à existência de pelouros ou divisões sobre o Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade. Nota para a existência da “Divisão Ambiente – Serviço de Resíduos e Gestão do Ambiente”.

Quanto a Planos e Estratégias registam-se a integração do projeto “Rede Social” no qual foi desenvolvido um documento “Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Ovar 2019-2021” que visa assegurar respostas face às carências verificadas no território, com nota para o facto de a sua elaboração estar em consonância e enquadrada com a Agenda 2030 e os 17 ODS (Conselho Local de Ação Social Ovar, 2019); e o Diagnóstico social do concelho de Ovar de 2018. No campo ambiental, destaca-se o Programa de Educação Ambiental 2022/23, assim como o projeto *#fishing the plastic*.

No que toca à plataforma ODSlocal, destaca-se a inserção do projeto “ProximIDADE MAIOR”, que procura apoiar a população idosa a viver de forma independente (ODS 3,4,10,11,17). Quanto à participação no projeto ECOXXI, o município candidatou-se somente em 2005/2006, e no *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” não está disponibilizada a Calculadora Individual da Pegada Ecológica, assim como os resultados da pegada ecológica e boas práticas municipais.

## **x. Sever do Vouga**

Após consultar o *website*, não foram evidenciadas informações quanto à Agenda 2030. Contudo, destaca-se o seu trabalho no fomento e procura pelo desenvolvimento sustentável através da adesão à A21L. Assim, iniciou o processo, subscrevendo em 2005 a Carta de Aalborg. De seguida, foi feito um retrato do município, contribuindo para a elaboração do projeto de implementação da A21L. Todo este processo foi realizado com a participação da população através de ações de sensibilização. Seguiu-se a realização do plano de ação, com base em 3 objetivos operacionais (1º Objetivo Operacional: Valorizar o Equilíbrio Ambiental; 2º Objetivo Operacional: Reforçar a competitividade empresarial e diversificar a base económica; 3º Objetivo Operacional: Consolidar a Atratividade do Concelho) (CM-Sever do Vouga, 2022-a; Dias, 2014). Toda a informação ainda se encontra disponível no *website* do município.

Em termos de pelouros ou divisões, embora não exista nenhum diretamente voltado para o desenvolvimento sustentável, destaca-se o pelouro “Ambiente e Ordenamento do Território”, o qual inclui o departamento “Energia e Sustentabilidade”.

Quanto a Planos e Estratégias, é de referir o projeto “Rede Social” no qual o município realiza e disponibiliza, desde o 2016 até ao último ano, o relatório relativo ao Plano de Ação da Rede Social (CM-Sever do Vouga, 2022-b) e o Plano Intermunicipal da Água.

Referente à plataforma ODSlocal não disponibilizam informação nesta rede de monitorização e no *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses” é possível aceder à Calculadora Individual da Pegada Ecológica, contudo não estão disponibilizados os resultados da pegada ecológica nem registo de projetos e boas práticas. Em relação ao ECOXXI o município candidatou-se em 2005/2006 e 2007.

#### **xi. Vagos**

Após consulta no *website* relativa à Agenda 2030 não se evidenciaram informações relativas ao assunto assim como da implementação de uma Agenda21Local no município.

Relativamente à estrutura orgânica do municípios destaca-se o pelouro da “Divisão de Fundos Comunitários e Sustentabilidade”.

No que concerne à existência de Planos e Estratégias que visem os ODS, nota para a realização do Plano Estratégico Municipal “Vagos 2020”, uma parceria entre a Câmara Municipal de Vagos e a Universidade de Aveiro com base num acordo entre o estabelecimento de ensino e a CIRA - Contrato de Parceria Institucional Aveiro 2020 – Região Inovadora e Competitiva, que visou elaborar uma estratégia de desenvolvimento como resposta a questões ambientais, económicas e sociais, dividido em três pontos: Diagnóstico Socioeconómico e Territorial; a Visão Estratégica; e o Plano de Ação (CM-Vagos, 2022a). Destaque ainda para o projeto “Rede Social” tendo criado o Conselho Local de Ação Social de Vagos (CM-Vagos, 2022-b).

Quanto à pesquisa na plataforma ODSlocal não foram encontrados registos de projetos e boas práticas referentes a Vagos. Em relação ao *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”, é possível encontrar disponível a Calculadora Individual da Pegada Ecológica e os resultados da pegada ecológica do município. Contudo, não são divulgadas boas práticas municipais. No que toca à participação no ECOXXI, o município promove a Iniciativa Eco-Escolas, contando com o reconhecimento na atribuição de uma Bandeira Verde Eco-Escolas.

**Tabela 3-** Resultado da pesquisa nos *sites* do município

<i>Temas referentes à sustentabilidade</i>							
<i>Municípios</i>	Referência à Agenda 2030 no <i>website</i> do município	Desenvolvimento da Agenda 21 Local	Planos ou Estratégias que visem os setores			Organigrama: Pelouro sobre o Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade	Divulgação de boas práticas (ODSlocal; CESOP-Local; ECOXXI; Pegada Ecológica)
			Social	Economia	Ambiente		
Águeda	✓	✓ (aprovada em outubro de 2008, em vigor até 2011)	✓	×	✓	✓	✓
Albergaria-a-Velha	×	×	✓	×	✓	×	×
Anadia	×	×	✓	×	✓	×	✓
Aveiro	×	✓ (aprovada em 2010, sem referência no <i>site</i> )	✓	✓	✓	×	✓
Estarreja	×	×	✓	✓	✓	✓	✓
Ílhavo	×	×	✓	✓	✓	×	✓
Murtosa	×	×	×	✓	✓	✓	×
Oliveira do Bairro	×	✓ (aprovada em 2006, duração de 18 meses)	✓	✓	✓	×	✓
Ovar	×	×	✓	×	✓	×	✓
Sever do Vouga	×	✓ (aprovada em 2006)	✓	×	×	×	✓
Vagos	×	×	✓	×	✓	✓	✓

Fonte: Elaboração própria



## 4.2. Resultados do inquérito

Após a aplicação do inquérito por questionário, foram obtidas 6 respostas por parte dos municípios de Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Ovar e Vagos, submetidas durante o período temporal de 20 de setembro de 2022 a 20 de outubro de 2022.

Começando com a caracterização geral dos inquiridos, 3 são do sexo masculino, 2 do sexo feminino e ainda 1 resposta “Prefiro não responder”. Quanto à atividade profissional exercida destaca-se Chefe de Divisão do respetivo município.

### 4.2.1. Secção A: Governação Municipal para o Desenvolvimento Sustentável

Em relação ao primeiro grupo de questões, o intuito foi o de perceber o trabalho do município em torno da prossecução do desenvolvimento sustentável no território, sendo questionados sobre quais as dimensões que carecem de maior atenção e os desafios enfrentados na promoção do DS no município; a existência de divisões/departamentos/gabinetes direcionados ao DS e a implementação de programas locais cuja agenda promovesse a sustentabilidade do território.

No que toca às dimensões que despoletam mais atenção em cada município, tendo como escolha de resposta a terminologia dos *5P's*<sup>2</sup> proveniente da Agenda 2030, a tabela 4, organizada hierarquicamente desde a 1ª opção até à 5ª opção consoante as respostas de cada município, mostra-nos que a dimensão “Pessoas” surge como prioridade em três municípios seguida da dimensão “Planeta”, primeira opção para os restantes. Além disso, destaca-se ainda a dimensão “Prosperidade”, como segunda opção da maioria das respostas. Curiosamente, as que colocam em segundo lugar “Prosperidade”, referem “Paz” como última opção, e inversamente, as que colocam “Paz” em segundo lugar, colocam a “Prosperidade” como última opção.

---

<sup>2</sup>**Pessoas** (Fome; Pobreza; Saúde; Educação; Igualdade de Género); **Prosperidade** (Crescimento Económico; Trabalho digno; Energias Renováveis; Indústria, Inovação e Infraestruturas); **Planeta** (Produção e Consumo Sustentáveis; Ação Climática; Proteção da Vida Terrestre/Marinha; Comunidades Sustentáveis); **Paz** (Paz, Justiça e Instituições eficazes); **Parcerias** (Parcerias internacionais, nacionais e locais para promoção do desenvolvimento)

**Tabela 4 - Dimensões que carecem de maior atenção nos municípios**

<i>Ordenação das respostas</i>	<b>Dimensões que carecem de maior atenção nos municípios</b>					
	<b>Município a)</b>	<b>Município b)</b>	<b>Município c)</b>	<b>Município d)</b>	<b>Município e)</b>	<b>Município f)</b>
<b>1ª opção</b>	Planeta	Planeta	Pessoas	Parcerias	Pessoas	Pessoas
<b>2ª opção</b>	Prosperidade	Paz	Paz	Prosperidade	Prosperidade	Prosperidade
<b>3ª opção</b>	Pessoas	Pessoas	Planeta	Pessoas	Planeta	Paz
<b>4ª opção</b>	Parcerias	Parcerias	Parcerias	Paz	Parcerias	Planeta
<b>5ª opção</b>	Paz	Prosperidade	Prosperidade	Planeta	Paz	Parcerias

Fonte: Elaboração própria

Relativamente aos desafios enfrentados na promoção do Desenvolvimento Sustentável, os municípios tinham de escolher no mínimo 3 opções de resposta entre: “Falta de conhecimento e de informação”; “Falta de meios e recursos financeiros”; “Falta de cooperação e coordenação entre as esferas do poder”; “Falta de apoio do Governo Central”; “Falta de colaboração intermunicipal”; “Falta de Recursos Humanos e competências técnicas”; “Falta de competências e poder de decisão dos municípios”; “Desinteresse e a não participação da sociedade civil”; e “Outro(s)”.

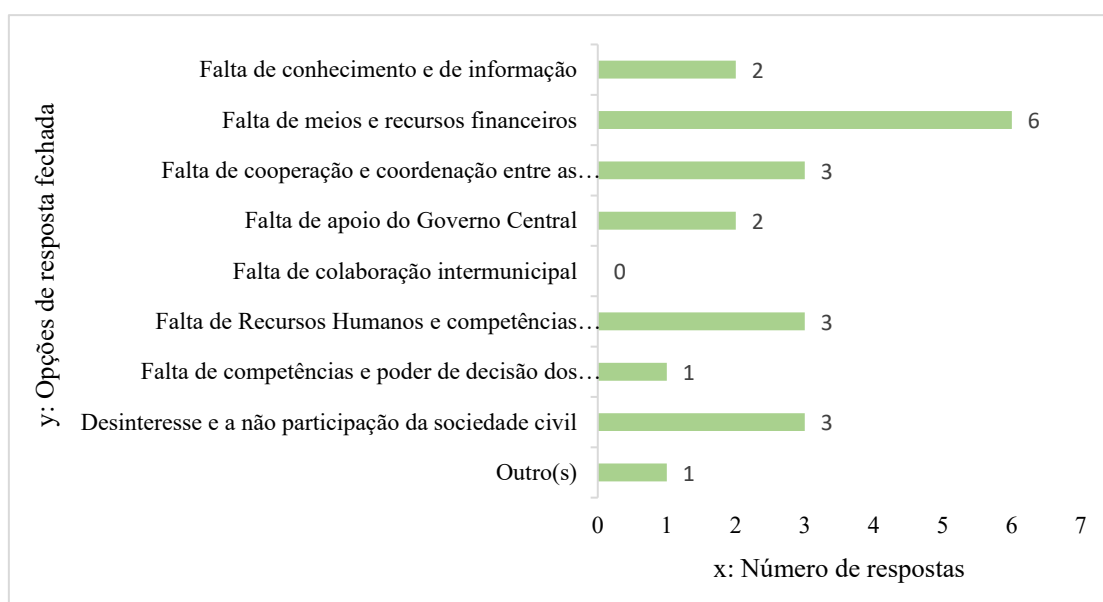
Assim, tal como se pode ver pelo gráfico 1, destaca-se a unanimidade na resposta quanto à “Falta de Meios e Recursos Financeiros” mencionada por todos os inquiridos, seguida da “Falta de Recursos Humanos e competências técnicas”, a “Falta de cooperação e coordenação entre as esferas do poder” e ainda do “Desinteresse e a não participação da sociedade civil”. Estas respostas vão ao encontro da opinião de autores como Krantz & Gustafsson (2021) que referem que fatores como a participação e o trabalho conjunto entre atores locais, dos quais a sociedade civil, e a alocação de recursos financeiros e humanos são importantes à implementação dos ODS. Assim como Slack (2015) que afirma que os governos locais devem ter capacidade financeira e humana para implementar os ODS a nível local.

Ainda neste âmbito, a própria Agenda das Nações Unidas salienta a necessidade de existir uma governação cooperativa, isto é, que exista colaboração horizontal, entre entidades intervenientes ao mesmo nível; colaboração vertical, entre órgãos de diferentes níveis (nacional, regional, local); e a colaboração de atores (setor público, privado, *ONG's*, sociedade civil) (Krantz & Gustafsson, 2021; Valencia *et al.*, 2019), contrapondo com as respostas dadas pelos municípios quando referem a falta de cooperação entre

esferas de poder, a falta de apoio do Governo Central e ainda o desinteresse da sociedade civil.

Contudo, estando a analisar-se municípios que pertencem a uma Comunidade Intermunicipal, repare-se que estes não veem a opção “Falta de colaboração intermunicipal” como um desafio, o que nos permite verificar que os municípios podem tirar partido da adesão a vários projetos e programas, nomeadamente projetos como a “Pegada Ecológica” ou a adesão conjunta ao Pacto dos Autarcas e *Mayors Adapt* (2014).

**Gráfico 1 - Desafios na promoção do Desenvolvimento Sustentável no município**



Fonte: Elaboração própria

Quanto à existência de alguma divisão, departamento ou gabinete cuja ação se direcione diretamente para o DS, 3 municípios responderam “Sim”, contudo, somente um município faz menção ao DS no título da divisão (Setor de sensibilização ambiental e desenvolvimento sustentável). Quanto aos restantes municípios, apontam para os Departamentos de Ambiente e o Núcleo de Ambiente e Alterações Climáticas.

Por outro lado, os municípios que responderam “Não”, apontam as divisões ou departamentos como a Divisão Qualidade, Ambiente e Gestão Frota; a Divisão do Ambiente Energia e Obras e a Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo a tratar destas questões. Nota para o facto de o município de Vagos ter respondido “Não”, mas possuir a Divisão de Fundos Comunitários e Sustentabilidade.

No que se refere à adesão e implementação de programas locais, como a Agenda 21Local, dos 6 municípios em análise, somente o Município de Aveiro afirmou ter

desenvolvido, com aprovação no ano de 2010, contudo não foi possível encontrar nenhuma evidência da sua implementação quer no *website* como em outro documento.

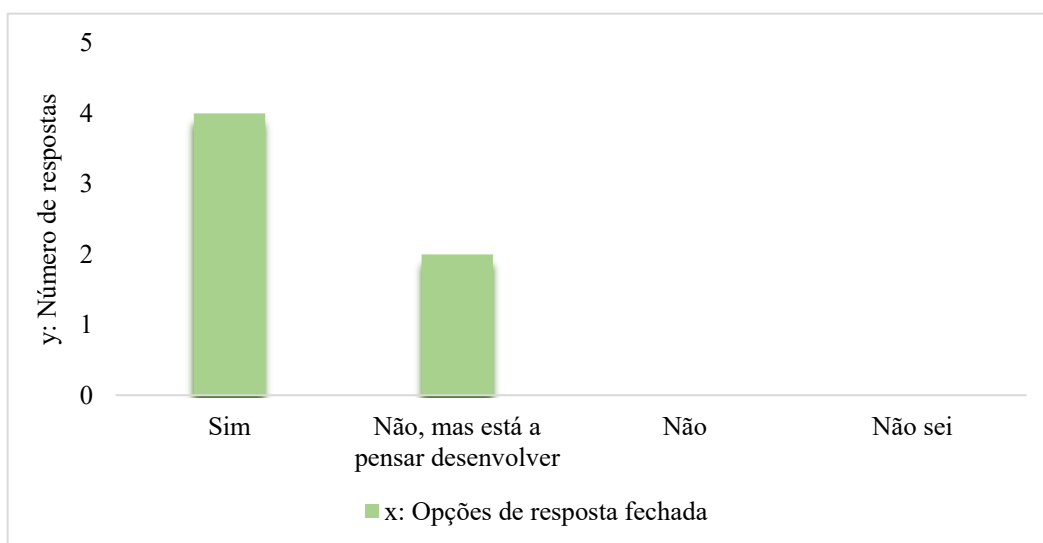
#### **4.2.2. Secção B: Governação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

No que toca à governação da Agenda 2030 perguntou-se se os 17 ODS são introduzidos pelos municípios em estratégias, políticas ou planos de ação; qual a importância e o envolvimento de *stakeholders* no debate e implementação da Agenda 2030 e ainda quais os mecanismos de monitorização utilizados para medir o progresso do desenvolvimento sustentável.

Assim, quando questionados acerca do desenvolvimento de alguma estratégia, política ou plano de ação para alcançar os 17 ODS de forma integrada, é passível de ver pelo gráfico 2, que a maioria dos municípios respondeu “Sim”, à exceção de dois municípios que afirmam não possuir, mas estão a pensar desenvolver. Quanto aos planos implementados, foram mencionados planos como o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; o Programa Anual de Educação; o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação e o Plano de Ação para a Energia Sustentável.

Neste sentido, é possível verificar que não existe verdadeiramente uma agenda integrada voltada para os ODS, mas sim programas parcelares, observando-se que não existe um compromisso claro quando comparado com outros municípios. Note-se o exemplo de municípios que desenvolvem estratégias locais para cumprir os objetivos da Agenda 2030 no seu território, como o município de Mafra, com a implementação da estratégia “MMS – Mafra Mais Sustentável”, o município de Torres Vedras com o lançamento da “Agenda 2030 Torres Vedras”, ou o município de Cascais com a estratégia “Cascais 2030”.

**Gráfico 2** - Desenvolvimento de estratégias, políticas e planos de ação no município



Fonte: Elaboração própria

Por sua vez, quando questionados sobre se integram os ODS de forma separada em estratégias, políticas ou planos de ação locais, todos os municípios responderam “Sim”. Assim, a tabela 5 aponta as estratégias, políticas ou planos de ação referidos por cada município, de acordo com os 17 ODS.

**Tabela 5 - Estratégias, políticas ou planos de ação de acordo com os 17 ODS**

17 ODS	<i>Estratégias, políticas ou planos de ação dos municípios</i>					
	Anadia	Aveiro	Estarreja	Ílhavo	Ovar	Vagos
ODS1		Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento 2022-24	RICD <sup>e</sup>			Estratégia Local de Habitação
ODS2		Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento 2022-24				
ODS3						
ODS4		PAEMA <sup>b</sup>				Carta Municipal de Educação
ODS5			PMIND <sup>f</sup>			
ODS6			ECOXXI	Alargamento da rede de saneamento, de forma gradual		
ODS7		PMAAC <sup>c</sup>	Plano de substituição da iluminação pública para tecnologia LED'S - 100%	Plano de Ação para a Energia Sustentável.		PADISI <sup>g</sup>
ODS8		PDM <sup>d</sup>				
ODS9		PDM				
ODS10		Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento 2022-24		✓		
ODS11			- Estudo Municipal do Sistema de Recolha de Bioresíduos; - ECOXXI	✓		
ODS12		PMAAC	Programa Eco-escolas.	✓		«Vagos + Comércio»
ODS13	PAESC <sup>a</sup>	PMAAC	- PMAAC; - ECOXXI	PMAAC	✓	
ODS14		PMAAC	Programa Eco-escolas	✓	✓	
ODS15		PMAAC	ECOXXI	✓		
ODS16						
ODS17		Projeto Pegada Ecológica	ECOXXI			

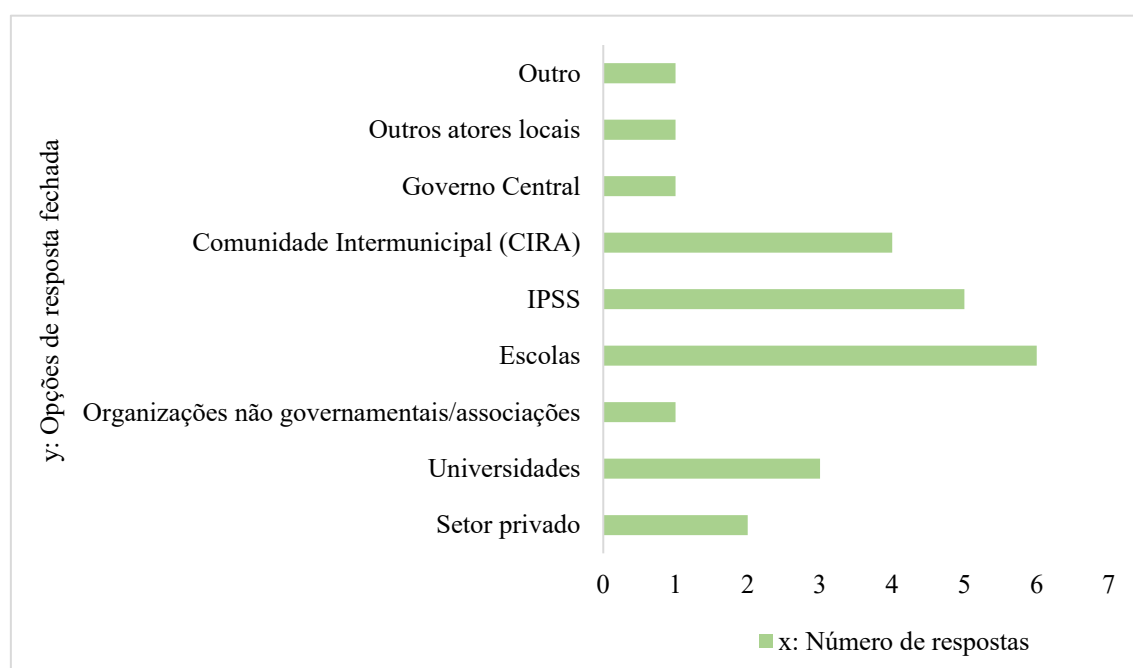
Legenda: <sup>a</sup>- PAESC - Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima; <sup>b</sup> -PAEMA - Programa de Ação Educativa; <sup>c</sup>- PMAAC - Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; <sup>d</sup> - PDM- Plano Diretor Municipal; <sup>e</sup> – RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento; <sup>f</sup> – PMIND - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; <sup>g</sup> – PADISI - Plano de Ação de Desenvolvimento Interurbano Sustentável e Inteligente

Fonte: Elaboração própria

No que toca ao interesse e participação de atores locais no processo de implementação dos ODS no território, importa perceber de que forma os municípios trabalham em termos da sua divulgação. Neste sentido, os resultados aos inquiridos mostram que a maioria aposta na comunicação, nomeadamente através da organização e participação em conferências ou eventos, bem como na promoção de ações de sensibilização, como campanhas e *workshops*. Quanto aos atores com os quais os municípios mais dialogam, destacam-se as instituições de ensino, como Escolas e Universidades, as IPSS e a Comunidade Intermunicipal (CIRA), tal como se verifica no gráfico 3.

Paralelamente, é de salientar que, através da consulta aos *websites* dos municípios, não foram encontradas evidências quanto à divulgação de informação específica da Agenda 2030, nem de eventos recentes que promovessem a discussão ou participação da população em torno do DS. Além disso, os municípios devem ter um papel ativo na sensibilização dos atores para a participação no processo, aproximando-os do tema, através da promoção de eventos ou debates, da integração da temática em eventos do município, como o caso do município do Seixal com a divulgação de ações no festival Maio Social, em 2017, na Feira de Projetos Educativos e no festival *Seixal World Music*, em 2019 (Rede para o desenvolvimento, 2020).

**Gráfico 3** - Atores com os quais os municípios dialogam para a implementação dos ODS



Fonte: Elaboração própria

Quanto à forma como os municípios monitorizam os progressos e avanços do desenvolvimento sustentável e como comunicam e divulgam à sociedade civil, as opções de resposta eram: “Redes de monitorização de sustentabilidade (CESOP-Local, ODS-Local, ECOXXI ou outra)”; “Elaboração de relatórios locais (por exemplo Relatório de Sustentabilidade)”; “Avaliação do cumprimento dos ODS, seguindo os indicadores da Agenda 2030 (aplicados a Portugal)”; “Não, ainda não desenvolve”.

Assim, como visível na tabela 6, destacam-se como respostas dadas a pertença a “Redes de monitorização de sustentabilidade”, nomeadamente a inserção em projetos como o ECOXXI e a divulgação de projetos e boas práticas na plataforma ODSlocal. Quanto à CESOP-Local nenhum dos municípios inquiridos pertence à rede de monitorização. Segue-se a resposta “Elaboração de relatórios locais (por exemplo Relatório de Sustentabilidade)”, contudo, não foram encontrados registos de relatórios locais de monitorização da sustentabilidade local, o que pode contrastar com o facto de, por exemplo, a maioria não participar em plataformas de monitorização, como as mencionadas anteriormente.

Além disso, podem os próprios municípios fazer e divulgar a monitorização dos ODS, nomeadamente seguindo o exemplo de Cascais, que criou o *website* “Cascais 2030” disponibilizando toda a informação relativa à Agenda 2030, nomeadamente através do relatório base para adaptação dos ODS em Cascais, ou ainda o município de Loures que, com base no relatório do Índice de Sustentabilidade Municipal, disponibiliza no *website* do município, as metas e indicadores para alcançar os ODS assim como os resultados globais e por ODS obtidos. Nota ainda para o município de Águeda, que divulga os relatórios sustentabilidade do município, sendo por isso possível acompanhar os progressos do município face a cada ODS.

Ao nível da comunicação, somente um município refere não fazer a divulgação à sociedade civil. Os restantes municípios utilizam mecanismos de divulgação como relatórios e o *website* do município, acessível a todos os cidadãos.



**Tabela 6** - Indicadores de monitorização e mecanismos de divulgação do progresso do DS

<i>Indicadores de monitorização e mecanismos de divulgação do DS</i>			
<i>Municípios</i>	<b>Indicadores</b>	<b>Comunicação à sociedade civil</b>	<b>Mecanismo de divulgação</b>
<b>Município a)</b>	Redes de monitorização de sustentabilidade (CESOP-Local, ODS-Local, ECOXXI ou outra)	✓	<i>Website</i> do município
<b>Município b)</b>	Elaboração de relatórios locais (Relatório de Sustentabilidade)	×	
<b>Município c)</b>	Redes de monitorização de sustentabilidade (CESOP-Local, ODS-Local, ECOXXI ou outra)	✓	Relatórios
<b>Município d)</b>	Redes de monitorização de sustentabilidade (CESOP-Local, ODS-Local, ECOXXI ou outra)	✓	Relatórios
<b>Município e)</b>	Ainda não desenvolve		
<b>Município f)</b>	Ainda não desenvolve		

Fonte: Elaboração própria

#### 4.2.3. Secção C: Governação Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável

Neste segmento do questionário, as questões procuravam perceber de que forma os municípios tiram partido da rede intermunicipal para a promoção do desenvolvimento sustentável e ainda quais os contributos ou dificuldades percecionados da governação intermunicipal na prossecução do desenvolvimento sustentável no território.

Assim, os municípios foram questionados acerca da forma como o trabalho em rede intermunicipal, através da CIRA, poderia apoiar na promoção do Desenvolvimento Sustentável no território. Através do recurso a uma escala de *Likert*, em que 1 significava discordo totalmente e 5 concordo totalmente, os inquiridos avaliaram as seguintes respostas: “Mais acesso a conhecimento e informação”; “Mais meios e recursos financeiros”; “Maior cooperação e coordenação entre as esferas do poder local”; “Maior capacidade de reivindicar apoio ao Governo Central”; “Mais Recursos Humanos e competências técnicas”; “Maior poder de decisão dos municípios”; “Maior participação da sociedade civil”; “Maior inserção e criação de projetos que visem o desenvolvimento sustentável”.

Quanto às respostas, visível na tabela 7, em média, as opções “Mais acesso a conhecimento e informação”, “Mais meios e recursos financeiros”; “Maior cooperação e coordenação entre as esferas do poder local”; “Maior capacidade de reivindicar apoio ao Governo Central” foram considerados fatores importantes, adjacentes do trabalho em rede, e que podem contribuir para beneficiar a promoção do DS nos seus territórios.

Por outro lado, em média, os municípios referem que a opção “Mais Recursos Humanos e competências técnicas” e “Maior participação da sociedade civil” não são elementos-chave que contribuem para a promoção do DS, o que contradiz com a ideia anteriormente defendida de que um dos desafios na promoção do DS trata o desinteresse e não participação da sociedade civil.

**Tabela 7** - Fatores, procedentes do trabalho em rede intermunicipal, que contribuem para a promoção do Desenvolvimento Sustentável no território

<i>Municípios</i>	<i>Fatores, procedentes do trabalho em rede intermunicipal, que contribuem para a promoção do DS no território</i>							
	Acesso a conhecimento e informação	Meios e recursos financeiros	Cooperação/ coordenação entre as esferas do poder local	Capacidade de reivindicar apoio ao Governo Central	Recursos Humanos e competências técnicas	Poder de decisão dos municípios	Participação da sociedade civil	Inserção e criação de projetos que visem o desenvolvimento sustentável
Município a)	4	2	4	4	4	4	3	4
Município b)	2	4	3	3	2	2	2	3
Município c)	5	5	3	5	1	3	4	5
Município d)	5	5	5	5	1	5	1	4
Município e)	4	4	5	3	2	2	2	2
Município f)	3	3	3	3	2	2	2	4
<b>Média</b>	<b>3,833333</b>	<b>3,833333</b>	<b>3,833333</b>	<b>3,833333</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2,333333</b>	<b>3,666667</b>
<b>Máximo</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Mínimo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

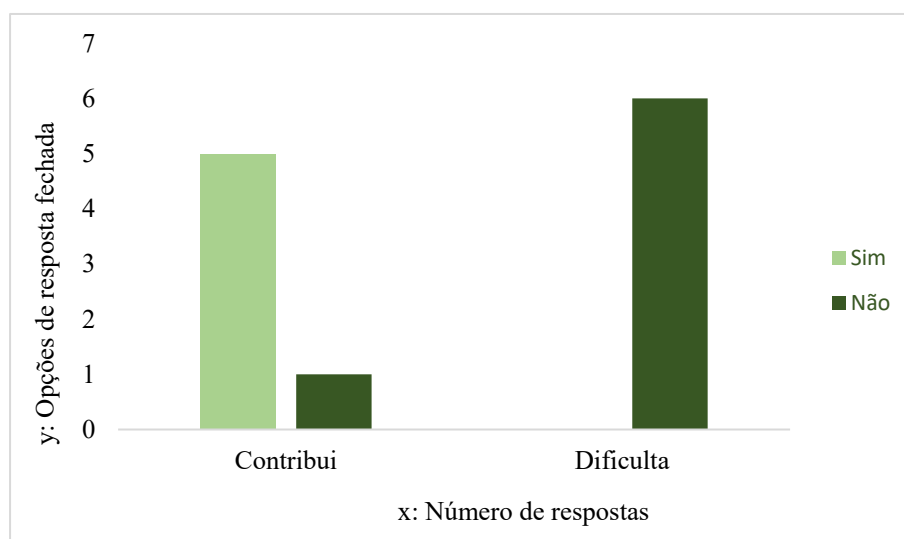
Fonte: Elaboração própria

Já quando questionados acerca da perceção do papel da governação intermunicipal na prossecução do DS nos territórios, como se pode ver pelo gráfico 4, a maioria dos municípios respondeu que este contribuía, há exceção de um município que respondeu “Não”. Neste âmbito, no que se refere aos contributos da governação intermunicipal, foram mencionados vários projetos e programas de escala regional como o “Projeto Pegada Ecológica dos Municípios; a “Intervenção no Rio Vouga e Baixo Vouga Lagunar”; as “Vias Ecológicas Cicláveis (VEC)”; os “Estudos e Dragagens da Ria de Aveiro” e a “Adesão conjunta Pacto dos Autarcas e *Mayors Adapt* (2014)”.

Ainda referente aos contributos da cooperação intermunicipal foi salientada a ideia de que o trabalho em comunidade podia ter um papel impulsionador e de disseminação de informação e conhecimento, encorajando os demais a agir. Por sua vez, beneficia a criação de novos projetos, planos intermunicipais e novos fundos criando uma dinâmica de trabalho que obriga ao entendimento intermunicipais. Contudo, quando se olha para a inserção em projetos conjuntos como o da “Pegada Ecológica” nem todos os municípios adotam a mesma estratégia de compromisso, quando uma parte não divulga no seu *website* os resultados dessa avaliação ou a calculadora para medição da Pegada Ecológica dos municípios, por exemplo.

Quando interrogados sobre se a governação Intermunicipal dificultava na prossecução do desenvolvimento sustentável no seu território todos os municípios responderam “Não”.

**Gráfico 4 - Governação Intermunicipal na prossecução do Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: Elaboração própria

Por último, questionados acerca do processo de descentralização em Portugal e se este poderia ser um fator chave para o fomento de políticas em torno do desenvolvimento sustentável local, somente um município respondeu “Não”, três municípios responderam “Sim”, e dois responderam “Sim, mas que podia ir mais longe”. Estas opiniões afirmativas vão ao encontro do resultado do relatório “Rumo a 2030”, o qual refere a descentralização do poder político como um dos fatores que contribui para o alcance de resultados quanto à localização dos ODS no território, com as autoridades locais a terem poder e recursos necessários à implementação das políticas.

Quanto aos argumentos dados, um aspeto crítico recaiu pelo facto de que os programas que derivam de Diretivas Comunitárias da UE não terem em conta a realidade das diferentes regiões e municípios, nomeadamente no diagnóstico das principais carências e necessidades dos territórios, podendo por vezes criar mais e maiores disparidades e diferentes ritmos de desenvolvimento.

Ainda assim, olhando para o contexto português, tal como Tavares *et al.* (2018) referem, o processo de descentralização tem como objetivo criar um “maior envolvimento dos governos locais nos processos de integração e desenvolvimento regional” (p.15), envolvimento esse que se deve em grande parte ao facto de os municípios estarem mais próximos da população e terem maior conhecimento sobre as necessidades do território. E é precisamente isso que os municípios inquiridos apontam como mais-valia, essa proximidade à população e ao território que podem potenciar a implementação dos ODS, à escala local.

## **5. Discussão**

Falar em desenvolvimento sustentável é garantir que as gerações presente e futura vejam asseguradas as suas necessidades (WCED, 1987) e, neste sentido, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável surge como uma nova estratégia em matéria de sustentabilidade, com a particularidade de apontar para os níveis local, regional e nacional o papel de principais promotores dos 17 ODS. E é neste âmbito que os municípios ganham um papel central na promoção da sustentabilidade. Assim, procurou-se dar resposta aos objetivos da presente dissertação, percecionando a forma como os municípios debatem e transpõem as metas e prioridades da Agenda 2030 no seu território (“territorialização”) e o papel assumido da governação multinível na monitorização destas metas.

## 5.1. Territorialização da Agenda 2030 das Nações Unidas pelos municípios: debate e transposição das metas, atores envolvidos na discussão e monitorização da Agenda

Tal como frisado pela Resolução das Nações Unidas, os territórios locais assumem um papel importante na prossecução da sustentabilidade global e concretização da Agenda 2030, partindo de uma abordagem *bottom-up*, onde a incursão de estratégias e planos de ação locais são essenciais para a execução dos objetivos de desenvolvimento sustentável local. Assim, o termo “territorializar” implica a existência de um “planeamento urbano e territorial, o desenho estratégico, os ambientes institucionais (...) estiverem plenamente integrados nos territórios, ou seja, "territorializados", aproveitando ao máximo as potencialidades locais, envolvendo todas as partes interessadas locais e baseando-se nas necessidades e exigências locais” (UCLG, 2020, p.21).

Neste sentido, aos municípios da Região de Aveiro foi questionado se esta territorialização da Agenda 2030 se tem traduzido através da adoção de um conjunto de fatores: 1. Compromisso Político; 2. Comunicação da Agenda pelos municípios; 3. Elaboração de Agendas Locais; 4. Acompanhamento e Monitorização; 5. Envolvimento com atores locais; 6. Participação em redes nacionais, europeias e internacionais. Estes fatores ajudam a compreender se os objetivos são atingidos, baseando-se no método de “localização” que se resume no processo de transposição dos objetivos para o panorama local (Krantz & Gustafsson, 2021).

Assim, quanto ao “Compromisso Político” não existe nota de um comprometimento assumido a nível político, por parte dos municípios inquiridos, para a integração da Agenda 2030 nos seus planos. Repare-se no exemplo do município de Mafra, que este ano se tornou o primeiro município a subscrever a carta de compromisso com o Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos, com o objetivo de acelerar o cumprimento dos ODS. Por outro lado, o município da Amadora assumiu um compromisso através da instalação do “Cubo ODS” com a campanha “Rumo a 2030”, implementada pelo IMVF e a Câmara de Oeiras, servindo de mote para a concretização dos ODS (Rumo a 2030, 2022a). Também o município de Cascais assumiu uma proposta de compromisso com os ODS, em 2017, aprovada por unanimidade, indicando assim o envolvimento dos decisores políticos (Cascais 2030, 2017).

Por outro lado, outro dos aspetos que ajuda à localização dos ODS, segundo Krantz & Gustafsson (2021) refere-se à criação de equipas ou atribuição de responsabilidades a departamentos, pois a participação e o trabalho conjunto entre os diversos níveis e atores

e a alocação de departamentos destinados à sustentabilidade, tornam-se fatores relevantes à implementação dos ODS. Assim, o que se verificou é que existem municípios com setores voltados para o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, mas a maioria declina estas questões para os Departamentos de Ambiente e Energia. Contudo, observe-se o exemplo de Cascais, o qual criou o Gabinete Cascais 2030, que visa promover o envolvimento de toda a estrutura orgânica do município, estando responsável pela coordenação da estratégia local Cascais2030, denotando-se uma aposta clara de adaptação da agenda global para o seu território (Cascais 2030, 2017; Rede para o desenvolvimento, 2020).

Outro dos fatores para a territorialização dos ODS, trata a importância da “Elaboração de Agenda Locais”, pois segundo Stafford-Smith *et al.* (2017) a inserção de planos locais integrados através da conceção de metas e estratégias são parte fundamental para a implementação, monitorização e operacionalização dos ODS. Assim, pode concluir-se que, o que se verifica nos municípios inquiridos da Região de Aveiro é a existência de estratégias e planos de ação local setoriais, distribuídos entre as dimensões sociais, económica e ambiental. Não foi por isso identificada nenhuma estratégia integrada que focasse os 17 ODS, como no caso citado de Mafra ou da cidade de Bristol. Há ainda a ressaltar que o município de Albergaria-a-Velha apresenta uma Estratégia Municipal de Sustentabilidade (Albergaria-a-Verde) assente nos 17 ODS. Outros exemplos que integram estratégias locais são Cascais (Cascais2030), Guimarães (Plano de Ação 2020-2021) ou ainda as comunidades autónomas de Espanha como o País Basco (Agenda Euskadi 2030 – País Basco); Valência (Estratégia ODS da Comunidade de Valência) ou a Andaluzia (Agenda 2030-Andaluzia) (Rumo a 2030, 2022b).

Pode ainda frisar-se a participação em redes nacionais, nomeadamente a inserção em projetos como a Pegada Ecológica ou o ECOXXI. Quanto à participação em projetos nacionais, Águeda é o único a participar. No que toca à divulgação de projetos e boas práticas na plataforma ODSlocal destacam-se o município de Aveiro e Ovar. Estarreja e Oliveira do Bairro, por exemplo, divulgam boas práticas municipais através do *website* “Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses”. Relativamente à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento somente Estarreja pertence, e à exceção de Águeda, a maioria não integra a “Aliança ODS”, o que permite vislumbrar a falta de inserção em redes que trabalham diretamente com os ODS.

Relativamente aos atores envolvidos na discussão dos objetivos, existe um claro destaque para o envolvimento de estabelecimentos de ensino, como as Escolas,

nomeadamente através do projeto Eco-Escolas da ABAE e Universidades, nomeadamente a Universidade de Aveiro, através da realização de planos estratégicos. Contudo, o envolvimento de escolas ou bibliotecas pode ir mais além, através da criação de parcerias com as Câmaras a fim de promover projetos escolares, debates, visitas de estudo (Rede para o desenvolvimento, 2020). Foram ainda mencionadas as IPSS e a CIRA, contudo não foram referidas iniciativas de colaboração. Por outro lado, o setor privado, as *ONG's* e o Governo Central são os atores menos citados.

Neste sentido, os atores locais podem ter um papel ativo na sensibilização e divulgação dos ODS, implementando diversas atividades com impacto no território tal como se verifica em Bristol, que criou uma “Aliança ODS Bristol” promovendo um espaço de diálogo entre vários atores, desde o executivo municipal a intervenientes do setor social, económico e cultural, assim como a promoção de diversas iniciativas, com o envolvimento da sociedade civil, setor privado e instituições de ensino (Fox & Macleod, 2021).

Denote-se o exemplo do município de Guimarães, que no seio da estratégia local “Plano de Ação 2020-2021” criou a “Estrutura de Missão 2030”, uma plataforma de discussão sobre os temas do desenvolvimento sustentável envolvendo as mais diversas entidades do território, desde um Conselho Consultivo e Especializado, composto por equipas multidisciplinares, membros do Executivo Municipal, o apoio do Comité Externo de Aconselhamento, instituições de ensino (Universidade do Minho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade das Nações Unidas, Instituto Politécnico do Cávado e Ave), agências (Agência Portuguesa do Ambiente, Agência de Energia do Ave), empresas (CM-Guimarães, 2022).

Em relação ao “Acompanhamento e Monitorização” importa primeiramente destacar a forma como os municípios comunicam e dão conhecimento sobre as suas ações à sociedade civil. Assim, foi referido que os mecanismos de comunicação mais utilizados são as conferências, assim como ações de sensibilização através de campanhas ou *workshops*. Após consulta aos *websites* dos municípios não foram encontradas evidências da promoção de campanhas ou de conferências recentemente. Contudo, nota para o município de Águeda que divulga informação relativa à Agenda 2030.

Por exemplo, o município de Oeiras lançou a campanha “Ligados à Comunidade Geramos Sustentabilidade” num claro estímulo a “um movimento a favor da sustentabilidade local e promover o efeito multiplicador que a partilha de boas práticas empresariais tem nos indivíduos e nas organizações” (Oeiras, 2022). A criação de

plataformas ou uma secção *website* do município dedicada à temática, fazer referências no boletim municipal ou agenda municipal; divulgação dos ODS em eventos já existentes podem ser um mecanismo de divulgação de informação para a sociedade civil, como o caso de Cascais, com a plataforma *online* “ODS Cascais 2030” ([www.cascais.pt/cascais2030](http://www.cascais.pt/cascais2030)); de Loures com o “ISM Loures” (<https://www.cm-loures.pt/ISMEntrada.aspx>); de Palmela com o espaço “ODS: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável” (<https://www.cm-palmela.pt/municipio/ods-objetivos-para-o-desenvolvimento-sustentavel>).

Referente à monitorização, a qual visa dar a conhecer os progressos efetuados pelos municípios, os inquiridos referem ser feita através da elaboração de relatórios e da participação em redes de monitorização de sustentabilidade, em especial a ECOXXI. O que se pode verificar é que os municípios fazem a divulgação de relatórios e planos de vários setores (por exemplo, Plano Diretor Municipal, PMAAC, Plano de Ação para a Energia Sustentável), contudo, quanto a planos em torno do desenvolvimento sustentável somente o Município de Águeda apresenta relatórios municipais de sustentabilidade uma vez que pertence à Rede CESOP-Local, contrariamente aos restantes municípios que neste âmbito não apresentam dados que mostrem à população o progresso quanto ao desenvolvimento sustentável.

Ao nível da comunicação, a maioria fá-lo através de relatórios e do *website* do município.

## **5.2. Papel da governação multinível na monitorização das metas da Agenda 2030**

No que diz respeito à governação multinível, e ao facto de estarmos a falar de municípios que pertencem a uma comunidade intermunicipal, importou perceber de que forma a atuação em rede beneficia ou dificulta o fomento de políticas em torno do desenvolvimento sustentável.

Para a maioria dos municípios, a resposta é muito clara no sentido de afirmar que a governação intermunicipal contribui para a prossecução do desenvolvimento sustentável, sendo que um dos municípios aponta como exemplo o somatório de diversos projetos como a Pegada Ecológica; a intervenção no Rio Vouga e Baixo Vouga Lagunar; as Vias Ecológicas Cicláveis; Estudos e Dragagens da Ria de Aveiro; a Adesão conjunta Pacto dos Autarcas e *Mayors Adapt* (2014). Além disso, mencionam o “efeito impulsionador” de trabalhar em comunidade aliado à disseminação de conhecimento e informação.



Reforçam ainda a possibilidade de criação de novos projetos e planos intermunicipais em áreas específicas.

Se se olhar para o contexto português, a descentralização traz consigo uma nova forma de governação, procurando dotar os governos locais e regionais de novas formas de poder, nomeadamente mais autonomia nas tomadas de decisão acompanhada de mais financiamento, maior capacidade de adotar políticas ou tomar decisões que defendam as necessidades do território e dos cidadãos. E nesse sentido, os municípios inquiridos veem o processo de descentralização como uma oportunidade de fomentar políticas em torno do desenvolvimento sustentável. Tratando-se esta de uma agenda global, que deposita um papel ativo na concretização das suas metas na escala local, são necessários mecanismos de governação multinível, que fomentem a colaboração horizontal, entre órgãos do mesmo nível, e vertical, entre órgãos de diferentes níveis.

Assim, quando questionados acerca da forma como a governação multinível pode apoiar a implementação e monitorização das metas da Agenda 2030, as respostas dadas, baseadas consoante a opinião de cada inquirido, referem que o acesso a mais conhecimento e informação; a mais meios e recursos financeiros; e a possibilidade de uma maior cooperação e coordenação entre as esferas do poder local, traduzem-se fatores importantes e uma mais-valia da cooperação intermunicipal. Em contrapartida, os municípios inquiridos afirmam que a existência de mais recursos humanos e competências técnicas e a possibilidade de maior participação da sociedade civil são os fatores com menor peso para a implementação dos ODS.

Assim sendo, um dos pontos críticos a refletir trata o facto de estes municípios não tirarem partido da cooperação intermunicipal, nomeadamente de uma cooperação horizontal, pois não “territorializam” as metas da Agenda 2030, uma vez que, não mencionam a criação ou possibilidade de criarem uma agenda ou estratégia integrada comum que visassem ODS específicos como resposta às necessidades do território. Se olharmos para o relatório feito pela Rede para o desenvolvimento (2020), este aponta que, à luz dos processos analisados, a localização dos ODS tem maior expectativa de sucesso em municípios com “cultura de trabalho conjunta”, isto é, nos “países onde os municípios já se encontram “organizados em áreas metropolitanas, em comunidades intermunicipais ou em governos regionais, a implementação de atividades conjuntas e com maior impacto nos bens comuns está favorecida” (Rede para o desenvolvimento, 2020, p.75).

Em suma, o quadro-resumo abaixo avalia, de acordo com as respostas dos municípios inquiridos, a forma como estes debatem e discutem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

**Tabela 8 - Discussão da Agenda 2030**

<b>Quadro-Resumo</b>	<b>1. Compromisso Político</b>	<b>2. Comunicação da Agenda pelos municípios</b>	<b>3. Elaboração de Agendas Locais</b>	<b>4. Acompanhamento e Monitorização</b>	<b>5. Envolvimento com atores locais e ONG's</b>	<b>6. Participação em redes nacionais, europeias e internacionais</b>
<b>Anadia</b>	- Não se encontraram evidências quanto ao compromisso com a adoção da Agenda	- Não promove(u) ou participa(ou) em atividades de sensibilização e divulgação	- Não existe uma Agenda integrada; - Agendas setoriais: Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima	- Acompanhamento Redes de monitorização de sustentabilidade - Monitorização <i>Website</i> do município	- Escolas; - CIRA	- ECOXXI - Pacto dos Autarcas
<b>Aveiro</b>	- Não se encontraram evidências quanto ao compromisso com a adoção da Agenda	- Comunicação pública, conferências ou eventos destinados à mobilização da população	- Não existe uma Agenda integrada; - Agendas setoriais: PMAAC; Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento 2022-24; PAEMA; PDM	- Acompanhamento: Relatórios locais - Monitorização: Não é comunicada à sociedade civil	- Universidades; - Escolas; - IPSS; - CIRA	- Pacto dos Autarcas
<b>Estarreja</b>	Divisão: Setor de sensibilização ambiental e desenvolvimento sustentável	- Comunicação pública, conferências ou eventos destinados à mobilização da população	- Não existe uma Agenda integrada; - Agendas setoriais: PMAAC; PMIND; Estudo Municipal do Sistema de Recolha de Bioresíduos	- Acompanhamento: Redes de monitorização de sustentabilidade - Monitorização: Relatórios	- Setor privado; - Escolas; - IPSS - Outros atores locais	- ECOXXI - Programa Eco-escolas - Pacto dos Autarcas - RICD
<b>Ílhavo</b>	- Não se encontraram evidências quanto ao compromisso com a adoção da Agenda	- Comunicação pública, conferências ou eventos destinados à mobilização da população	- Não existe uma Agenda integrada; - Agendas setoriais: PMAAC; Ação para a Energia Sustentável; Plano de Ação para a Energia Sustentável	- Acompanhamento: Relatórios locais - Monitorização: Comunicada através de relatórios	- Universidades; - Escolas; - IPSS; - CIRA	- Programa Eco-escolas - ECOXXI - Pacto dos Autarcas
<b>Ovar</b>	- Não se encontraram evidências quanto ao compromisso com a adoção da Agenda	- Ações de sensibilização: campanhas de sensibilização, <i>workshops</i>	- Não existe uma Agenda integrada; - Agendas setoriais:	- Não desenvolve	- Setor privado; - Escolas; - IPSS	- Pacto dos Autarcas
<b>Vagos</b>	- Divisão: Fundos Comunitários e Sustentabilidade	- Ações de sensibilização: campanhas de sensibilização, <i>workshops</i>	- Não existe uma Agenda integrada; - Agendas setoriais: Estratégia Local de Habitação; Carta Municipal de Educação; PADISI; Vagos + Comércio	- Não desenvolve	- Universidades; - ONG's; - Escolas; - IPSS; - CIRA	- Pacto dos Autarcas

Fonte: Elaboração própria

## 6. Conclusão

Nos últimos anos tem-se assistido ao agravar de problemas de ordem social, económica e ambiental, amplamente refletidas em questões como a pobreza, a fome, as alterações climáticas, as guerras têm levantado uma onda de preocupação quanto ao assegurar do desenvolvimento sustentável. Perante um cenário onde as necessidades são ilimitadas e os recursos escassos, coloca-se em causa se as gerações presentes e futuras conseguirão satisfazer as suas necessidades.

Ao longo dos tempos, as Nações Unidas procuraram responder a esta problemática. Em 1992, a Cimeira da Terra assinalou um marco histórico na discussão da sustentabilidade, tendo saído um conjunto de documentos importantes dos quais a Agenda 21. Seguiu-se em 2000 a Declaração do Milénio tendo originado os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio a cumprir até 2015, e mais recentemente, fruto da não concretização dos 8 ODM, foi acordada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a cumprir entre 2015 até 2030, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável cujo mote refere “não deixar ninguém para trás”.

Desta resolução surgiu o facto de pela primeira vez ter sido introduzido um objetivo específico para o quadro local, assentando a sua implementação numa abordagem *bottom-up*, onde a escala nacional, regional e local obtêm um papel ativo na “localização” dos ODS no território. Assim, os governos locais, nomeadamente os municípios efetivam um papel primordial na promoção da sustentabilidade, derivado da proximidade às comunidades locais e à perceção sobre os problemas e potencialidades do território.

Assim, o sucesso da “localização” dos ODS nos municípios está associado à existência de um conjunto de medidas que visem impulsionar a implementação dos objetivos localmente: vontade política; capacidade institucional e organizativa, através da constituição de equipas ou gabinetes; participação e envolvimento de atores locais; participação em redes nacionais, europeias e internacionais na partilha de boas práticas.

Com base nisso, importa perceber como é que os municípios debatem e priorizam as metas da Agenda 2030, mais concretamente os municípios da Região de Aveiro pertencentes à CIRA.

Assim, verificou-se que, embora tenham dado resposta a problemas de ordem social, ambiental e económica através da criação de iniciativas, planos e estratégias

enquadrados nos ODS, estes municípios não têm delimitado nenhuma estratégia local integrada, com indicadores que procurem responder às metas oriundas da Agenda, não tendo sido referido em nenhum dos casos, futuramente, a possível criação de uma estratégia.

Constatou-se que já existem alguns passos dados por estes municípios, nomeadamente a incorporação de divisões que comportem o tema do desenvolvimento sustentável; a participação em projetos nacionais que operacionalizam e monitorizam os ODS e ainda a possibilidade de poderem tirar partido da cooperação intermunicipal podem servir como estímulo para uma atitude mais proativa na prossecução da Agenda 2030. Contudo, existem pontos que podem ser reforçados como a vontade de agir relativamente ao estabelecimento de um compromisso com o cumprimento da Agenda 2030, a possibilidade de criarem equipas multidisciplinares que envolvam os diferentes quadrantes do executivo municipal, o maior estímulo no envolvimento de atores locais assim como uma melhor participação ativa em redes nacionais, europeias e internacionais.

Desta feita, pode concluir-se que, no que toca à “territorialização” dos ODS os municípios da CIRA, apesar de alguns passos dados quanto à prossecução do desenvolvimento sustentável salientados ao longo da investigação, têm espaço de atuação para fazer mais, podem ter um papel ainda mais ativo no traçar de planos e medidas mais objetivas em prol do cumprimento dos ODS, assumindo o compromisso de implementação da Agenda 2030 para o seu município.

Relativamente às limitações deste estudo, nota para a dificuldade no primeiro contacto com os municípios bem como a falta de resposta de 5 municípios ao inquérito por questionário.

Em termos de recomendações, após 7 anos desde a criação da Agenda 2030 torna-se pertinente perceber quais os progressos, o que está a ser feito e o que ainda falta fazer, nomeadamente quanto ao nível local, dada a sua importância na implementação da agenda. Assim, seria interessante para futuras investigações a possibilidade de replicar o inquérito por questionário a outros municípios, promovendo uma análise quanto ao nível de integração dos ODS nas agendas dos municípios portugueses.

Quanto ao contributo para os municípios, esta é uma oportunidade para analisarem a posição face à implementação da Agenda 2030 nos seus territórios, mas ainda poderem olhar para exemplos de municípios que têm em prática uma agenda estratégica local, assim como a existência de boas práticas e iniciativas inspiradoras que possam servir de mote para a implementação nos seus territórios.

## Referências Bibliográficas

- AAVV. (1994). Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade. *Conferência Europeia Sobre Cidades Sustentáveis*.  
<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/CartaDasCidadesEuropeiasParaASustentabilidade.pdf>
- AAVV. (2000). THE HANNOVER CALL of European Municipal Leaders at the Turn of the 21 st Century. *3º European Conference on Sustainable Cities & Towns*.  
[https://sustainablecities.eu/fileadmin/repository/Conferences/Hannover/Hannover\\_call.pdf](https://sustainablecities.eu/fileadmin/repository/Conferences/Hannover/Hannover_call.pdf)
- Bang, G., Hovi, J., & Skodvin, T. (2016). The Paris agreement: Short-term and long-term effectiveness. *Politics and Governance*, 4(3), 209–218.  
<https://doi.org/10.17645/pag.v4i3.640>
- Bhandari, M. P. (2019). Sustainable Development: Is This Paradigm The Remedy of All Challenges? Does Its Goals Capture The Essence of Real Development and Sustainability? With Reference to Discourses, Creativeness, Boundaries and Institutional Architecture. *SocioEconomic Challenges*, 3(4), 97–128.  
[https://doi.org/10.21272/sec.3\(4\).97-128.2019](https://doi.org/10.21272/sec.3(4).97-128.2019)
- BRISTOL ONE CITY. (n.d.). *About the One City Plan*. BRISTOL ONE CITY.  
Retrieved May 13, 2022, from <http://www.bristolonecity.com/about-the-one-city-plan/>
- Cascais 2030. (2017). *Relatório base para a adaptação local dos ODS2030 em Cascais*.  
[https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/relatorio\\_ods\\_19052020.pdf](https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/relatorio_ods_19052020.pdf)
- CEIDET - UA. (2001). *Águeda 2020. Plano Estratégico do Concelho de Águeda*.  
[https://www.cm-agueda.pt/cmageda/uploads/writer\\_file/document/1877/plano\\_estrategico\\_concelho\\_agueda.pdf](https://www.cm-agueda.pt/cmageda/uploads/writer_file/document/1877/plano_estrategico_concelho_agueda.pdf)
- CM-Águeda. (2022a). *Atividades de Gestão Ambiental da Câmara Municipal de Águeda*. CM-Águeda. <https://www.cm-agueda.pt/viver/ambiente-e-sustentabilidade/sustentabilidade/atividades>
- CM-Águeda. (2022b). *Educação para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável*. CM-Águeda. <https://www.cm-agueda.pt/viver/ambiente-e-sustentabilidade/sustentabilidade/educacao-para-o-ambiente-e-o-desenvolvimento->

sustentavel

- CM-Águeda. (2022c). *Organograma Serviços*. CM-Águeda.
- CM-Anadia. (2022). *Bandeira Verde Eco XXI*. CM-Anadia. [https://www.cm-anadia.pt/pages/845?news\\_id=920](https://www.cm-anadia.pt/pages/845?news_id=920)
- CM-Aveiro. (2022). *DIAGNÓSTICO SOCIAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2022 - 2024*. CM-Aveiro. <https://www.cm-aveiro.pt/inovacao/noticia/diagnostico-social-e-plano-de-desenvolvimento-social-2022-2024>
- CM-Estarreja. (2022a). *Educação ambiental*. CM-Estarreja. [https://www.cm-estarreja.pt/educacao\\_ambiental](https://www.cm-estarreja.pt/educacao_ambiental)
- CM-Estarreja. (2022b). *Energia e Alterações Climáticas*. CM-Estarreja. [https://www.cm-estarreja.pt/Energia\\_alteracoes\\_climaticas](https://www.cm-estarreja.pt/Energia_alteracoes_climaticas)
- CM-Estarreja. (2022c). *No Dia Mundial da Justiça Social, a campanha Rumo a 2030 lança música*. CM-Estarreja.
- CM-Estarreja. (2022d). *Organograma*. CM-Estarreja. <https://www.cm-estarreja.pt/organograma>
- CM-Guimarães. (2022). *Apresentação pública da Estrutura de Missão Guimarães 2030 no Centro Cultural Vila Flor*. CM-Guimarães. <https://www.cm-guimaraes.pt/conhecer/noticia/apresentacao-publica-da-estrutura-de-missao-guimaraes-2030-no-centro-cultural-vila-flor#:~:text=A Estrutura de Missão 2030,Água%3B Ecocidadania%2C Ecocultura e Turismo>
- CM-Ílhavo. (2022a). *Organograma*. CM-Ílhavo. <https://www.cm-ilhavo.pt/municipio/descricao-e-competencias/organograma>
- CM-Ílhavo. (2022b). *Planos Municipais*. CM-Ílhavo. <https://www.cm-ilhavo.pt/viver/planeamento-ordenamento-e-mobilidade/planos/planos-municipais>
- CM-Mafra. (2022a). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. CM-Mafra. [https://www.cm-mafra.pt/p/objetivos\\_desenvolvimento\\_sustentavel](https://www.cm-mafra.pt/p/objetivos_desenvolvimento_sustentavel)
- CM-Mafra. (2022b). *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Município de Mafra com certificação*. CM-Mafra. [https://www.cm-mafra.pt/pages/1144?news\\_id=3208](https://www.cm-mafra.pt/pages/1144?news_id=3208)
- CM-Mafra. (2022c). *Observatório Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas*. CM-Mafra. <https://www.cm-mafra.pt/pages/645>
- CM-Murtosa. (2022a). *Murtosa Ciclável*. CM-Murtosa.
- CM-Murtosa. (2022b). *Murtosa Município*. CM-Murtosa. <https://www.cm-murtosa.pt/>
- CM-Oliveira do Bairro. (2022a). *Oliveira do Bairro*. CM-Oliveira Do Bairro.

- <https://www.cm-olb.pt/pages/1>
- CM-Oliveira do Bairro. (2022b). *Organograma*. CM-Oliveira Do Bairro.  
[https://www.cm-olb.pt/oliveiradobairro/uploads/document/file/165/organograma\\_cmolb.pdf](https://www.cm-olb.pt/oliveiradobairro/uploads/document/file/165/organograma_cmolb.pdf)
- CM-Sever do Vouga. (2022a). *Agenda 21 Local de Sever do Vouga*. CM-Sever Do Vouga.
- CM-Sever do Vouga. (2022b). *Rede Social*. CM-Sever Do Vouga.
- CM-Vagos. (2022a). *Plano Estratégico Municipal*. CM-Vagos. <https://www.cm-vagos.pt/municipio/planos-municipais/plano-estrategico-municipal>
- CM-Vagos. (2022b). *Rede Social - Conselho de Vagos*. CM-Vagos. <https://www.cm-vagos.pt/viver/acao-social/rede-social>
- Comissão Europeia. (2001). *Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável*.  
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52001DC0264&from=PT>
- Comissão Europeia. (2002). *Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável: a Comissão quer resultados palpáveis e uma globalização que beneficie todos*.  
[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP\\_02\\_1133](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_02_1133)
- Comissão Europeia. (2018). *Delivering the sustainable development goals at local and regional level*. [www.global-taskforce.org/sites/default/](http://www.global-taskforce.org/sites/default/)
- Comissão Europeia. (2022). *A abordagem holística da UE para o desenvolvimento sustentável*. Comissão Europeia. [https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-holistic-approach-sustainable-development\\_pt](https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/sustainable-development-goals/eu-holistic-approach-sustainable-development_pt)
- Conselho Europeu - Conselho da União Europeia. (2022). *Acordo de Paris sobre alterações climáticas*. Conselho Europeu - Conselho Da União Europeia.  
<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>
- Conselho Local de Ação Social Ovar. (2019). *Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021*. [https://cms.cm-ovar.pt/upload\\_files/client\\_id\\_1/website\\_id\\_1/viver/Desenvolvimento-social/PDS\\_2019\\_2021\\_final.pdf](https://cms.cm-ovar.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/viver/Desenvolvimento-social/PDS_2019_2021_final.pdf)
- Coutinho, C. P., & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(1), 221–243.



- DEAL. (2020). What is the Doughnut? *Doughnut Economics Action Lab, September*, 1–5. <https://doughnuteconomics.org/tools-and-stories/11>
- Dias, P. J. B. L. (2014). *A Agenda 21 Local e o desenvolvimento sustentável em Portugal: Que perspetivas?* [Master's thesis, Universidade de Aveiro, Repositório Institucional da Universidade de Aveiro]. <http://hdl.handle.net/10773/14492>
- Dooley, L. M. (2002). Case Study Research and Theory Building. In *Advances in Developing Human Resources* (Vol. 4, Issue 3, pp. 335–354). Sage Publications.
- Duran, D. C., Gogan, L. M., Artene, A., & Duran, V. (2015). The Components of Sustainable Development - A Possible Approach. *Procedia Economics and Finance*, 26, 806–811. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)00849-7](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)00849-7)
- ECOXXI. (2022). *ECOXXI | municípios sustentáveis*. ECOXXI. <https://ecoxxi.abae.pt/sobre/quem-somos/>
- European Sustainable Cities Platform. (n.d.). *Aalborg +10 (2004)*. European Sustainable Cities Platform. Retrieved March 11, 2022, from <https://sustainablecities.eu/conferences/aalborgplus10/>
- Fidélis, T., & Pires, S. M. (2009). Surrender or resistance to the implementation of Local Agenda 21 in Portugal: The challenges of local governance for sustainable development. *Journal of Environmental Planning and Management*, 52(4), 497–518. <https://doi.org/10.1080/09640560902868363>
- Firoiu, D., Ionescu, G. H., Anca, B., Florea, N. M., & Jianu, E. (2019). Achieving Sustainable Development Goals (SDG): Implementation of the 2030 Agenda in Romania. *Sustainability*, 11(2156), 1–30. <https://doi.org/10.3390/su11072156>
- Fórum das Cidades. (2022). *Agenda Territorial da União Europeia 2020*. Fórum Das Cidades. <https://www.forumdascidades.pt/content/agenda-territorial-da-uniao-europeia-2020>
- Fox, S., & Macleod, A. (2021). Localizing the SDGs in cities: reflections from an action research project in Bristol, UK. *Urban Geography*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/02723638.2021.1953286>
- Global Taskforce of Local and Regional Governments. (2018). *Statement of the Local and Regional Governments Constituency Gathered in the Global Taskforce*. [www.global-taskforce.org/sites/default/](http://www.global-taskforce.org/sites/default/)
- Global Taskforce of Local and Regional Governments, & UCLG. (2022). *The localization of the SDGs and the 2030 Agenda: Survey on the role of local and regional governments and their associations*.

- Global Taskforce of Local and Regional Governments, UN-Habitat, & PNUD. (2016). ROADMAP FOR LOCALIZING THE SDGs: IMPLEMENTATION AND MONITORING AT SUBNATIONAL LEVEL. In *Global Task Force of Local and Regional Governments, UN-Habitat e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para o Desenvolvimento*.  
[https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/commitments/818\\_1119\\_5\\_commitment\\_ROADMAP\\_LOCALIZING\\_SDGS.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/commitments/818_1119_5_commitment_ROADMAP_LOCALIZING_SDGS.pdf)
- Grenoble in Transition. (2021). *Grenoble in Transition*.
- Grochová, L. I., & Litzman, M. (2021). The efficiency in meeting measurable sustainable development goals. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 28(8), 709–719.  
<https://doi.org/10.1080/13504509.2021.1882606>
- Guerra, J., Schmidt, L., & Lourenço, L. B. (2019). From Local Agenda 21 to a localized Agenda 2030—the Portuguese and Brazilian cases in perspective. *Community Development*, 50(3), 352–367. <https://doi.org/10.1080/15575330.2019.1599405>
- Haro, F. A. de, Costa, R., Faria, L., Carvalho, P., Roque, M. I., & Serafim, J. (2016). Construção de Instrumentos de Recolha de Dados. In *Investigação em Ciências Sociais - Guia Prático do Estudante* (pp. 69–107). PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Jönsson, K., & Bexell, M. (2021). Localizing the Sustainable Development Goals: The case of Tanzania. *Development Policy Review*, 39(2), 181–196.  
<https://doi.org/10.1111/dpr.12497>
- Jornal de Mafra. (2022, May 25). *Mafra assina amanhã carta de compromisso de integração na Iniciativa Global Cidades ODS*. Jornal de Mafra.  
<https://jornaldemafra.pt/2022/05/25/mafra-assina-amanha-carta-de-compromisso-de-integracao-na-iniciativa-global-cidades-ods/>
- Kitchen, T., Whitney, D., & Littlewood, S. (1997). Local Authority/Academic Collaboration and Local Agenda 21 Policy Processes. *Journal of Environmental Planning and Management*, 40(5), 645–660.  
<https://doi.org/10.1080/09640569711994>
- Krantz, V., & Gustafsson, S. (2021). Localizing the sustainable development goals through an integrated approach in municipalities: early experiences from a Swedish forerunner. *Journal of Environmental Planning and Management*, 64(14), 2641–2660. <https://doi.org/10.1080/09640568.2021.1877642>

- Ksonzhyk, I., Taran, Y., Monastyrskyi, G., Vasina, A., Sytnytska, O., & Belei, S. (2021). Implementation of the Principles of Sustainable Development of Territorial Communities: Decision Making. *Journal of Management Information and Decision Sciences*, 24(3), 1–12.  
<https://www.abacademies.org/articles/implementation-of-the-principles-of-sustainable-development-of-territorial-communities-decision-making-10271.html>
- Kveton, V., Louda, J., Slavik, J., & Pelucha, M. (2014). Contribution of Local Agenda 21 to Practical Implementation of Sustainable Development: The Case of the Czech Republic. *European Planning Studies*, 22(3), 515–536.  
<https://doi.org/10.1080/09654313.2012.753994>
- Luukkanen, J., Vehmas, J., & Kaivo-oja, J. (2021). Quantification of Doughnut Economy with the Sustainability Window Method : Analysis of Development in Thailand. *Sustainability*, 13(847), 1–18. <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/2/847>
- Matos, M., & Couto, A. (2021). *ALBERGARIA-A-VERDE*. [https://www.cm-albergaria.pt/albergaria/uploads/writer\\_file/document/2304/albergariaaverde.pdf](https://www.cm-albergaria.pt/albergaria/uploads/writer_file/document/2304/albergariaaverde.pdf)
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & III, W. W. B. (1972). The Limits to growth: a report for the club of Rome’s project on the predicament of mankind. In *New York: Universe Books*. <https://doi.org/10.1016/B978-0-444-63768-0.00630-2>
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*, 2(2), 49–65.  
<https://doi.org/10.5944/reop.vol.21.num.3.2010.11551>
- Mensah, J. (2019). Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1).  
<https://doi.org/10.1080/23311886.2019.1653531>
- ODSlocal. (2022a). *beÁgueda*. ODSlocal. <https://odslocal.pt/boas-praticas/beagueda-404?tabId=tab-good-practices>
- ODSlocal. (2022b). *Laboratório Vivo para a Descarbonização - Águeda Sm@rt City Lab*. ODSlocal. <https://odslocal.pt/boas-praticas/laboratorio-vivo-para-a-descarbonizacao-agueda-sm-rt-city-lab-402?tabId=tab-good-practices>
- ODSlocal. (2022c). *LIFE Águeda – Rio de Todos*. Odslocal.  
<https://odslocal.pt/projetos/life-agueda-rio-de-todos-439?tabId=tab-projects>
- ODSlocal. (2022d). *Mafra - Boas práticas*. ODSlocal.  
<https://odslocal.pt/mafra?tabId=tab-good-practices>

- ODSlocal. (2022e). *Ser AEJE: Atuar, Expandir, ser Jovem, Empreender*. ODSlocal.  
<https://odslocal.pt/projetos/ser-aeje-atuar-expandir-ser-jovem-empreender-407>
- ODSlocal. (2022f). *Woodland Kids Atelier para a Educação Sustentável*. ODSlocal.  
<https://odslocal.pt/projetos/woodland-kids-atelier-para-a-educacao-sustentavel-123>
- Oeiras. (2022, February 3). *Município de Oeiras lança campanha para promover sustentabilidade*. Oeiras. <https://www.oeiras.pt/-/campanha-ods-sustentabilidade>
- ONU. (1992). *United Nations Conference on Environment & Development - Agenda 21*.  
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>
- ONU. (2003). *Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development*.  
[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_CONF.198\\_11.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.198_11.pdf)
- ONU. (2012). *The Future we want. RIO+20 United Nations Conference on Sustainable Conference*.  
<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>
- ONU. (2015a). *Addis Ababa Action Agenda*. [https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA\\_Outcome.pdf](https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf)
- ONU. (2015b). *Paris Agreement*.  
[https://unfccc.int/sites/default/files/english\\_paris\\_agreement.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf)
- ONU. (2015c). *The Millennium Development Goals Report 2015*.  
[https://www.un.org/millenniumgoals/2015\\_MDG\\_Report/pdf/MDG 2015 rev \(July 1\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)
- ONU. (2015d). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. *Organização Das Nações Unidas*.  
<https://doi.org/10.1163/157180910X12665776638740>
- ONU. (2017). *Guterres e Agenda 2030: “Não temos tempo a perder.”* ONU.  
<https://news.un.org/pt/story/2017/07/1590081-guterres-e-agenda-2030-nao-temos-tempo-perder>
- ONU. (2022). *WHO Director-General’s opening remarks at the 150th session of the Executive Board — 24 January 2022*. ONU. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-150th-session-of-the-executive-board-24-january-2022>
- Owen, A. L., & Videras, J. (2008). Trust, cooperation, and implementation of sustainability programs: The case of Local Agenda 21. *Ecological Economics*,

- 68(1–2), 259–272. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2008.03.006>
- Pacto de Autarcas em Matéria de Clima e Energia. (n.d.). *Iniciativa do Pacto: Objetivo e Âmbito*. Pacto de Autarcas. Retrieved June 3, 2022, from <https://www.pactodeautarcas.eu/>
- Pearce, D., Markandya, A., & Barbier, E. B. (1989). *Blueprint for a Green Economy*. Earthscan Publications Ltd. [https://books.google.pt/books?id=jMTupDDeWZ8C&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=jMTupDDeWZ8C&printsec=frontcover&hl=fr&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)
- Pegada Municípios. (2019). *O Projeto: Pegada Ecológica dos Municípios Portugueses*. Pegada Municípios. <https://www.pegadamunicipios.pt/>
- Pisano, U., & Berger, G. (2013). *Planetary Boundaries for SD - From an international perspective to national applications*. [https://www.sd-network.eu/quarterly-reports/report-files/pdf/2013-October-Planetary\\_Boundaries\\_for\\_SD.pdf](https://www.sd-network.eu/quarterly-reports/report-files/pdf/2013-October-Planetary_Boundaries_for_SD.pdf)
- Pordata. (2022). *Conheça o seu Município*. Pordata. <https://www.pordata.pt/Municipios>
- Prado-Lorenzo, J. M., & Sánchez, I. M. G. (2014). The effect of Participation in the Development of Local Agenda 21 in the European Union. *International Conference of Territorial Intelligence*, 523–546.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (2nd ed.). Gradiva - Publicações, L.da. <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>
- Raworth, K. (2012). A safe and just space for humanity: can we live within the doughnut? *Oxfam Discussion Paper*, 8(1), 1–26. <https://doi.org/10.4324/9781849776257>
- Rede para o desenvolvimento. (2020). Rumo a 2030 Os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável. In *Manual de Ação Local para a Transformação Global*.
- Rede para o desenvolvimento. (2022). *Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento*. Rede Para o Desenvolvimento. <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/pt/ricd/ricd>
- Região de Aveiro. (2022). *Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro*. Região de Aveiro. <https://www.regiaodeaveiro.pt/>
- Rezaei Sadr, N., Bahrdo, T., & Taghizadeh, R. (2022). Impacts of Paris agreement, fossil fuel consumption, and net energy imports on CO2 emissions: a panel data

- approach for three West European countries. *Clean Technologies and Environmental Policy*. <https://doi.org/10.1007/s10098-021-02264-z>
- Richiedi, A., & Pezzagno, M. (2022). Territorializing and Monitoring of Sustainable Development Goals in Italy: An Overview. *Sustainability*, *14*(3056), 1–20. <https://doi.org/10.3390/su14053056>
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. ., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., De Wit, C. A., Hughes, T., Van Der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., ... Foley, J. A. (2009). Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society*, *14*(2), 1–33. <https://doi.org/10.1038/461472a>
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. F., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., Wit, C. A. de, Hughes, T., Leeuw, S. van der, Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., ... Foley, J. A. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature*, *461*, 472–475. <https://doi.org/10.1038/461472a%0A%0A>
- Roy, M. (2020). Introduction to sustainable development. In *Sustainable Development Strategies: Engineering, Culture and Economics* (pp. 1–25). Butterworth-Heinemann.
- Rumo a 2030. (2022a). *Amadora inaugura “Cubo ODS” e reforça compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Rumo a 2030. <https://rumoa2030.pt/amadora-inaugura-cubo-ods-e-reforca-compromisso-com-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>
- Rumo a 2030. (2022b). *Espanha e Comunidades Autónomas*. Rumo a 2030. <https://rumoa2030.pt/espanha-e-comunidades-autonomas/>
- Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., & Woelm, F. (2021). The Decade of Action for the Sustainable Development Goals: Sustainable Development Report 2021. In *Cambridge: Cambridge University Press*. <https://doi.org/10.1017/9781009106559>
- Sachs, J., Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Lafortune, G., & Woelm, F. (2020). *The Sustainable Development Goals and Covid-19: Sustainable Development Report 2020*. [https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2020/2020\\_sustainable\\_development\\_report.pdf](https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2020/2020_sustainable_development_report.pdf)

- Saunders, A., & Luukkanen, J. (2022). Sustainable development in Cuba assessed with sustainability window and doughnut economy approaches. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 29(2), 176–186.  
<https://doi.org/10.1080/13504509.2021.1941391>
- Schmidt, L., Nave, J. G., & Guerra, J. (2005). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos.
- Selman, P. (1998). Local Agenda 21: Substance or Spin? *Journal of Environmental Planning and Management*, 41(5), 533–553.  
<https://doi.org/10.1080/09640569811443>
- Silva, A. S., & Fernandes, J. P. M. (2020). Acordo de Paris 2015 - 2020. *Agência Portuguesa Do Ambiente*, 36.
- Sjoberg, G., Williams, N., Vaughan, T. R., & Sjoberg, A. F. (1991). The Case Study Approach in Social Research: Basic Methodological Issues. In J. R. Feagin, A. M. Orum, & G. Sjoberg (Eds.), *A Case for the case study* (pp. 27–79). The University of North Carolina Press.
- Slack, L. (2015). The post-2015 Global Agenda – a role for local government. *Commonwealth Journal of Local Governance*, 4483(16/17).  
<https://doi.org/10.5130/cjlg.v0i0.4483>
- Stafford-Smith, M., Griggs, D., Gaffney, O., Ullah, F., Reyers, B., Kanie, N., Stigson, B., Shrivastava, P., Leach, M., & O’Connell, D. (2017). Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. *Sustainability Science*, 12(6), 911–919. <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3>
- Tavares, A. F., Sousa, L. de, Cruz, N. F. da, Teles, F., Pires, S. M., Mota, L. F., Fernandes, D., & Macedo, A. (2018). *Qualidade da Governação Local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Teles, F. (2021). *Descentralização e Poder Local em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- UCLG. (2019). *Towards the localization of the SDGs: Local and Regional Governments report to the 2019 HLPF: 3rd Report*.  
[https://www.uclg.org/sites/default/files/towards\\_the\\_localization\\_of\\_the\\_sdgs\\_0.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/towards_the_localization_of_the_sdgs_0.pdf)
- UCLG. (2020). *The Localization of the Global Agendas: How local action is transforming territories and communities*.  
[https://www.uclg.org/sites/default/files/goldv\\_en.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/goldv_en.pdf)

- UNFCCC. (2018). *The Katowice climate package: Making The Paris Agreement Work For All*. UNFCCC. <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/katowice-climate-package>
- União Europeia. (2011). *Territorial Agenda of the European Union 2020*. [https://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/policy/what/territorial-cohesion/territorial\\_agenda\\_2020.pdf](https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/what/territorial-cohesion/territorial_agenda_2020.pdf)
- União Europeia. (2020). *Agenda Territorial 2030: Um futuro para todos os territórios*. [https://territorialagenda.eu/wp-content/uploads/TA2030\\_jun2021\\_pt.pdf](https://territorialagenda.eu/wp-content/uploads/TA2030_jun2021_pt.pdf)
- UNRIC. (2021). *Do “desespero” à “esperança” na mudança: as prioridades da ONU para 2021*. ONU. <https://unric.org/pt/do-desespero-a-esperanca-na-mudanca-as-prioridades-da-onu-para-2021/>
- UNRIC. (2022). *PNUMA aos 50 anos: 2022 em modo de emergência*. ONU. <https://unric.org/pt/pnuma-aos-50-anos-2022-em-modo-de-emergencia/>
- Valencia, S. C., Simon, D., Croese, S., Nordqvist, J., Oloko, M., Sharma, T., Buck, N. T., & Versace, I. (2019). Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level : Initial reflections from a comparative research project Adapting the Sustainable Development Goals and the New Urban Agenda to the city level : Initial reflections fro. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11(1), 4–23. <https://doi.org/10.1080/19463138.2019.1573172>
- WCED. (1987). *Our common future: Report of the World Commission on Environment and Development*. In *Environmental Conservation*. <https://doi.org/10.1017/s0376892900016805>
- Wordpress. (n.d.). *Águeda 21. Agenda21Local*. Agenda 21. Retrieved June 1, 2022, from <https://agueda21.wordpress.com/agueda21/>
- Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Applications: Design and Methods* (Sixth edit). SAGE Publications, Inc.
- Zacher, C., Born, M., & Wurster, S. (2021). What Explains Change-Supporting Behavior within Local Agenda 21 Civil Society Groups to Promote Sustainable Development ? *Sustainability*, 13(22), 1–22. <https://doi.org/10.3390/su132212476>
- Zhukovska, A., Zheliuk, T., Zhuk, I., Borshch, V., Makarenko, M., & Vozniakovska, K. (2021). Financial and Legal Instruments for Promoting the Implementation of Sustainable Development Policy of the State (States, Region). *Journal of Management Information and Decision Sciences*, 24(3), 1–16.



<https://www.abacademies.org/abstract/financial-and-legal-instruments-for-promoting-the-implementation-of-sustainable-development-policy-of-the-state-states-r-10338.html>

## Anexos

### Anexo 1 – Tabelas de análise da caracterização dos municípios

**Tabela 9** - Perfil do município de Águeda

Águeda			2001	2011	2021	
Indicadores sociais e demográficos	População Residente		49 041	47 729	46 131	
	População por grupos etários	0-14	7 789	6 642	5 557	
		15-64	33 673	31 749	28 711	
		65 ou +	7 579	9 338	11 863	
Indicadores Económicos	Taxa de Desemprego (%)		2,4	6,4	3,5	
	Setores de Empregabilidade (%) (2020)					
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
	2,2	3,8	20,0	5,2	52,0	4,2
Indicadores Ambientais	Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)					
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade	
	2 648		1 301		380	

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados do Pordata

**Tabela 10**- Perfil do município de Albergaria-a-Velha

Albergaria-a-Velha			2001	2011	2021	
Indicadores sociais e demográficos	População Residente		24 638	25 252	24 842	
	População por grupos etários	0-14	4 162	3 893	3 192	
		15-64	16 748	16 805	15 985	
		65 ou +	3.728	4 554	5 665	
Indicadores Económicos	Taxa de Desemprego (%)		3,2	6,5	3,6	
	Setores de Empregabilidade (%) (2020)					
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
	4,4	3,7	19,1	8,9	42,0	3,9
Indicadores Ambientais	Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)					
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade	
	859		728		131	

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados do Pordata

**Tabela 11 - Perfil do município de Anadia**

Anadia				2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>			31 545	29 150	27 535	
	<b>População por grupos etários</b>			<b>0-14</b>	4 599	3 739	2 961
				<b>15-64</b>	20 880	18 516	16 461
				<b>65 ou +</b>	6 066	6 895	8 113
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>			2,4	5,5	2,8	
	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	8,8	5,7	13,9	8,9	40,1	5,0	
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>						
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	1 419		1 024		395		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados da Pordata

**Tabela 12 - Perfil do município de Aveiro**

Aveiro				2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>			73 335	78 450	80 978	
	<b>População por grupos etários</b>			<b>0-14</b>	11 899	11 431	10 493
				<b>15-64</b>	50 855	53 753	53 474
				<b>65 ou +</b>	10 581	13 266	17 011
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>			3,8	7,1	4,6	
	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	1,4	8,2	16,2	5,3	23,6	14,9	
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>						
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	3 279		2 843		384		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados da Pordata

**Tabela 13 - Perfil do município de Estarreja**

Estarreja			2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>		28 182	26 997	26 224	
	<b>População por grupos etários</b>	<b>0-14</b>	4 669	3 943	3 295	
		<b>15-64</b>	18 817	17 652	16 533	
		<b>65 ou +</b>	4 696	5 402	6 396	
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>		3,7	6,8	5,1	
	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>					
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
	4,0	3,7	13,6	7,8	36,5	6,9
	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>					
<b>Indicadores Ambientais</b>	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade	
	1 423		952		242	

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados da Pordata

**Tabela 14 - Perfil do município de Ílhavo**

Ílhavo			2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>		37 209	38 598	39 239	
	<b>População por grupos etários</b>	<b>0-14</b>	6 460	5 955	5 277	
		<b>15-64</b>	25 834	26 239	25 515	
		<b>65 ou +</b>	4 915	6 404	8 447	
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>		3,4	7,5	4,9	
	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>					
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
	7,6	6,2	17,8	4,7	38,6	5,8
	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>					
<b>Indicadores Ambientais</b>	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade	
	2 837		2 602		228	

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados da Pordata

**Tabela 15 - Perfil do município de Murtosa**

Murtosa				2001	2011	2021	
Indicadores sociais e demográficos	População Residente			9 458	10 585	10 478	
	População por grupos etários			0-14	1 654	1 639	1 404
				15-64	5 904	6 558	6 491
				65 ou +	1 900	2 388	2 583
Indicadores Económicos	Taxa de Desemprego (%)			4,2	6,0	3,5	
	Setores de Empregabilidade (%) (2020)						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	21,5	6,7	14,9	9,6	-	5,6	
Indicadores Ambientais	Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)						
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	517		396		120		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados do Pordata

**Tabela 16 - Perfil do município de Oliveira do Bairro**

Oliveira do Bairro				2001	2011	2021	
Indicadores sociais e demográficos	População Residente			21 164	23 028	23 143	
	População por grupos etários			0-14	3 352	3 627	3 222
				15-64	13 853	14 665	14 469
				65 ou +	3 959	4 736	5 452
Indicadores Económicos	Taxa de Desemprego (%)			2,0	6,0	3,6	
	Setores de Empregabilidade (%) (2020)						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	-	3,2	22,9	8,4	43,0	4,2	
Indicadores Ambientais	Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)						
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	846		647		199		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados do Pordata

**Tabela 17 - Perfil do município de Ovar**

Ovar				2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>			55 198	55 398	54 968	
	<b>População por grupos etários</b>			<b>0-14</b>	10 000	8 583	6 813
				<b>15-64</b>	38 362	38 007	36 351
				<b>65 ou +</b>	6 836	8 808	11 804
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>			4,3	9,2	5,3	
	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	1,8	4,1	18,9	4,4	45,2	8,1	
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>						
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	5 114		4 098		871		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados do Pordata

**Tabela 18 - Perfil do município de Sever do Vouga**

Sever do Vouga				2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>			13 186	12 356	11 063	
	<b>População por grupos etários</b>			<b>0-14</b>	2 062	1 640	1 124
				<b>15-64</b>	8 627	7 840	6 680
				<b>65 ou +</b>	2 497	2 876	3 259
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Taxa de Desemprego (%)</b>			3,5	6,1	2,7	
	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	-	4,3	15,8	11,3	43,4	3,4	
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>						
	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	695		260		436		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados do Pordata

**Tabela 19 - Perfil do município de Vagos**

Vagos				2001	2011	2021	
<b>Indicadores sociais e demográficos</b>	<b>População Residente</b>			22 017	22 851	22 889	
	<b>População por grupos etários</b>			<b>0-14</b>	3 852	3 405	3 056
				<b>15-64</b>	14 685	14 964	14 325
				<b>65 ou +</b>	3 480	4 482	5 508
<b>Taxa de Desemprego (%)</b>				2,7	5,4	3,7	
<b>Indicadores Económicos</b>	<b>Setores de Empregabilidade (%) (2020)</b>						
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Alojamento, restauração e similares	Comércio por grosso e a retalho	Construção	Indústrias transformadoras	Atividades administrativas e dos serviços de apoio	
	4,6	5,3	18,4	6,9	43,3	5,2	
	<b>Despesas dos Municípios em Ambiente (€) (2020)</b>						
<b>Indicadores Ambientais</b>	Total		Gestão de Resíduos		Proteção da paisagem e biodiversidade		
	923		634		288		

Fonte: Elaboração própria com recurso a dados da Pordata

## **Anexo 2 – Inquérito por questionário**

### **Inquérito por Questionário Desenvolvimento Sustentável nas Autarquias Portuguesas – estudo de caso dos municípios da CIRA**

Inquérito elaborado no âmbito do curso de Mestrado de Administração e Gestão Pública, da Universidade de Aveiro, com o intuito de aprofundar, através da perceção dos profissionais inquiridos, “O papel dos municípios da Região de Aveiro na territorialização das metas da Agenda 2030 das Nações Unidas”, em particular o estudo de caso dos 11 municípios pertencentes à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

Este estudo é conduzido por Raquel Pinto e orientado pela Professora Doutora Sara Moreno Pires, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Agradecemos desde já o seu tempo e disponibilidade para responder a este questionário. O tempo estimado para completar o inquérito é de 10 a 15 minutos. A sua participação tem um carácter voluntário. Os dados serão recolhidos de forma anónima e analisados para fins académicos, serão acedidos apenas pela estudante e orientadora, não sendo partilhados com outras entidades, e ficando armazenados na plataforma FormsUA no máximo de 30 dias após a receção das respostas. Todos os dados do questionário serão armazenados offline até à conclusão da dissertação. A qualquer momento o participante poderá exercer o seu direito de acesso à informação recolhida por este questionário. Caso deseje, tem a opção de desistir do estudo, bastando não prosseguir com o preenchimento do questionário. A plataforma FormsUA cumpre o regulamento de privacidade dos dados aplicável, nomeadamente, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Para dúvidas ou questões relacionadas com a recolha e armazenamento dos dados deste questionário, envie um email para [raquelmarquespinto12@ua.pt](mailto:raquelmarquespinto12@ua.pt)

Obrigada pela sua participação!



## **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

Subscrita em 2015 por todos os países das Nações Unidas, incluindo Portugal, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (mais à frente designada de Agenda 2030) visa assegurar um futuro mais sustentável e igualitário, e deposita nos níveis local, regional e nacional um papel fundamental para a sua implementação. Desta Agenda saíram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cinco dimensões: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. Além disso, e pela primeira vez, foi designado um ODS especificamente voltado para as cidades e comunidades (ODS 11). Neste sentido, a escala local afirma-se com um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável, derivado da proximidade do poder local ao território e às comunidades e da capacidade de responder às suas necessidades e problemas.

### **Governança Municipal para o Desenvolvimento Sustentável**

1. Na sua opinião, quais as dimensões que carecem de maior atenção para a promoção do Desenvolvimento Sustentável do Município onde trabalha?
  - Pessoas (Fome; Pobreza; Saúde; Educação; Igualdade de Género)
  - Prosperidade (Crescimento Económico; Trabalho digno; Energias Renováveis; Indústria, Inovação e Infraestruturas)
  - Planeta (Produção e Consumo Sustentáveis; Ação Climática; Proteção da Vida Terrestre/Marinha; Comunidades Sustentáveis)
  - Paz (Paz, Justiça e Instituições eficazes)
  - Parcerias (Parcerias internacionais, nacionais e locais para promoção do desenvolvimento)
  
2. Quais os principais desafios que o Município onde trabalha enfrenta para a promoção do Desenvolvimento Sustentável do seu território? (adaptado de Schmidt et al., 2005)
  - Falta de conhecimento e de informação
  - Falta de meios e recursos financeiros
  - Falta de cooperação e coordenação entre as esferas do poder
  - Falta de apoio do Governo Central

- Falta de colaboração intermunicipal
- Falta de Recursos Humanos e competências técnicas
- Falta de competências e poder de decisão dos municípios
- Desinteresse e a não participação da sociedade civil
- Outro(s):

3. O Município onde trabalha possui alguma divisão/departamento/gabinete cuja ação se direcione para o Desenvolvimento Sustentável, de forma holística?

- Sim
- Não
- Não sei

3.1. Caso responda “Sim”, qual o nome da divisão/departamento/gabinete?

3.2. Caso responda “Não”, qual divisão trata as questões de Desenvolvimento Sustentável?

4. O Município onde trabalha desenvolveu uma Agenda 21 Local?

- Sim
- Não
- Não sei

4.1. Caso responda “Sim”, em que ano foi aprovada?

### **Governança da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

5. O Município onde trabalha desenvolve alguma estratégia, política ou plano de ação ou para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma integrada?

- Sim
- Não, mas está a pensar desenvolver
- Não
- Não sei

5.1. Se “Sim”, qual (refira a data de aprovação)?

5.2. Em que fase se encontra o processo de implementação?

6. O Município onde trabalha integra(ou) algum dos ODS de forma separada em estratégias, políticas ou planos de ação locais?

- Sim
- Não
- Não, mas está a pensar integrar
- Não sei

6.1. Se “Sim”, quais os ODS visados e em que estratégias, políticas ou planos de ação locais?

- ODS 1: Erradicar a pobreza
- ODS 2: Erradicar a Fome
- ODS 3: Saúde de Qualidade
- ODS 4: Educação de Qualidade
- ODS 5: Igualdade de Género
- ODS 6: Água Potável e Saneamento
- ODS 7: Energias Renováveis e Acessíveis
- ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas
- ODS 10: Reduzir as Desigualdades
- ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12: Produção e Consumo Sustentáveis
- ODS 13: Ação Climática
- ODS 14: Proteger a Vida Marinha
- ODS 15: Proteger a Vida Terrestre
- ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- ODS 17: Parcerias Para a Implementação dos Objetivos

7. O Município onde trabalha promove(u) ou participa(ou) ativamente em atividades concretas para sensibilizar e divulgar os ODS pela população e atores locais durante os últimos anos? (Global Taskforce of Local and Regional Governments & UCLG, 2022)

- Não promoveu, nem participou em nenhuma atividade;
- Organizou ou participou em atividades pontuais de comunicação pública, conferências ou eventos destinados a mobilizar a população e as partes interessadas locais;
- Promoveu ações de sensibilização regulares junto da população e partes interessadas locais: campanhas de sensibilização, workshops
- Não sei
- Outro:

8. Numa escala de 1 a 5 (em que 1 significa muito reduzido e 5 muito elevado), como classifica o esforço do Município onde trabalha no envolvimento dos diversos atores locais no debate da implementação da Agenda 2030 no território?

8.1. Com que atores o Município onde trabalha mais dialoga para a implementação dos ODS no território?

- Setor privado
- Universidades
- Organizações não governamentais/associações
- Escolas
- IPSS
- Outros atores locais
- Comunidade intermunicipal (CIRA)
- Governo central
- Outro:

9. O Município onde trabalha desenvolve(u) indicadores ou mecanismos para monitorizar os progressos do desenvolvimento sustentável no seu território? (Global Taskforce of Local and Regional Governments & UCLG, 2022)

- Sim, através da elaboração de relatórios locais, por exemplo, Relatório de Sustentabilidade
- Sim, através da pertença a redes de monitorização de sustentabilidade (CESOP-Local, ODS-Local, ECOXXI ou outra)
- Sim, através da avaliação do cumprimento dos ODS, seguindo os indicadores da Agenda 2030 (aplicados a Portugal)
- Sim, através de outro: (resposta aberta)
- Não, ainda não desenvolve
- Não sei

9.1.Caso responda “Sim”, esta monitorização é comunicada à sociedade civil local?

- Sim
- Não
- Não sei

9.1.1. Se “Sim”, como?

- *Website* do município
- Relatórios
- Plataformas *online*
- Outro: (resposta aberta)

### **Governança Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável**

10. Numa escala de 1 a 5 (em que 1 significa discordo totalmente e 5 significa concordo totalmente) de que forma o trabalho em rede intermunicipal, através da CIRA, apoia a promoção do Desenvolvimento Sustentável no território do Município onde trabalha?

- Mais acesso a conhecimento e informação
- Mais meios e recursos financeiros
- Maior cooperação e coordenação entre as esferas do poder local
- Maior capacidade de reivindicar apoio ao Governo Central
- Mais Recursos Humanos e competências técnicas
- Maior poder de decisão dos municípios

- Maior participação da sociedade civil
- Maior inserção e criação de projetos que visem o desenvolvimento sustentável

11. A governação Intermunicipal na Região de Aveiro contribui para a prossecução do desenvolvimento sustentável no Município onde trabalha?

- Sim
- Não
- Não sei

11.1. Se “Sim”, como?

12. A governação Intermunicipal na Região de Aveiro dificulta a prossecução do desenvolvimento sustentável no Município onde trabalha?

- Sim
- Não
- Não sei

12.1. Se “Sim”, como?

13. O processo de descentralização em curso em Portugal é um fator chave para o fomento de políticas em torno do desenvolvimento sustentável local?

- Sim, é
- Sim, mas podia ir mais longe
- Não, não é

13.1. Porquê?

### **Caracterização do Respondente**

- a) Qual o Município onde trabalha?
- b) Idade
- c) Género
  - Feminino
  - Masculino

- Outro não listrado
  - Prefiro não responder
- d) Qual a atividade profissional que exerce?
- e) Há quanto tempo trabalha no Município?

